



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

DIMAS DIAS PINTO

**A POSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL
CONTRA DECISÃO DE ÓRGÃO DE SEGUNDO GRAU DE JUIZADOS
- ESPECIAIS**

**Brasília
2010**

DIMAS DIAS PINTO

**A POSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL
CONTRA DECISÃO DE ÓRGÃO DE SEGUNDO GRAU DE JUIZADOS
ESPECIAIS**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Civil.

Orientador: Professor Mestre Erick Vidigal

**Brasília
2010**

DIMAS DIAS PINTO

**A POSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL
CONTRA DECISÃO DE ÓRGÃO DE SEGUNDO GRAU DE JUIZADOS
ESPECIAIS**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de
Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito
para obtenção de Certificado de Conclusão de
Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito
Processual Civil.

Orientador: Professor Mestre Erick Vidigal

Brasília, ____ de novembro de 2010.

Banca Examinadora

**Brasília
2010**

Esta pesquisa é dedicada

A Deus, pelo dom da vida.

A meus pais, Carlito e Gicelda, por todo amor, pelo apoio incondicional na minha trajetória e pelos valores a mim transmitidos e que me conduzem na vida com dignidade e paz.

À minha amada esposa Andréa, pelo amor incondicional, pelo carinho, pelo sorriso irradiante, pela parcial abdicação de seu importante projeto profissional no período em que me dediquei a esses estudos.

À minha eterna princesa Beatriz, por me mostrar quão crescente é o amor entre pai e filha e por me presentear com a completude da família sólida e feliz.

À minha amada irmã Gardênia, pelas lágrimas de amor fraterno, pelas diferenças e pelo sorriso contagiante.

À minha sobrinha e afilhada Laís, por nos ensinar que a luta pela vida vale a pena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa Andréa, pelo apoio, pelo auxílio e pela dedicação em buscar um projeto em comum para nossa família.

Agradeço, ainda, ao Professor Erick Vidigal, pela orientação crítica e contribuição valiosa na construção desta monografia.

“A primeira igualdade, é a justiça.”

Vitor Hugo

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo defender a interposição de recurso especial contra decisão de órgão colegiado de Juizados Especiais. A necessidade de possibilitar a ampliação do acesso do indivíduo à Justiça com uma prestação jurisdicional rápida e simples contribuiu para a criação dos Juizados Especiais. Com a criação do Superior Tribunal de Justiça e do recurso especial, essa Corte definiu como incabível a interposição desse meio de impugnação em face das decisões de órgãos colegiados dos Juizados Especiais. Privou o jurisdicionado de questionar a violação ou divergência na lei federal comum, afrontando os Princípios da Igualdade e da Inafastabilidade da Prestação Jurisdicional. Em 2009, o Supremo Tribunal Federal indicou a reclamação constitucional para levar ao STJ a discussão sobre a legislação federal comum na esfera dos Juizados. O entendimento quanto ao uso da reclamação revelou-se equivocado, uma vez que tal instituto não se presta a esse fim. O STJ foi criado para ser o guardião da legislação federal comum, sendo o recurso especial o meio de impugnação adequado para tal mister. Assim, a interpretação constitucional referente a essa matéria deve ser feita de modo a abranger os órgãos de segundo grau dos juizados especiais junto ao STJ. Nesse trabalho, ousamos discordar da jurisprudência consolidada para defender o cabimento do recurso especial no âmbito dos Juizados Especiais.

Palavras-chave: Juizados Especiais, Reclamação Constitucional, Recurso Especial.

ABSTRACT

The general aim of this paper is to defend the special appealing against the decision taken by an organ of the Special Courts. The demand for a real possibility of enlargement of the access of the common citizen to Justice in a very effective and rapid way contributed to the creation of the special courts. After the establishment of the Superior Court of Justice (STJ) and the creation of the special appealing, this court stated as unacceptable the use of special appealing in order to question decisions taken by affiliated organs of the Special Courts. As a consequence, the citizen was not allowed to question the violation or disagreement of the common federal law, what goes against the Principles of Equality and Compulsory Jurisdictional Service. In 2009, the Supreme Court (STF) stated that the constitutional reclaim was the right form to bring discussions about common federal law to the Superior Court of Justice (STJ). The understanding related to this kind of complain was considered a mistake, since such institute does not serve this purpose. The Superior Court of Justice (STJ) was created to defend the common federal legislation, and the special appealing is the right tool to achieve this goal. This way, the constitutional interpretation about this issue must extend to the organs of the second degree of the Special Courts at the Superior Court of Justice (STJ). In this work, we dare to disagree with the consolidated jurisprudence in order to support the viability of the special appealing in the scope of the Special Courts.

Key words: Special Courts, Constitutional Reclaim, Special Appealing.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - JUIZADOS ESPECIAIS	14
1.1 Antecedentes Históricos e a Importância dos Juizados Especiais	
Como Meio de Acesso à Justiça	14
1.2 Princípios dos Juizados Especiais	18
1.2.1 <i>Princípio da Oralidade</i>	18
1.2.2 <i>Princípios da Simplicidade e da Informalidade</i>	19
1.2.3 <i>Princípio da Economia Processual</i>	19
1.2.4 <i>Princípio da Celeridade</i>	19
1.3 Da Conciliação ou Transação	19
1.4 Dos Meios de Impugnação	20
1.4.1 <i>Dos Recursos</i>	20
1.4.2 <i>Da Reclamação Constitucional nos Juizados Especiais</i>	23
CAPÍTULO II - DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS	26
2.1 Antecedentes Históricos	26
2.2 Natureza Jurídica	28
2.3 Objeto	32
2.3.1 <i>Preservação da Competência do STF e STJ</i>	32
2.3.2 <i>Garantia da Autoridade das Decisões</i>	33
2.4 Impropriedade do Manejo da Reclamação Constitucional no Âmbito dos Juizados Especiais Estaduais	36
CAPÍTULO III - O RECURSO ESPECIAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS	45
3.1 Antecedentes Históricos do Recurso Especial	45
3.2 Breves Considerações Sobre o Recurso Especial	50
3.3 Do Não Cabimento de Recurso Especial nos Juizados Especiais: o equívoco do entendimento do enunciado sumular nº 203 do STJ e sua violação ao Princípio da Igualdade	54
3.4 Breves Comentários Sobre o Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal	67
CONCLUSÃO	70

REFERÊNCIAS	75
APÊNDICES	78

INTRODUÇÃO

Desde o tempo em que os homens passaram a viver em sociedade, houve a necessidade de se criarem normas que regulassem a conduta dos indivíduos no meio social. As normas de conduta ética, moral, religiosa e jurídica foram implementadas ao longo da humanidade com a finalidade de harmonizar as relações entre os indivíduos.

O direito surgiu como meio de implantar na sociedade regras com função ordenadora, coordenando os interesses entre as pessoas e compondo os conflitos que surgissem entre os seus membros. Desse modo, a tarefa da ordem jurídica é harmonizar as relações sociais, de modo a se buscar a realização dos valores humanos com o mínimo de sacrifícios. Decorre daí que o Direito auxilia diretamente no controle social.

A eliminação dos conflitos intersubjetivos originou-se de maneira arcaica. Ocorrendo uma contraposição entre os sujeitos, ou eles realizavam a autocomposição, ou a autodefesa e a autotutela para solucionar o embate. Com a evolução da sociedade, os homens perceberam que a autotutela não era a melhor maneira de resolver as desavenças e passaram a eleger um árbitro para solucionar a *quaestio*.

Mais tarde, à medida que o Estado foi se consolidando e se impondo sobre os particulares, ele absorveu o poder de ditar as soluções aos conflitos, criando a jurisdição. A jurisdição caracteriza-se pela capacidade que o Estado tem de decidir e impor suas decisões perante os particulares, sempre buscando a pacificação.

No Brasil, todo o ordenamento jurídico deriva da Constituição Federal. Esse documento político e jurídico estabelece os vetores para a criação das normas jurídicas que regulam a vida em sociedade no território nacional. O conteúdo das normas procura corresponder às demandas da sociedade, constantemente em evolução, e dita os rumos do comportamento social, estabelecendo as necessidades da comunidade.

No bojo da Constituição Federal de 1988, foi previsto título que abrangesse os direitos e garantias individuais do homem, conquistados pelas lutas históricas. Dentre esses direitos, podemos citar o direito do homem de ser tratado com igualdade perante os semelhantes (Princípio da Igualdade), o direito do Estado de garantir o acesso à ordem jurídica justa, entre outros.

Para o Estado desempenhar sua função jurídica, correspondendo às normas estabelecidas na sua Carta Constitucional, ele precisa regular as relações intersubjetivas. Para tanto, utiliza-se de dois meios interligados: a legislação e a jurisdição. A legislação estabelece as normas que devem reger as relações, indicando o que é lícito ou não e criando direitos e deveres. A jurisdição é o meio pelo qual o Estado realiza, na prática, as determinações constantes das normas, utilizando-as para a solução dos conflitos entre as pessoas.

O pleno acesso à justiça tem sido estimulado pelo Estado Democrático com vistas a proporcionar ao indivíduo o pleno gozo de seus direitos estabelecidos constitucionalmente. E não foi por outro motivo que o constituinte de 1988 criou o Superior Tribunal de Justiça (artigo 105), fixando suas competências, e os Juizados Especiais (art. 98, Inc. I).

A presente pesquisa pretende discorrer sobre a possibilidade de interposição do recurso especial no âmbito dos Juizados Especiais como meio de possibilitar a análise de matéria infraconstitucional pelo Superior Tribunal de Justiça.

A técnica de pesquisa escolhida para a confecção da monografia foi a análise de conteúdo. Utilizamos livros, artigos jurídicos, legislação pátria e acórdãos do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. A opção pela análise de conteúdo como técnica de pesquisa mostrou-se plenamente satisfatória e eficaz para o resultado pretendido com a monografia. Todo o conteúdo desenvolvido no trabalho acadêmico derivou do estudo de discussões teóricas (doutrina), da legislação nacional e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, sem a necessidade de nos enveredarmos

por entrevistas, estudo de caso, pesquisa de campo ou outras técnicas de pesquisa. O cruzamento de todas as informações permitiu uma análise consistente e a elaboração de conclusões ao final deste trabalho.

Inicialmente, no Capítulo I, apresenta-se a gênese dos juizados especiais, procurando fornecer ao leitor a base para entender a criação dos juizados. Aliado a isso, procuraremos explicar, resumidamente, sobre os princípios orientadores dos juizados e os meios de impugnação, além de demonstrar a importância do microssistema dos juizados para a sociedade.

O Capítulo II discorre sobre a problemática do trabalho, qual seja, a impropriedade da utilização da reclamação constitucional como meio de suprir lacuna na legislação e possibilitar ao jurisdicionado o acesso ao Superior Tribunal de Justiça na tentativa de reverter uma violação na legislação federal comum. Neste capítulo também analisaremos o referido instituto desde o seu nascedouro (antecedentes históricos), passando por sua natureza jurídica, objeto, até a sua recente e equivocada utilização nos juizados especiais.

No Capítulo III, examinaremos o recurso especial, sobretudo seu histórico e sua função perante o ordenamento jurídico. Abordaremos, também, o enunciado sumular nº 203/STJ, tecendo considerações críticas sobre seu entendimento e a relação com o princípio da igualdade, finalizando com alguns comentários sobre o pedido de uniformização de jurisprudência.

CAPÍTULO I - JUIZADOS ESPECIAIS

1.1 Antecedentes Históricos e a Importância dos Juizados Especiais Como Meio de Acesso à Justiça

A evolução da humanidade demonstrou que não é possível a convivência pacífica do ser humano sem o estabelecimento de normas de conduta social. Nesse aspecto, a tutela jurídica veio cumprir eficazmente o papel de ordenação da vida em comunidade a tal ponto de se afirmar que “não há sociedade sem direito: *ubi societas ibi jus*”. O homem, então, abriu mão da autotutela em face de um ente que concentrasse, com imparcialidade, a tarefa de auxiliar na resolução dos conflitos existentes na sociedade. E com a evolução histórica, criou-se o Estado. O Estado moderno, no dizer de Cintra (2009, p. 30), “exerce o seu poder para a solução de conflitos interindividuais. O *poder estatal*, hoje, abrange a capacidade de dirimir os conflitos que envolvem as pessoas (inclusive o próprio Estado), decidindo sobre as pretensões apresentadas e impondo as decisões”.

Nesse sentido, o Estado-Juiz tem a obrigação de apreciar as lides demandadas pelo seu jurisdicionado. Para tanto, é imprescindível que existam normas que abarquem e regulamentem os mais variados fatos (suportes fáticos) que possam ocasionar conflitos.

Aliado a isso, a nossa Constituição Federal de 1988 previu em seu texto, especialmente no título que trata dos direitos e garantias fundamentais, enunciados que possibilitassem ao jurisdicionado o acesso à justiça e a obrigação do Estado de lhe prestar essa função estatal. Exemplo disso é o artigo 5º, inciso XXXV, que prevê que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Entretanto, as vias normais (justiça comum) existentes no nosso ordenamento jurídico inviabilizavam o acesso à Justiça para aqueles que queriam resolver questões mais simples e que representassem um

pequeno valor da causa. Isso porque, os custos para se ajuizar ação, a obrigatoriedade da presença de advogado e, portanto, a necessidade de sua contratação, a concentração dos foros nos grandes centros urbanos eram alguns fatores dificultadores para o jurisdicionado buscar o acesso à Justiça. Do mesmo modo, a demora na resolução das causas - que pode chegar a vários anos - a cobrança de custas, o formalismo existente no procedimento judicial comum, como, por exemplo, a necessidade de o oficial de justiça citar o réu e intimar as testemunhas, a prevalência da escrita em detrimento da forma oral, a realização de perícia, são exemplos que afastavam e desestimulavam aqueles menos abastados que se envolviam em causas de menor complexidade.

Diante dessa situação, na década de 1980, criou-se no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, usando como modelo as *Small Claims Courts* de Nova York, o Conselho de Conciliação e Arbitragem. Posteriormente, em São Paulo, formou-se o Juizado Informal de Conciliação (JIC). Tais órgãos não possuíam caráter jurisdicional e somente se prestavam a realizar a conciliação, não julgando as demandas caso não houvesse acordo (JÚNIOR, 2010, p. 3). Formados por juízes, os conselhos de conciliação e os juizados informais funcionavam em situação improvisada e fora do horário de expediente forense (SALOMÃO, 2003, p. 9-10). Entretanto, o sucesso nas conciliações, com altos índices de acordos, ocasionou um aumento na demanda pelo jurisdicionado, situação que acabou por necessitar de regulamentação legal. Com isso, editou-se a Lei nº 7.244/1984, denominada Lei dos Juizados de Pequenas Causas, que facultava a criação desses órgãos da Justiça pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Territórios. Os Juizados de Pequenas Causas eram competentes para julgar as causas de reduzido valor econômico, não podendo esse valor ultrapassar a quantia de 20 (vinte) salários mínimos (art. 3º).

Constituindo um microsistema próprio, sem afastar por completo a aplicação do Código de Processo Civil quando necessária, a Lei de Pequenas Causas buscou “universalizar

a jurisdição e racionalizar seu exercício” (DINAMARCO, 2001, p. 20). Criou regras e princípios próprios, distintos daqueles previstos no Código de Processo Civil, visando a combater a *litigiosidade contida*. Estabeleceu como propostas centrais facilitar o acesso ao Judiciário e tornar mais célere o processo.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, foi conferido ao Juizado de Pequenas Causas *status* constitucional, com previsão no art. 24, Inc. X, da CF. Por outro lado, o constituinte também previu no art. 98, Inc. I, da CF, a criação dos Juizados Especiais pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Territórios, competentes para julgar as causas cíveis de menor complexidade.

Então, menos de 9 (nove) anos depois da vigência dos Juizados das Pequenas Causas, o Legislador Federal criou, em 1995, a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, em obediência ao artigo 98, Inc. I, da Constituição Federal. A Lei nº 9.099/95, em seu artigo 97, revogou a Lei nº 7.244/84 e ampliou a competência dos juizados. A lei aumentou o valor máximo das causas de 20 (vinte) para 40 (quarenta) salários mínimos, assim como incluiu novas hipóteses de causas cíveis de menor complexidade, além de instituir a execução de seus julgados (art. 3º, da Lei nº 9.099/95).

Em artigo publicado, Fux (1998, p. 13) retratou a esperançosa tarefa incumbida aos Juizados Especiais concluindo que “enfim, os juizados especiais exsurgiram com a missão de realizar o sonho de justiça, que, segundo Kelsen, é o sonho mais formoso da humanidade”. Posteriormente, também com amparo no art. 98, Inc. I, da Constituição Federal de 1988, o legislador editou a Lei nº 10.259/2001 para instituir e regular o juizado na esfera da Justiça Federal. Com competência absoluta para julgar causas que envolvessem como réus a União, as autarquias, as fundações e as empresas públicas federais (art. 6º), e abarcassem a quantia de até 60 (sessenta) salários mínimos, os Juizados Especiais Federais também se valeram dos mesmos princípios orientadores dos Juizados Especiais Estaduais.

Recentemente foi sancionada a lei que institui os Juizados Especiais da Fazenda Pública, Lei nº 12.153/2009, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, também competentes para julgar as ações de interesse da Fazenda Pública que envolvam causas de até 60 (sessenta) salários mínimos.

Dessa forma, os Juizados Especiais vieram possibilitar um amplo acesso à Justiça no Brasil, aproximá-la dos jurisdicionados e propiciar eficiência na prestação jurisdicional com simplicidade e informalidade. Surgiram como evolução dos antigos Juizados de Pequenas Causas (Lei nº 7.244/84), valendo-se de um procedimento que pudesse superar os obstáculos da Justiça gerados pela sua morosidade, altos custos, desigualdades dos sujeitos processuais e má qualidade da prestação jurisdicional. E nesse ambiente de expectativas, a criação dos juizados trouxe em seu bojo soluções modernas para a rápida efetividade da justiça e superação das barreiras então existentes.

Como mencionaremos no decorrer desta obra, a criação do STJ veio cumprir a finalidade de ampliar o acesso à Justiça na alta esfera federal. A criação dos juizados, desde a Lei nº 7.244/84, também contribuiu para aumentar o acesso à Justiça. Os dados do Conselho Nacional de Justiça revelam quão importantes são os juizados na sociedade brasileira. Segundo os dados estatísticos obtidos no relatório Justiça em Números 2009, do Conselho Nacional de Justiça (2009, p. 42), os casos novos ajuizados perante os juizados especiais chegaram a 1.548.730 no ano de 2009, superando os casos novos ajuizados na justiça comum – 948.901 – no mesmo ano. Esses dados nos mostram que o cidadão vem se utilizando dos meios que lhe são oferecidos no microssistema dos juizados para exigir do Estado-Juiz a solução da lide a qual esteja envolvido. Portanto, devido à importância do direito do indivíduo exigir do Estado o exercício da jurisdição, os juizados são o meio de garantia da plena efetividade da prestação jurisdicional.

1.2 Princípios dos Juizados Especiais

O microssistema dos Juizados Especiais é formado por princípios gerais que norteiam sua aplicação. Previstos sistematicamente nas disposições gerais da lei, os princípios são os vetores hermenêuticos para a interpretação deste microssistema. Estão previstos já no art. 2º da Lei nº 9.099/95 nos seguintes termos: “O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.”

1.2.1 Princípio da Oralidade

O primeiro princípio enumerado no art. 2º da Lei nº 9.099/95 é o da oralidade. Segundo esse princípio, deve-se conferir prevalência à forma oral em detrimento da escrita sem que essa seja, evidentemente, excluída do processo dos juizados. Procurou-se adotar nas causas em trâmite nos juizados a palavra como principal meio de expressão. Não é por acaso, portanto, que o jurisdicionado pode comparecer à secretaria do Juizado e apresentar pedido oral, que será reduzido a termo pelo atendente. Do mesmo modo, pode o demandado apresentar sua defesa oralmente na ocasião da audiência.

Convém ressaltar, como bem colocou Figueira Júnior (2006, p. 35), que o processo oral não é sinônimo de verbal. E acrescentou que “o princípio da oralidade aparece como norteador do processo civil com maior ou menor intensidade, dependendo do tipo de lide, tal qual como posta pelo sistema à apreciação do Estado-juiz”.

Câmara (2008, p. 9) lamenta que na prática o princípio da oralidade não prosperou no âmbito dos Juizados. Segundo ele, a experiência mostra que na maioria das vezes o ajuizamento da demanda é escrito, assim como a resposta do réu.

De qualquer forma, o legislador quis privilegiar a forma oral como meio de expressão das partes e do juiz, proporcionando mais informalidade e agilidade nesse

microsistema.

1.2.2 Princípios da Simplicidade e da Informalidade

Segundo esses dois princípios, o processo nos juizados deve ser conduzido sem formalismos e os seus atos, produzidos de maneira simples, em consonância com o espírito da lei. É certo que esses dois princípios se coadunam com o princípio da instrumentalidade das formas (art. 154, CPC) e se somam ao enunciado previsto no art. 13 da Lei dos Juizados, que prevê a validade dos atos quando preencherem a sua finalidade e respeitarem os critérios da lei.

1.2.3 Princípio da Economia Processual

O princípio da economia processual busca obter um processo com o menor dispêndio de tempo e o mínimo de atos processuais, culminando no máximo rendimento.

1.2.4 Princípio da Celeridade

Sem dúvida, esse é um princípio almejado por todos aqueles que necessitam demandar em juízo. O jurisdicionado espera um provimento rápido da Justiça e o Estado-Juiz deseja corresponder com celeridade à demanda judicial. Esse princípio é um dos mais importantes no ordenamento jurídico. Dessa forma, o processo nos juizados deve demorar o mínimo possível, equilibrando a celeridade e a justiça.

1.3 Da Conciliação ou Transação

Atendendo ao espírito da Lei dos Juizados Especiais, busca-se incentivar a resolução dos conflitos interindividuais da maneira mais ágil, simples, informal e proveitosa possível. E não é por outro motivo que se privilegia a conciliação nas demandas em curso nos

juizados. A busca pela autocomposição é uma tendência reforçada no direito processual moderno.

Nos juizados, instaurado o processo, as partes são de imediato convocadas para a realização da primeira audiência, a de conciliação. Restando infrutífera a autocomposição, realiza-se nova audiência, de instrução, na qual também é renovada a tentativa de conciliação. Tudo isso com vistas a promover a justiça e a consequente pacificação entre os litigantes.

Ensina Salomão (2003, p. 26) que “a conciliação é forma histórica e pacífica de resolução dos conflitos de interesse, mais adequada para o restabelecimento da paz social e para a maturidade do povo jurisdicionado”. De fato, a adoção dessa técnica implica uma resposta eficaz e rápida para o jurisdicionado, não o furtando do seu direito de receber do Estado a tutela jurídica necessária.

1.4 Dos Meios de Impugnação

O novo microssistema dos juizados especiais se diferencia do procedimento comum no tocante aos meios de impugnação das decisões. É certo, contudo, que, por integrar um macrossistema processual, na ausência de norma ou princípio que solucione ou estabeleça diretriz em alguma situação, devemos aplicar o Código de Processo Civil, conquanto esse não contrarie os princípios dos juizados especiais.

Diferentemente do procedimento comum, nos juizados especiais os meios de impugnação das decisões são reduzidos, sem que isso afronte o princípio do duplo grau de jurisdição. Trata-se da busca de resolução do conflito de maneira mais célere e econômica.

1.4.1 Dos Recursos

No processo dos juizados Especiais, a competência recursal é atribuída a um Colégio ou Turma Recursal, formados por três juízes togados, em exercício no primeiro grau

de jurisdição, reunidos na sede do juizado (art. 41, § 4º, da Lei nº 9.099/95). Entendemos que a Turma Recursal constitui-se num verdadeiro órgão *ad quem* dos juizados, representando a *segunda instância* do microssistema, como prevê expressamente o art. 46 da referida Lei. Nesse sentido, Figueira Júnior (2006, p. 110), ao comentar o órgão de segunda instância dos Juizados Federais, explica que eles

representam, na quase totalidade das hipóteses, em linhas gerais, a segunda e última instância recursal, ressalvada a competência questionável do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, § 4º) e do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional. Assim sendo, na qualidade de órgão *ad quem*, deve ser composto por juízes federais vitaliciados de primeira instância.

Em sentido contrário, Dinamarco (2001, p. 167) ensina que “não se trata de um órgão *ad quem* diferenciado e destacado do órgão que já julgou a causa, mas dele próprio, em outra composição”.

Compete, portanto, às Turmas Recursais, como verdadeiros órgãos de instância superior, o julgamento dos meios de impugnação interpostos pela parte interessada, nos termos do art. 98, Inc. I, da Constituição Federal.

A Lei nº 9.099/95 estabelece procedimento simplificado no que diz respeito à recorribilidade das decisões proferidas no âmbito dos juizados especiais, impedindo a utilização de alguns tipos de recursos, haja vista a incompatibilidade com o tipo de processo que se desenvolve nesse âmbito. A Lei dos Juizados Especiais Estaduais Cíveis somente previu, expressamente, a utilização de dois recursos: o recurso inominado, ou apelação (art. 41), e os embargos de declaração (art. 48). Também se entende, quase por unanimidade, pelo cabimento do recurso extraordinário.

Posicionamento contrário é encontrado na doutrina. De acordo com Salomão (2003, p. 63), “embora respeitando opiniões em contrário, penso também que descabe recurso

extraordinário das decisões proferidas pelo e. Conselho de Recursal”.

Por outro lado, grande discussão há no sentido de se admitir recurso das decisões interlocutórias.

Apesar da omissão na Lei dos Juizados Especiais Estaduais quanto ao recurso contra as interlocutórias, alguns autores defendem que, em casos excepcionais, é cabível o recurso de agravo de instrumento. A esse respeito, Chimenti (2008, p. 201) crê

que o agravo de instrumento somente deve ser conhecido quando houver risco de lesão irreparável ou de difícil reparação, por aplicação subsidiária ao CPC. Sabidamente, muitas vezes o Juiz do Juizado Especial é obrigado a conceder ou negar medidas cautelares e antecipações de tutela tão logo recebe o pedido inicial ou mesmo no curso do processo, já que a lei especial não o proíbe e a medida pode mostrar-se imprescindível para garantir a eficácia da sentença ou evitar prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação.

No mesmo sentido, Câmara (2008, p.152) tem a seguinte opinião:

Em outras palavras, entendo que é cabível o recurso de agravo contra a decisão que defere ou indefere medidas de urgência (cautelares ou antecipatórias) nos Juizados Especiais Cíveis estaduais. Este agravo só poderá ser interposto por instrumento, já que – em razão da urgência da medida deferida ou indeferida pela decisão a ser impugnada – não haverá qualquer utilidade na interposição do agravo pela forma retida, que não tem efeito devolutivo imediato, mas diferido (já que a devolução da matéria impugnada através do agravo retido só se dá quando da devolução produzida pela apelação).

No tocante aos Juizados Especiais Federais, há previsão de cinco recursos, quais sejam: agravo de instrumento, apelação, embargos de declaração, pedido de uniformização e recurso extraordinário.

Em relação ao recurso especial, objeto do nosso estudo, a maioria dos autores entende que ele não é cabível. Há jurisprudência pacificada pela negativa desse recurso. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que não cabe o recurso especial no

âmbito dos juizados especiais e editou o enunciado sumular nº 203, segundo o qual “não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais”. Abordaremos esse ponto adiante com maior ênfase, visto que será objeto de argumentação no sentido da possibilidade de interposição do recurso especial perante os juizados especiais.

A intenção do legislador em impedir grande número de recursos no microssistema dos juizados especiais encontra consonância com os princípios da simplicidade e celeridade.

Também cabe nesse procedimento sumaríssimo a utilização dos arts. 557 e 558 do CPC. Já mencionamos ser perfeitamente possível a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil aos juizados naquilo que não for incompatível com os princípios destes, haja vista a existência de um macrossistema processual, que tem como principal regulamentador o Código de Processo Civil. Dessa forma, o relator da Turma Recursal poderá negar seguimento a recurso ou suspender o cumprimento da decisão recorrida, nos casos previstos nos artigos mencionados.

1.4.2 Da Reclamação Constitucional nos Juizados Especiais

A criação dos Juizados de Pequenas Causas e, posteriormente, dos Juizados Especiais Estaduais trouxe à tona discussão acerca da interpretação do art. 105, Inc. III, da Constituição Federal. Caberia a interposição de recurso especial nas causas julgadas pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais? O entendimento majoritário na doutrina e pacificado na jurisprudência, como mencionado anteriormente, é o da impossibilidade de interposição do recurso especial no âmbito dos juizados especiais.

A posição adotada no Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar os questionamentos trazidos nos recursos, foi a de que as turmas recursais não poderiam ser consideradas tribunais propriamente ditos, conforme expressamente previsto na Constituição Federal de 1988, e, dessa forma, não se poderia interpretar o art. 105, III, da CF, de maneira

alargada (Súmula 203/STJ). Segundo o referido artigo,

competete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios quando a decisão recorrida: (a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhe vigência; (b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal; (c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro Tribunal.

Críticas surgiram sobre o posicionamento representado no enunciado sumular nº 203 do STJ. Não poderia este Tribunal deixar de apreciar matéria infraconstitucional quando provocado, tendo em vista o seu papel constitucionalmente incumbido. Ademais, o jurisdicionado não poderia corrigir nesse Tribunal a violação de matéria infraconstitucional.

Portanto, sumulada a matéria, nada podia fazer o jurisdicionado a não ser aceitar o fato de que a lacuna legislativa e a equivocada interpretação do STJ acabavam por lhe furtar um direito constitucionalmente garantido, qual seja o de ter a sua demanda judicial obrigatoriamente apreciada pelo Estado-Juiz e em igualdade de condições com os demais jurisdicionados.

Sensível a isso, o Supremo Tribunal Federal adotou solução dita provisória para preencher essa lacuna no sistema jurídico nacional. Em decisão inédita, proferida nos Embargos de Declaração no RE nº 571.572/BA, DJ 14/9/2009 (Apêndice A), de relatoria da Ministra Ellen Gracie, o Pleno do Supremo entendeu ser cabível a reclamação constitucional para o STJ quando o acórdão proferido em Turma Recursal de Juizado Especial Estadual contrariar a jurisprudência do STJ ou violar a lei federal. Valendo-se da interpretação constitucional do art. 105, Inc. I, alínea *f*, da Constituição Federal, e com amparo na lógica do sistema judiciário nacional, o STF entendeu que deveria se dar amplitude suficiente à reclamação constitucional para a solução do impasse.

Porém, o entendimento do Pleno não foi unânime. O Ministro Marco Aurélio,

acompanhado pelo Ministro Carlos Brito, divergiu da Relatora, ponderando que, no caso, não poderia ser apreciada a matéria em relação ao cabimento da reclamação contra acórdãos das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Estaduais. A razão para tanto era de que se tratava de um julgamento de embargos de declaração. Segundo o Min. Marco Aurélio, os embargos declaratórios não tinham o condão de preencher a lacuna existente na legislação, nem se prestavam a provocar o órgão para que formalizasse respostas a consultas. E acrescentou que, como a própria Relatora havia mencionado, o julgado então embargado não estava eivado de nenhum dos vícios autorizadores dos embargos de declaração, quais sejam, omissão, contradição ou obscuridade.

O entendimento esposado pelo Supremo Tribunal Federal, a nosso ver equivocado, não contribuiu para resolver o problema então existente para o jurisdicionado. Para nós, o Supremo conferiu à reclamação constitucional papel que não lhe cabia, não legitimando o jurisdicionado a utilizar-se do recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça.

No presente estudo, argumentaremos favoravelmente sobre a possibilidade de interposição de recurso especial contra os acórdãos das Turmas Recursais dos Juizados Especiais como meio de possibilitar a análise da matéria infraconstitucional pelo Superior Tribunal de Justiça, apontando, ainda, como equivocada a solução adotada pelo Supremo Tribunal Federal ao conferir à reclamação constitucional característica de recurso especial.

Contudo, antes de discorrermos sobre o recurso especial, examinaremos no próximo capítulo a reclamação constitucional, uma vez que a adoção desse instituto nos juizados especiais insere-se diretamente na problematização do nosso texto e propicia uma sequência no raciocínio para a defesa da argumentação final pretendida por nós. No capítulo posterior ao vindouro, analisaremos o recurso especial.

CAPÍTULO II - DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS

2.1 Antecedentes Históricos

A reclamação constitucional é instituto jurídico que passou por grande evolução no ordenamento jurídico pátrio. Pouco estudada no Brasil e inicialmente confundida com a correição parcial, a reclamação constitucional é fruto de construção jurisprudencial pelo Supremo Tribunal Federal ao ponto de ser indicada recentemente, como mencionamos no capítulo anterior, para resolver grande lacuna existente no ordenamento jurídico.

Os dois principais estudos realizados no Brasil revelam que a reclamação constitucional foi utilizada desde os primórdios do Supremo Tribunal Federal. Segundo Pacheco (2008, p. 534), o estudo da reclamação pode ser delimitado em quatro etapas:

1.^a) a primeira vai desde a criação do Supremo Tribunal até 1957;

2.^a) a segunda começa em 1957, com a inserção da medida no regimento interno do STF, até 1967;

3.^a) a terceira, a partir do disposto na Constituição de 1967, art. 115, parágrafo único, *c*, e, posteriormente, após a Constitucional de 1969, art. 120, parágrafo único, *c*, e, posteriormente, após a Emenda 7, de 13.04.1977, com o disposto no art. 119, I, *o*, sobre a advocatória, e no § 3.º, *c*, autorizando que o RISTF estabelecesse ‘o processo e o julgamento dos feitos de sua competência originária ou recursal e da arguição de relevância da questão federal’; e

4.^a) a quarta, com o advento da Constituição de 05.10.1988, cujos arts. 102, I, *l*, e 105, I, *f*, prevêm, expressamente, a reclamação como da competência originária do STF e STJ.

O mesmo autor (PACHECO, 2008, p. 535), revela que a primeira fase da reclamação teve influência principalmente do princípio dos poderes implícitos oriundos dos Estados Unidos. Ele o faz nos seguintes termos.

Durante toda a primeira metade do século passado, embora combatida por alguns, foi admitida por construção jurisprudencial, baseada, principalmente, na teoria dos poderes implícitos, e sob a marcante influência do que se passou na Suprema Corte dos Estados Unidos, após o célebre caso “Mac Culloch x Maryland”.

Segundo Marshall, no *Federalista*, XLIV, “desde que um fim é reconhecido necessário, os meios são permitidos; todas as vezes que é atribuída uma competência geral para fazer alguma coisa, nela estão compreendidos todos os particulares poderes necessários para realizá-la”, princípio este que, apresentando-se como o mais claramente estabelecido pelo direito e pela razão, encontrou a mais franca e irrestrita aceitação (cf. Joseph Story, *Commentaries on the Constitution of the United States*, Boston, 1891, v. 1, §§ 424 e 426).

Marshall, no acórdão acima referido, sublinhou que “não há frase na Constituição que, como nos artigos da Confederação, exclua poderes incidentais e implícitos, o que requereria que cada competência fosse minuciosamente descrita”.

E transcreve adiante trecho da RCL 141, julgada em 25/1/1952, na qual o Min. Rocha Lagoa, em voto preliminar, diz que “desse modo, ‘vão seria o poder outorgado ao STF, de julgar em recurso extraordinário as causas decididas em única ou última instância, se lhe não fora possível fazer prever seus próprios pronunciamentos, acaso desrespeitados pelas justiças locais’ ” (2008, p. 535).

Em minudente estudo sobre a reclamação, Dantas (2000, p. 52) revela que a reclamação “surtiu unicamente do trabalho construtivo da jurisprudência do Supremo, cujo maior esteio foi, sem dúvida, a teoria dos poderes implícitos”. Para ele (DANTAS, 2000, p. 159), estudando o famoso caso Mac Culloch vs. Maryland:

se ficara reconhecido, ainda que indiretamente – apesar de não haver previsão expressa da Constituição americana a respeito – que a Suprema corte tinha o poder de declarar nulas as leis contrárias ao Texto Magno, então estava dado o primeiro passo para se proclamar de vez a teoria segundo a qual existem poderes, de caráter constitucional, mesmo que não revelados pela letra da Carta Política, ou seja, a regra da interpretação liberal dos poderes conferidos pela Constituição, celebrizada sob o nome de teoria dos poderes implícitos, que Marshall fixou no julgamento *McCulloch vs. Maryland*.

E demonstra a importância desse julgamento para o Direito Constitucional nos seguintes termos (DANTAS, 2000, p. 160):

A teoria dos poderes implícitos tornou-se, a partir daí, um verdadeiro lugar-comum no Direito Constitucional, não apenas dos Estados Unidos, mas da maioria dos Países, principalmente as federações, pela influência americana no fenômeno do constitucionalismo, de que aquela nação foi foco irradiador, sendo até despidendo lembrar que, entre nós, a primeira Constituição republicana teve forte e clara inspiração na carta estadunidense.

A consolidação da reclamação no Brasil deu-se com a inclusão dos arts. 102, I, *l*, e 105, I, *f*, na Constituição Federal de 1988. Posteriormente, em 2004, a Emenda Constitucional nº 45 inseriu o 103-A, §3º, na Carta Magna.

O instituto foi introduzido na Constituição Federal com vistas a preservar a competência e garantir a autoridade das decisões do STF e do STJ. As competências do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça estão, sistematicamente, previstas nos arts. 102 e 105 da Constituição Federal.

2.2 Natureza Jurídica

Muito se discutiu sobre a natureza jurídica da reclamação. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal revelou diversos posicionamentos a esse respeito. Amaral Santos, julgando a Recl. 831-DF, em 11/11/1970, questiona se tal instituto é recurso ou ação e revela o entendimento do Min. Orozimbo Nonato, para quem a reclamação é “remédio incomum, excepcional, mas admissível naqueles casos agudos que, pela sua importância, exigem que o tribunal exerça com império ato imediato de função corregedora indispensável”. Noutro julgado, o Min. Ribeiro da Costa a considerou como “procedimento sumário” (RTJ 56/547).

Já o Min. Amaral Santos, definiu-a como recurso criado pelo Supremo, amparado no art. 120, parágrafo único, *c*, da Constituição Federal de 1967 (RTJ 56/547). Para o Ministro do STF, a

reclamação se destina a corrigir um desvio na relação processual em andamento (...) ou em relação processual que daquela seja pendente. Tais pressupostos me levam a configurar a reclamação muito mais aproximada do recurso que da ação. Reclama-se, recorre-se contra um ato da relação processual em curso.

O Supremo Tribunal Federal, julgando a ADI 2.212-CE, em 2/10/2003, sob a relatoria da Min. Ellen Gracie, afastou a classificação como ação ou recurso. Segundo a Ministra, “a natureza jurídica da reclamação não é a de um recurso, de uma ação e nem de um incidente processual. Situa-se ela no âmbito do direito constitucional de petição previsto no art. 5º, XXXIV da Constituição Federal”.

Mas esse não é o entendimento majoritário. Em artigo escrito pelo Min. Gilmar Mendes (2009, p. 96), no qual discorre sobre a reclamação constitucional no Supremo Tribunal Federal, a reclamação é classificada como ação. Para este ministro,

tal entendimento justifica-se pelo fato de, por meio da reclamação, ser possível a provocação da jurisdição e a formulação de pedido de tutela jurisdicional, além de conter em seu bojo uma lide a ser solvida, decorrente do conflito entre aqueles que persistem na invasão de competência ou no desrespeito das decisões do Tribunal e, por outro lado, aqueles que pretendem ver preservada a competência e a eficácia das decisões exaradas pela Corte.

(...)

A reclamação, enquanto ação especial, acabou por adquirir, como se verá no presente estudo, contornos diferenciados na garantia da autoridade das decisões do Supremo Tribunal Federal ou na preservação de sua competência.

Dinamarco (2003, p. 10) também não considera a reclamação um recurso. Segundo ele, “a confirmação de que as reclamações previstas constitucionalmente, sendo embora um enérgico remédio processual à disposição do sujeito interessado, recursos não são”. Góes (2005, p. 130) afasta a classificação como recurso ou incidente processual. Para

ela, a reclamação constitucional tem natureza recursal de ação. Também a considera ação Pimentel (2010, p. 911). Para o renomado jurista Pontes de Miranda *in* Pacheco (2008, p. 533), trata-se de ação, argumentando que

não se examina a matéria sobre que se decidiu; a sua finalidade é rechaçar o ato do juiz, em si, ou porque usurpe competência do tribunal superior, ou porque não tenha reconhecido à decisão do tribunal a eficácia que ela tem, ou porque haja retardado a remessa do recurso, ou de outro remédio processual, que seja da competência do tribunal, ou de outro corpo superior.

Pacheco (2008, p. 554) explica as razões de considerar a reclamação uma ação nos seguintes termos:

Realmente, não é recurso não só porque a ela são indiferentes os pressupostos recursais da sucumbência e da revisibilidade, ou os prazos, mas, sobretudo, porque não precisa que haja sentença ou decisões nem que se pugne pela reforma ou modificação daquelas, bastando que haja interesse em que se corrija eventual desvio de competência ou se elida qualquer estorvo à plena eficácia dos julgados do STF ou do STJ. Trata-se, na realidade, de ação, fundada no direito de que a resolução seja pronunciada por autoridade judicial competente.

Dantas (2000, p. 453-460) afasta por de vez os questionamentos de que a reclamação poderia ser um recurso, classificando-a como ação e afirmando que

é preciso ver que o recurso pressupõe alguns requisitos, o primeiro dos quais, o interesse de recorrer, corporificado na sucumbência. Recorre quem perdeu. Justamente ao contrário, reclama quem ganhou – e vê que a decisão que o beneficiava não está sendo cumprida. Ou quem não ganhou mas também não perdeu: apenas vê que a causa, que deveria estar sendo processada no Supremo ou num dos tribunais superiores a que a reclamação é deferida, o está sendo diante de outro juízo ou tribunal.

O recurso, por isso mesmo, só pode haver se há decisão da qual se recorra. Na reclamação, isso não acontece necessariamente. Quando a questão é preservar a competência indevidamente avançada por outro órgão jurisdicional, não é necessário, de modo algum, que o invasor profira uma decisão, para que se possa dela reclamar. Quando o objetivo é fazer o órgão cumprir a decisão anteriormente proferida, não se reclama conta a decisão, mas em favor dela. Já ao recorrer, sempre se recorre contra alguma decisão.

(...)

A reclamação se enquadra, perfeitamente, em todos os requisitos necessários a conceituá-la como ação:

- a) por meio dela se provoca a jurisdição (...);
- b) através dela se faz um pedido de tutela jurisdicional (...);
- c) contém uma lide.

(...)

Possui, então, a reclamação, os três elementos da ação:

- a) partes – o reclamante, isto é, quem quer preservar a competência ou a autoridade da decisão da corte; e o reclamado, ou seja, quem está invadindo a referida esfera competencial, ou desobedecendo decisão proferida dela;
- b) pedido – a decisão que resguarde a competência da corte ou imponha o cumprimento do seu julgado; e
- c) causa de pedir – a invasão de competência ou a desobediência à decisão da corte.

Em decisão recente, o Ministro Luiz Fux, julgando a RCL 3.506-ES, DJ 30/6/2010, no Superior Tribunal de Justiça, classificou a reclamação como ação, afirmando que

a ação reclamationária, que situa-se no âmbito do direito constitucional de petição (art. 5.º, inciso XXXIV, da CF/1988), constitui o meio adequado para assegurar a garantia da autoridade das decisões desta Corte Superior em face de ato de autoridade administrativa ou judicial, à luz do disposto no artigo 105, II, alínea f, da Carta Magna.

Por outro lado, a Ministra Eliana Calmon, também em recente julgado, classificou a reclamação como “recurso procedimental excepcional” (RCL 3.805-CE, DJ 19.8.2010). Apesar de a jurisprudência ainda vacilar um pouco sobre a classificação da reclamação constitucional, não é de se negar o seu nítido caráter de ação, inclusive defendido pela maioria da basilar doutrina.

Atualmente, os doutrinadores caminham acertadamente no sentido de conferir à reclamação natureza jurídica de ação, afastando a classificação como recurso. De fato, não nos parece acertada a classificação da reclamação constitucional como recurso, diante dos argumentos defendidos, principalmente por Dantas (2000). Apresentada a natureza jurídica da reclamação, passa-se ao seu objeto.

2.3 Objeto

Com previsão nos arts. 102, I, *l*, e 105, I, *f*, ambos da Constituição Federal, a reclamação constitucional tem o seu objeto fixado no texto constitucional: a preservação da competência do STF e do STJ e a garantia da autoridade de suas decisões. Com vistas a regulamentar os processos que tramitam no o STF e no STJ, foi editada a Lei nº 8.038/1990. Essa Lei também veio regulamentar o processamento da reclamação nos referidos Tribunais.

2.3.1 Preservação da Competência do STF e do STJ

As competências do STF e do STJ estão sistematicamente estabelecidas nos arts. 102 e 105 da Constituição Federal de 1988.

Dessa forma, para que ocorra a violação da competência de um dos Tribunais mencionados, é necessário que haja uma relação processual em algum juízo ou tribunal que seja incompetente para processá-la, uma vez que a competência é de uma das referidas Cortes. Também se viola a competência do STF ou STJ quando o juízo ou Tribunal pratica algum ato, omite-se ou demora em remeter o recurso a uma das Cortes. Nesse sentido,

a reclamação é, outrossim, cabível quando manifesta a competência do STF. Assim, é ela procedente no caso de ser o juiz de primeiro grau absolutamente incompetente para processar e julgar litígio entre os Estados-membros da União, uma vez que se trata de matéria da competência originária do STF, ocorrendo a nulidade de todos os atos praticados. (Recl. 199-BA, Rel. Min. Célio Borja – RTJ 119/3)

Portanto, ao julgar prejudicado o recurso extraordinário, o Presidente da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo usurpou a competência da Vice-

presidência deste Tribunal. (RCL 4060-SP, STJ, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ 25.08.2010)

Convém ressaltar que o manejo da reclamação para a preservação da competência do STF ou do STJ prescinde de relação processual anterior na qual as Cortes hajam proferido *decisum*. Esse, sim, é requisito para o ajuizamento da reclamação quando visa garantir a autoridade da decisão da Corte, conforme adiante veremos.

2.3.2 *Garantia da Autoridade das Decisões*

Valendo-se do argumento emanado da teoria dos poderes implícitos, de nada valeria o Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça emitirem um provimento jurisdicional se não houvesse meios de se fazer cumpri-lo. Para tanto, buscando preservar a autoridade das decisões emanadas das referidas Cortes, a parte interessada pode ajuizar a reclamação para dar efetividade ao provimento emanado do Tribunal.

É preciso considerar que deve ter havido um processo que tramitou perante a Corte e para o qual foi proferido o *decisum* que se busca garantir com a reclamação. Nesse caso, mister que para garantir a autoridade da decisão emanada pela Corte, dever ter havido um processo no qual culminou o referido *decisum*. A esse respeito, Dantas (2000, p. 377) revela que “com efeito, nas reclamações para a garantia da autoridade das decisões da corte, a existência de julgado prévio é não somente pressuposto necessário, como até lógico, para a interposição da medida”. A jurisprudência é tranquila a esse respeito.

Diante do trânsito em julgado da decisão que ora se reclama cumprimento, a prolação da sentença nos autos da Ação Civil Pública n. 482/2005, sem a observância do disposto no art. 17, § 7º, da Lei 8.429/92 viola a autoridade da decisão do Superior Tribunal de Justiça que, enfrentando tal processo, entendeu

nulidade absoluta dos atos processuais diante da ausência de defesa prévia. (RCL 3.746-PR, STJ, Rel. Mauro Campbell Marques, DJ 08.06.2010)

Como requisito fundamental, a nosso ver, para o ajuizamento da reclamação constitucional com o fim de garantir a autoridade da decisão do STJ, impõe-se, também, que o reclamante (sujeito ativo) tenha sido parte na ação originária ou interessado. Também há previsão expressa de o Ministério Público figurar como sujeito ativo na ação (art. 13, *caput*, da Lei nº 8.038/90). Para Góes (2005, p. 131) “ainda no que tange ao sujeito ativo, não existe nenhum tipo de óbice quanto à possibilidade de formação litisconsorcial ativa, apresentando-se como litisconsorte do reclamante *aquela que já era litisconsorte na ação principal*” (grifo nosso).

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça refuta expressamente o interessado que não tenha sido parte na ação originária, como se vê nesses dois casos:

A reclamação, segundo mandamento constitucional, é instrumento hábil para a preservação da competência do STJ e garantia da autoridade de suas decisões. *Não tem legitimidade para manifestar reclamação aquele a quem não aproveita o provimento daquela* (reclamação). (RCL 247-DF, DJ 19.06.1995) (grifo nosso)

É inadmissível a utilização da via reclamationária, de que trata o art. 105, I, “f”, da CF/88, quando se revela manifesta a ilegitimidade ativa dos reclamantes por não terem figurado na relação processual em que foi proferida a decisão judicial oriunda deste Tribunal Superior tida por descumprida, mesmo que resulte esta do julgamento de recurso nos moldes do art. 545-C do CPC, vez que não existe previsão legal para que a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no recurso repetitivo tenha influência vinculante. (AgRg na RCL 3.945-SP, DJ 01.09.2010) (grifo nosso)

Em relação ao sujeito ativo, cabe uma diferenciação entre a ação de reclamação ajuizada no Supremo Tribunal Federal e aquela ajuizada no Superior Tribunal de Justiça. É

importante ressaltar que a evolução jurisprudencial da reclamação junto ao STF acabou por lhe incumbir papel de garantia da efetividade dos provimentos emanados nas ações com efeito *erga omnes*, como, por exemplo, nas ações diretas de inconstitucionalidade. E então se constata uma diferença. No STF, nem sempre é exigido que o sujeito ativo da reclamação tenha participado da ação originária junto a essa Corte. Em artigo publicado em revista especializada, o Min. Gilmar Mendes (2009, p. 104) expõe a questão nos seguintes termos:

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no tocante à utilização do instituto da reclamação em sede de controle concentrado de normas deu sinais de grande evolução no julgamento da questão de ordem em agravo regimental na Rcl. nº 1.880, em 23 de maio de 2002, quando no Tribunal restou assente o cabimento da reclamação para todos aqueles que comprovarem prejuízo resultante de decisões contrárias às teses do STF, em reconhecimento à eficácia vinculante *erga omnes* das decisões de mérito proferidas em sede de controle concentrado.

(...)

É certo, portanto, que *qualquer pessoa* afetada ou atingida pelo ato contrário à orientação fixada pelo Supremo Tribunal Federal disporá de legitimidade para promover a reclamação. (grifo nosso)

Aliada ao entendimento do Supremo, a Emenda Constitucional nº 45/2004 veio reforçar esse ponto de vista. Essa Emenda Constitucional inseriu os arts. 102, § 2º, e 103, § 3º, na CF/88. O primeiro artigo estabeleceu a eficácia contra todos e o efeito vinculante produzido pelas decisões definitivas de mérito, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade. Já o segundo artigo conferiu ao interessado a faculdade de ajuizar a reclamação constitucional quando ato administrativo ou decisão judicial contrariarem súmula vinculante ou que indevidamente a aplicar.

Dessa forma, a ampliação da legitimidade ativa no STF para o ajuizamento da reclamação constitucional é fruto de sua evolução jurisprudencial, o que acabou por culminar na expressa autorização constitucional, advinda da EC 45/2004.

É importante ressaltar que, no que tange ao Supremo Tribunal Federal, naqueles casos em que a decisão tida por descumprida não tenha efeito *erga omnes*, o reclamante (sujeito ativo), necessariamente, deve ter sido parte na ação originária para possuir legitimidade ativa na reclamação constitucional. Nesse sentido, há uma clara distinção entre os efeitos decorrentes da decisão tida por descumprida e oriunda de ação com efeito *erga omnes*, com os efeitos de provimento jurisdicional que não possuam esses efeitos vinculantes. A esse respeito, é elucidativo o julgado do STF, de relatoria do Ministro Eros Grau, cujo entendimento é de que

não cabe reclamação para assegurar a autoridade de ato judicial que não possui efeito *erga omnes*. Art. 102, I, “I”, da Constituição do Brasil.

(...)

O reclamante não integrou a relação processual a que respeita a RCL n. 337/DF. Não cabe, destarte, a propositura de reclamação para salvaguardar autoridade dessa decisão. (Ag. Reg. Na RCL 6.319-SC, DJ 06.08.2010)

Não se pode perder de vista, ao contrário da legitimidade ativa nas reclamações ao STF, que as decisões proferidas no Superior Tribunal de Justiça e suas súmulas não possuem efeito vinculante, situação que afasta por completo a possibilidade de se ampliar a legitimidade ativa na reclamação constitucional ajuizada nessa Corte Superior, inclusive por total falta de previsão legal, já que no Supremo há expressa previsão constitucional ampliando a regra geral da legitimidade ativa.

2.4 Impropriedade do Manejo da Reclamação Constitucional no Âmbito dos Juizados Especiais

Como expusemos anteriormente, o Supremo Tribunal Federal conferiu à reclamação constitucional função inédita ao permitir o seu ajuizamento perante os Juizados Especiais Estaduais. Em julgado proferido nos Embargos de Declaração no RE nº 571.572-BA, DJ 14/9/2009, de relatoria da Ministra Ellen Gracie, o Pleno do Supremo entendeu ser cabível a reclamação constitucional para o STJ quando o acórdão proferido em Turma Recursal de Juizado Especial Estadual contrariar a jurisprudência do STJ ou violar a lei federal. Com a devida *venia*, o descuidado entendimento reproduzido nesse julgado representou grande equívoco no ordenamento jurídico, desvirtuando por completo a finalidade da reclamação constitucional. Confira-se a ementa do referido acórdão:

Embargos de Declaração. Recurso Extraordinário. *Ausência de omissão no acórdão embargado.* Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Aplicação às controvérsias submetidas aos juizados especiais estaduais. Reclamação para o Superior Tribunal de Justiça. Cabimento excepcional enquanto não criado, por lei federal, o órgão uniformizador.

1. No julgamento do recurso extraordinário interposto pela embargante, o Plenário desta Suprema Corte apreciou satisfatoriamente os pontos por ela questionados, tendo concluído: que constitui questão infraconstitucional a discriminação dos pulsos telefônicos excedentes nas contas telefônicas; que compete à Justiça Estadual a sua apreciação; e que é possível o julgamento da referida matéria no âmbito dos juizados em virtude da ausência de complexidade probatória. *Não há, assim, qualquer omissão a ser sanada.*
2. Quanto ao pedido de aplicação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, observe-se que aquela egrégia Corte foi incumbida pela Carta Magna da missão de uniformizar a interpretação da legislação infraconstitucional, embora seja inadmissível a interposição de recurso especial contra as decisões proferidas pelas turmas recursais dos juizados especiais.
3. No âmbito federal, a Lei 10.259/2001 criou a Turma de Uniformização da Jurisprudência, que pode ser acionada quando a decisão da turma recursal contrariar a jurisprudência do STJ. É possível, ainda, a provocação dessa Corte Superior após o julgamento da matéria pela citada Turma de Uniformização.
4. *Inexistência de órgão uniformizador no âmbito dos juizados estaduais, circunstância que inviabiliza a aplicação da jurisprudência do STJ. Risco de manutenção de decisões divergentes quanto à interpretação da legislação*

federal, gerando insegurança jurídica e uma prestação jurisdicional incompleta, em decorrência da inexistência de outro meio eficaz para resolvê-la.

5. Embargos declaratórios acolhidos apenas para declarar o cabimento, em caráter excepcional, da reclamação prevista no art. 105, I, *f*, da Constituição Federal, para fazer prevalecer, até a criação da turma de uniformização dos juizados especiais estaduais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça na interpretação da legislação infraconstitucional. (grifo nosso)

Segundo o entendimento expressado no julgado do Supremo Tribunal Federal, enquanto não for criada a turma de uniformização para os Juizados Estaduais, há o risco de manutenção de decisões divergentes a respeito da legislação infraconstitucional, situação que provocaria insegurança jurídica e incompleta prestação jurisdicional. E, desse modo, o meio adequado para suprir provisoriamente essa lacuna e possibilitar a aplicação da jurisprudência do STJ na esfera dos Juizados Especiais estaduais seria permitir a utilização da reclamação constitucional perante o STJ.

Valendo-se da interpretação constitucional do art. 105, Inc. I, alínea *f*, da Constituição Federal, e com aparo na lógica do sistema judiciário nacional, a Relatora entendeu que se deveria dar a amplitude suficiente à reclamação constitucional para a solução do impasse. Para ela, a história da reclamação e o *status* constitucional que lhe dera a Carta de 1988 eram indicativos de que não se tratava de singelo instituto processual, mas de um desdobramento das atribuições jurisdicionais que eram conferidas, constitucionalmente, ao STF e STJ, autorizando essas Cortes a criarem providências para a garantia da observância de suas decisões.

Em seu julgado, a Min. Ellen Gracie ponderou que, no âmbito da Justiça Federal, “a uniformização da legislação infraconstitucional foi preservada com a criação da Turma de Uniformização pela Lei 10.259/2001”. E ressaltou que nessa esfera, o legislador determinou a criação da Turma de Uniformização. Ocorrendo o descumprimento de lei federal pela Turma

de Uniformização, a parte poderia, ainda, pleitear no STJ o cumprimento de sua jurisprudência dominante (art. 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001).

O primeiro senão que, a nosso ver, deve ser atribuído ao julgado, refere-se ao efeito conferido aos Embargos de Declaração interpostos no Recurso Extraordinário nº 571.572-BA.

Previstos no art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração são cabíveis quando o julgado padecer de omissão, contradição ou obscuridade. Tanto a jurisprudência quanto a doutrina admitem excepcionalmente, a interposição dos embargos visando a conferir efeitos modificativos à decisão ou ao acórdão embargado.

Mas, feitas singelas e rápidas explicações sobre o cabimento dos embargos de declaração, passemos aos questionamentos. Poderia o referido acórdão, julgando embargos de declaração, possuir a característica de prestar esclarecimentos dessa ordem? Estamos certos de que a resposta é negativa. No próprio julgado, não unânime, o Min. Marco Aurélio destacou essa discrepância e discordou da Relatora, para negar provimento aos embargos, afirmando que esse entendimento seria uma “sinalização muito forte” do Supremo Tribunal Federal. Foram essas as suas palavras:

Mas indago: neste caso concreto, em que a própria relatora assentou, no início de seu voto, a ausência de omissão, de contradição e de obscuridade no acórdão bem redigido por Sua Excelência, podemos abrir caminho para, preenchendo a lacuna legal, dirimir a controvérsia? A meu ver, não. Estamos impossibilitados de fazê-lo porque os embargos declaratórios não se prestam a essa finalidade; não se prestam a provocar o Órgão para que atue como se fosse um órgão destinado a formalizar respostas a consultas.

(...)

Peço vênia para simplesmente desprover os declaratórios.

Também o acompanhou, sob o mesmo argumento, o Min. Carlos Brito, afirmando “que os pressupostos de embargabilidade não estavam presentes, pois não havia omissão nem obscuridade”.

Em defesa do entendimento da Relatora, o Min. Gilmar Mendes asseverou que

outra forma para a solução proposta pela Ministra Ellen Gracie, (sic) seria fazer uma revisão do próprio modelo, pelo menos em *obiter dictum*, para admitir recurso especial contra essas decisões. Mas isso seria, na verdade, um regresso, pois a reclamação tem um caráter seletivo e permite ao STJ a preservação de sua competência enquanto órgão que uniformiza a interpretação do direito federal.

Em discussão durante o julgamento, a Min. Carmem Lúcia expressou seu entendimento afirmando que “o mais interessante é que não se chega ao Superior na via da recorribilidade e se chegará mediante um sucedâneo recursal, ou seja, a reclamação!”.

Nesse caso, também, resulta equívoco, *data venia*, por parte do julgado. De fato, o entendimento sólido e majoritário na doutrina é o de que a reclamação não é sucedâneo recursal, mas sim ação constitucionalmente prevista. Os próprios julgados do Supremo refutam por completo a utilização da reclamação constitucional como sucedâneo recursal, revelando verdadeiro descompasso entre o entendimento firmado nesse julgado e a jurisprudência da Corte Suprema. Confira-se, inclusive, excerto do julgado do AgR na RCL 8.336-RS, DJ 10/9/2010, do qual foi Relatora a própria Min. Carmem Lúcia e no qual ela decidiu que “o uso da via da reclamação como sucedâneo de recurso não é autorizado por este Supremo Tribunal Federal” (grifo nosso). Nesse julgado, a Min. Carmem Lúcia cita, ainda, mais de uma dezena de precedentes do Supremo, corroborando essa afirmação.

Verificamos, dessa forma, contradição no entendimento expressado no julgamento dos EDcl no RE 571.572-BA, uma vez que o posicionamento pacífico no Supremo é o da inadmissibilidade da reclamação como sucedâneo de recurso.

Em mais um trecho do acórdão dos EDcl no RE 571.572-BA, a Relatora admite que o vácuo legal não convinha ao sistema, no que foi rebatida pelo Min. Marco Aurélio. Para ele, o Supremo não deveria cumprir a função de legislador. O máximo que poderia fazer seria apreciar eventual ação direta de inconstitucionalidade por omissão questionando essa matéria.

Ao final, improvisando uma solução inadequada para a ausência de regulamentação legal, o Pleno do STF, por maioria, acolheu os embargos de declaração para prestar os esclarecimentos analisados anteriormente e sugeriu a aplicação da reclamação constitucional no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais, quando os julgados das turmas recursais contrariarem a jurisprudência do STJ na interpretação da legislação infraconstitucional.

Com esse julgado, o Supremo entendeu que o STJ não poderia se furtar de apreciar a divergência em matéria de sua competência, quando a decisão atacada advir dos Juizados Especiais Estaduais, e o obrigou a cumprir seu papel constitucionalmente estabelecido. Entretanto, pecou pelo meio adotado para incumbir essa tarefa ao STJ.

A interpretação dada pelo Supremo, nesse caso, agride as características da reclamação. Mais fácil e em consonância com o sistema jurídico nacional seria aceitar o recurso especial contra as decisões emanadas das turmas recursais dos juizados. Entendemos que as razões de política judiciária foram determinantes para que o Supremo escolhesse a reclamação constitucional em detrimento do recurso especial, notadamente com receio de aumentar em muito o número de recursos especiais ao STJ, argumento, a nosso ver, injustificado.

De fato, essa solução inadequada não cumpriu a finalidade de mitigar a insegurança jurídica. Como um instituto que é constantemente e expressamente refutado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, como

sucedâneo recursal, será admitido como sucedâneo de recurso especial? Relacionam-se a seguir algumas das decisões que afastam a reclamação como recurso.

Impossibilidade da utilização da reclamação como sucedâneo de recurso (Ag. Reg. na RCL 7.971-PA, STF, Rel. Min. Carmen Lúcia, DJ 11.12.2009; RCL 3.054-AgR/CE, Rel. Min. Cesar Peluso, Tribunal Pleno, DJ 7.11.2008; RCL 6.534-AgR/MA, Rel. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ 17.10.2008)

A reclamação, constitucionalmente vocacionada a cumprir a dupla função a que alude o art. 102, I, “I”, da Carta Política (RTJ 134/1033), não se qualifica como sucedâneo recursal nem configura instrumento viabilizador do mero reexame do conteúdo de atos jurisdicionais ou administrativos, eis que tal finalidade revela-se estranha à destinação constitucional subjacente à instituição dessa medida processual. Precedentes. (RCL 5.494-ED/ES, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 11.12.2009)

A reclamação é cabível para preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade das suas decisões (art. 187 do RISTJ e 105, I, “f”, da CF/88) e, por não ser sucedâneo de recurso, é inadmissível seu ajuizamento em face de aresto do próprio Superior Tribunal de Justiça. (AgRg na RCL 3.988-SP, Rel. Min. Maria Theresa de Assis Moura, DJ 17.09.2010; RCL 2.974-RN, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 5.3.2009; RCL 1.562-RJ, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ 21.06.2004)

O que se pode constatar, após o entendimento do Supremo, é o indeferimento liminar das inúmeras reclamações que estão sendo ajuizadas no STJ com caráter nitidamente de recurso especial. O indeferimento se dá em razão da não comprovação da frontal ofensa à jurisprudência da Corte, assim como procedido no âmbito da inadmissibilidade do recurso especial.

Para regulamentar a reclamação sugerida pelo Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça criou a Resolução nº 12/2009 (Apêndice B), que “dispõe sobre o processamento das reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência” da Corte. E acabou por conferir à reclamação feições de recurso especial repetitivo (art. 543-C, do CPC) ao estabelecer prazo (de quinze dias) para o seu ajuizamento, além de permitir ao relator o deferimento de medida liminar com a determinação de suspensão do trâmite de todos os processos do país que tenham como

objeto a mesma controvérsia. Sabemos que a Lei nº 8.038/1990 não estabeleceu prazo para o ajuizamento da reclamação, quando utilizada nos termos originariamente concebidos pela Constituição Federal, ressalvada a hipótese prevista no Enunciado Sumular nº 734 do STF, que estabelece o descabimento desse instituto quando já houver o trânsito em julgado do ato judicial que se alega ter desrespeitado decisão do Supremo.

Na verdade, essa nova reclamação não possui essência de reclamação, mas sim de recurso. E, a despeito da boa intenção da Corte Suprema em determinar ao STJ a apreciação da matéria federal comum advinda dos juizados, a reclamação foi, equivocadamente, criada para que o STJ afastasse a divergência entre a sua jurisprudência e as decisões proferidas no âmbito dos juizados estaduais.

É importante ressaltar que a competência do Superior Tribunal de Justiça somente pode ser alterada por emenda constitucional e a criação desse novo tipo de sucedâneo recursal pelo Supremo acabou por infringir essa competência constitucionalmente prevista.

Outro fator desmerecedor de crédito foi a edição da Resolução nº 12/2009 pelo STJ. Sabemos que compete à União legislar sobre matéria processual, por meio de lei federal, nos termos do art. 22, Inc. I, da Constituição Federal. Logo, conclui-se que a Resolução nº 12/2009 não encontra respaldo constitucional para sua vigência e eficácia, já que resolução é ato administrativo normativo.

Também podemos apontar como incongruente outro aspecto dessa nova modalidade de reclamação: cabe reclamação contra decisão de Turma Recursal de Juizado Estadual que viole a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, mas não cabe reclamação contra decisão final de Tribunal de Justiça que também viole a jurisprudência dessa Corte Superior.

Ainda assim, como discurremos anteriormente, a legitimidade ativa somente é devida àquele jurisdicionado que obteve, em um processo anterior, decisão do Superior

Tribunal de Justiça em seu favor, mas que está sendo descumprida. Dessa forma, aquele que não foi parte na ação originária no STJ não possui legitimidade para o ajuizamento da reclamação constitucional. Portanto, nos termos do art. 472 do Código de Processo Civil, seguindo a regra geral, o STJ não possui autoridade sobre as partes envolvidas em ações ou recursos que não tenha julgado e, por conseguinte, não atinge terceiros.

Vale reafirmar, dessa forma, que a autoridade de suas decisões fica submetida aos julgados *inter partes* e que seus julgados não possuem efeito *erga omnes*, porque assim a lei não previu. Portanto, não poderia apreciar reclamação ajuizada por aquele que não fora parte em ação originária nem recurso sobre o qual o STJ não tenha se pronunciado. Muito menos poderia o STJ conferir efeito suspensivo aos processos em trâmite em todo o país (art. 2º, Inc. I, da Res. nº 12/2009) nas causas que tratem da mesma matéria objeto dessa nova reclamação, principalmente, porque tal característica somente pode ser autorizada por lei federal e nunca por meio de resolução.

Assim, podemos afirmar que, interpretando a teoria do princípio dos poderes implícitos em consonância com a afirmação da Ministra Ellen Gracie de que o histórico da reclamação permitia às Cortes providências no sentido de assegurarem o entendimento de seus julgados e o cumprimento de suas decisões, não haveria necessidade de admitir a reclamação no STJ no âmbito dos juizados. E até ousamos apontar como imprópria a reclamação nesses casos. Insistimos em afirmar que a reclamação constitucional não é recurso, mas ação. Ademais, já existe instituto constitucionalmente previsto e de competência do STJ para interpretar as divergências em matéria infraconstitucional ou reformar julgado que contrarie seu *decisum*. Trata-se do recurso especial, previsto constitucionalmente no art. 105, III, da Constituição Federal de 1988.

CAPÍTULO III - O RECURSO ESPECIAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS

3.1 Antecedentes Históricos

Os Estados possuem um órgão jurisdicional de hierarquia superior com vistas a interpretar e zelar pelo direito escrito. No Brasil temos o Supremo Tribunal Federal, cuja missão é resguardar a Constituição Federal e, conseqüentemente, impedir que haja violação aos preceitos constitucionais. Cabe ao STF dizer a última palavra sobre a interpretação das normas constitucionais, indicando o verdadeiro sentido da norma ou princípio constitucional. E o principal meio jurídico para o jurisdicionado chegar ao STF, quando houver questionamento de matéria constitucional, é o recurso extraordinário, previsto no artigo 102, III, da CF/88. Entretanto, também cabia ao STF, antes da promulgação da atual Constituição Federal, o papel de órgão uniformizador da legislação infraconstitucional. Somente com o novo texto constitucional a Corte Suprema ficou incumbida de apreciar, exclusivamente, matéria constitucional.

O recurso especial derivou diretamente do recurso extraordinário, quando da promulgação da Constituição Federal de 1988. Previsto no artigo 105, Inc. III, da Carta Magna, o recurso especial tem como função zelar pela uniformidade e interpretação da legislação infraconstitucional.

Esses dois recursos foram criados em decorrência da estrutura política do país. O Brasil adotou a federação na Constituição de 1891, instituindo as competências da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. E, desde a formação da federação, coube à União a maior parcela da competência legislativa. Aos Estados-membros e aos Municípios restou pouco. À União cabia legislar sobre direito civil, penal, comercial, processual, eleitoral, dentre outros. Não coube aos Estados competência para legislar nem sobre o direito substancial, nem instrumental, mas somente sobre as normas de organização judiciária.

Em decorrência da estrutura de federação no Brasil e da conduta dos órgãos jurisdicionais na sua atividade de resolver os conflitos de interesses, havia necessidade da criação de instituto que possibilitasse ao jurisdicionado combater os atritos contra as normas jurídicas do país, chegando até ao órgão máximo da justiça nacional. Surgiu, assim, o recurso extraordinário.

Conforme ensinamento de Silva (1963, p. 27-28), reconhece-se que o recurso extraordinário filia-se ao direito saxônico, por meio do “writ of error”. Dentre os vários recursos existentes no direito inglês, havia o recurso de erro, destinado a corrigir erros de direito de uma corte inferior. Era ato do rei, que ordenava a revisão do julgamento quando alegado erro. Da Inglaterra, o “writ of error” foi adotado pelas colônias inglesas na América do Norte, onde foi incorporado ao ordenamento jurídico norte-americano em 1787, quando da organização desta federação, e transformou-se em “instrumento de unidade do direito federal e, sobretudo, de manutenção da supremacia da Constituição Federal americana”.

Com a proclamação da república brasileira, que instituiu a federação, recorreu-se ao “writ of error” do direito anglo-americano para conferir à União meio de manter a autoridade do direito federal diante das divergências na interpretação da lei federal pelos Estados-membros. Colhe-se do livro de Silva (1963, p. 30-31) a época em que dito recurso foi incorporado ao nosso ordenamento:

E foi desse modo que, sem denominação própria, o *Writ of error* entrou na legislação nacional, antes mesmo de promulgada a primeira Constituição republicana. O projeto do Governo Provisório, decreto n. 510, de 22 de junho de 1890, art. 59, § 1º, deu-lhe guarida, dizendo que ‘das sentenças da justiça dos Estados em última instância, haverá recurso para o Supremo Tribunal Federal: a) quando se questionar sobre validade ou aplicabilidade de tratado e leis federais, e a decisão do tribunal do Estado fôr contra ela; b) quando se contestar a validade de leis ou atos de governos dos Estados, em face da Constituição, ou das leis federais, e a decisão do tribunal do Estado considerar válidos os atos dou leis impugnados.

(...)

Em 11 de outubro de 1890, o Governo Provisório expediu o Decreto n. 848, o qual, no seu art. 9º, § único, não só consignou como ampliou os preceitos do projeto n. 510, estabelecendo: “Haverá também recurso para o Supremo Tribunal Federal das sentenças *definitivas proferidas* pelos tribunais e juízes dos Estados: a) quando a decisão houver sido contrária à validade de tratado ou convenção, à aplicabilidade de uma lei do Congresso Nacional, finalmente à legitimidade do exercício de qualquer autoridade que haja obrado em nome da União – qualquer que seja a alçada; b) quando a validade de uma lei ou ato de qualquer Estado seja posta em questão como contrária à Constituição, aos tratados e às leis federais, e a decisão tenha sido em favor da validade da lei ou ato; c) quando a interpretação de um preceito constitucional, ou de lei federal, ou de cláusula de um tratado ou convenção seja posta em questão, e a decisão final tenha sido contrária à validade do título, direito e privilégio ou isenção, derivado de preceito ou cláusula.”

E continua o autor (SILVA, 1963, p. 35-36), ao discorrer sobre a evolução histórica do recurso extraordinário no Brasil, explicando que

alterações de profundas conseqüências sofreu o Recurso Extraordinário ao ser contemplado pela Constituição de 1934, editando no seu art. 76, que “À Côrte Suprema compete: 2 – *julgar*: III – *em recurso extraordinário, as causas decididas pelas justiças locais em única ou última instância*: a) *quando a decisão fôr contra literal disposição de tratado ou lei federal, sobre cuja aplicação se haja questionado*; b) *quando se questionar sobre a vigência ou validade de lei federal em face da Constituição, e a decisão do tribunal local negar aplicação à lei impugnada*; c) *quando se contestar a validade de lei ou ato dos governos locais em face da Constituição, ou de lei federal, e a decisão do tribunal local julgar válido o ato ou a lei impugnada*; d) *quando ocorrer diversidade de interpretação definitiva da lei federal entre Côrtes de Apelação de Estados diferentes, inclusive do Distrito Federal ou dos Territórios, ou entre um destes tribunais e a Côrte Suprema, ou outro tribunal federal.*”

Cabia, portanto, ao recurso extraordinário à época manter a incolumidade do direito federal nos moldes constitucionalmente descritos.

Nessa importante obra sobre o recurso extraordinário, Silva (1963, p. 448) manifestou-se sobre o grande problema que enfrentava o Supremo Tribunal Federal, qual seja, o acúmulo de serviços. E apontou que esse acúmulo advinha de dois fatores: primeiro, pelo pequeno número de Ministros com a incumbência de apreciar toda a matéria jurídica nacional, exceto a eleitoral; segundo, em razão da quantidade de feitos levados ao STF por meio do recurso extraordinário, principalmente em decorrência das matérias fiscais. Silva (1963)

constatou que os recursos extraordinários interpostos em decorrência da contrariedade às leis federais eram crescentes, fato justificado pela competência legislativa da federação, que concentrou na União a maior parcela da função de legislar. E concluiu o autor (SILVA, 1963, p. 450), nos idos de 1963, que a crise do STF era causada pelo recurso extraordinário oriundo de violação à lei federal, *in verbis*,

à vista do exposto, não temos dúvida em concluir que a causa básica da crise do S.T.F. promana do Recurso Extraordinário com fundamento em decisão contrária à letra da lei federal e em decisão divergente de julgado, ou julgados, de outros tribunais, segundo a letra *a* e *d* do inc. III do art. 101 da Constituição.

E propôs solução para resolver a chamada “crise do Supremo” sugerindo reforma no sistema judiciário para se afastar da Corte Suprema o julgamento das matérias que não correspondessem ao direito constitucional e, conseqüentemente, indicando que se criasse um novo órgão incumbido de zelar pela matéria infraconstitucional (SILVA, 1963, p.454-457) nos seguintes termos:

Para isso, é necessária uma reforma constitucional, no capítulo do Poder Judiciário Federal, com o fim de redistribuir e redefinir competências e atribuições dos órgãos judiciários da União, sem os defeitos existentes, como o de prolongamento de estruturas judiciárias a um órgão, cuja missão é colocar-se no ápice da ordem jurídica nacional, onde predominam os valores do Direito Constitucional.

(...)

Tal órgão, que denominaríamos de *Tribunal Superior de Justiça* por uma questão de uniformidade terminológica relativamente aos já existentes, teria como competência fundamental, entre outras, julgar, em grau de recurso, as causas decididas em única ou última instância pelos tribunais ou juízes estaduais, dos feitos da fazenda nacional e militares: a) quando a decisão recorrida fosse contrária à letra de tratado ou lei federal; b) quando se contestasse a validade de lei ou ato de governo local em face de lei federal, e a decisão recorrida aplicasse a lei ou ato impugnado; c) quando na decisão recorrida a interpretação da lei federal invocada fosse diversa da que lhe haja dado qualquer tribunal estadual, ou tribunal militar ou o Tribunal Federal de Recursos, ou divergisse de decisão por ele próprio proferida.

(...)

É claro que o *Tribunal Superior de Justiça*, órgão federal, deverá receber uma organização interna adequada às funções que vai exercer, e ao progresso da vida nacional.

Para o constitucionalista, a criação desse novo Tribunal resolveria a crise do Supremo Tribunal Federal, desincumbindo-o das matérias não afetas ao direito constitucional. Para tanto, o novo Tribunal Superior de Justiça deveria ter estrutura suficiente para desempenhar sua função sem desembaraço naquela época e no futuro. Também nessa obra, Silva (1963) sugeriu reformulação no sistema recursal brasileiro. Sobre essa questão, propôs que o recurso especial ou de revista fosse utilizado contra as decisões de única ou última instância dirigido ao Tribunal Superior da estrutura judiciária competente: i. quando a decisão recorrida fosse contrária à letra da lei federal; ii. quando se contestasse a validade de lei ou ato de governo local em face de lei federal; iii. e quando ocorresse divergência na interpretação da lei federal invocada entre dois ou mais tribunais do sistema, ou entre um destes tribunais e o Tribunal Superior respectivo.

No ano de 1965, em encontro realizado na Fundação Getúlio Vargas, eminentes juristas propuseram a criação de tribunal que fizesse as vezes do Supremo Tribunal Federal, julgando recursos extraordinários relativos ao direito federal comum (VELLOSO, 1991, p. 7-8). Então, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi criado o Superior Tribunal de Justiça, previsto constitucionalmente no artigo 105. Instituído como um Tribunal da Federação, o STJ figura como guardião do direito federal comum na República Federativa do Brasil. A ele foi incumbida vasta competência (art. 105, incisos I, II e III, da CF/88), sendo a mais importante zelar pelo direito federal comum.

O constituinte de 1988 acabou por acatar as sugestões então apresentadas pelos juristas e desmembrou o recurso extraordinário, deixando a seu cargo apenas os questionamentos sobre matéria constitucional. O artigo 102, Inc. III, da CF/88 conferiu ao Supremo Tribunal Federal a competência para julgar, mediante recurso extraordinário, as

causas decididas em única ou última instância quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo da Constituição Federal; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal; e d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

Ao recurso especial dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e previsto no art. 105, Inc. III, da CF/88, coube a parte relativa ao direito federal comum. Segundo referido dispositivo, compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida: a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência; b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal; c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro Tribunal.

Segundo Galvão (1991), a criação do Superior Tribunal de Justiça foi a solução que se afigurou como a mais plausível para resolver a “crise do STF”, desincumbindo esse Tribunal das questões relativas ao direito federal e possibilitando o exercício da função política de intérprete e defensor da Constituição Federal. Proporcionou, ainda, a desoneração da Corte Suprema, transferindo a apreciação da matéria infraconstitucional para o STJ.

3.2 Breves Considerações sobre o Recurso Especial

Neste tópico não iremos nos aprofundar no instituto do recurso especial, sobretudo no que tange aos seus requisitos, nem na análise detalhada dos incisos do art. 105 da CF/88. A razão para tal é que muito já se escreveu sobre esse tema, além de não ser a finalidade desta obra. Pretendemos apenas apreciar a viabilidade do recurso especial estritamente no âmbito dos juizados especiais, por isso as breves e genéricas linhas sobre o recurso neste tópico.

O termo recurso, segundo a definição do Dicionário Houaiss (2003), significa ato ou efeito de recorrer, invocação de auxílio, pedido de socorro, meio que a parte vencida em um processo possui para provocar a revisão de uma decisão judicial desfavorável, entre outros; e origina-se do latim *recursus, us*, possibilidade de voltar, caminho para voltar. Em dicionário técnico-jurídico, encontramos a palavra recurso com o seguinte significado: poder que se confere à parte vencida, ou a outrem, para invocar nova decisão judicial, de órgão jurisdicional hierarquicamente superior; obtenção de novo julgamento, que modifique ou revogue o anterior (GUIMARÃES, 2009, p. 506).

Segundo Pinto (1996, p. 17), no direito processual brasileiro,

recurso é o meio processual através do qual pode a parte impugnar, dentro do mesmo processo, portanto endoprocessualmente, um pronunciamento judicial que lhe tenha causado prejuízo ou gravame, material ou processual, objetivando a modificação (reforma), anulação (invalidação), esclarecimento ou integração desse pronunciamento, que, para ser recorível, há de ter, em princípio, conteúdo decisório, sem o quê não poderia gerar prejuízo para qualquer das partes.

Para Júnior (2004, p. 212), recurso “é o meio processual que a lei coloca à disposição das partes, do Ministério Público e de um terceiro, a viabilizar, dentro da mesma relação jurídica processual, a anulação, a reforma, a integração ou o aclaramento da decisão judicial impugnada”. Souza (2010, p. 39) o define como o

ato processual que pode ser praticado voluntariamente pelas partes, pelo Ministério Público e até por terceiro prejudicado, em prazo peremptório, apto a ensejar a reforma, a cassação, a integração ou o esclarecimento de decisão jurisdicional, pelo próprio julgador ou por tribunal *ad quem*, dentro do mesmo processo em que foi proferido o pronunciamento causador do inconformismo.

A Constituição Federal prevê o Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, garantindo ao jurisdicionado a possibilidade de se interpor recurso para rever julgado que lhe fora desfavorável. O dito Princípio pode ser extraído da análise dos artigos constitucionais que

tratam dos tribunais e de suas competências e tem como finalidade efetivar o binômio segurança-justiça, uma vez que os litígios não podem se perpetuar no tempo. Logo, o Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, no dizer de Júnior (2004, p. 40), visa a “fazer a adequação entre a realidade no contexto social de cada país e o direito à segurança e à justiça das decisões judiciais, que todos têm de acordo com a Constituição Federal”. E assim detalha o alcance da expressão:

Mas qual vem a ser o alcance dessa locução “duplo grau de jurisdição”? O que, exatamente, significa? Consiste em estabelecer a possibilidade de a sentença definitiva ser reapreciada por órgão de jurisdição, normalmente de hierarquia superior àquele que a proferiu, o que se faz de ordinário pela interposição de recurso. Não é necessário que o segundo julgamento seja conferido a órgão diverso ou de categoria hierárquica superior à daquele que realizou o primeiro exame. (JÚNIOR, 2004, p. 40)

Alguns aspectos fundamentam a existência do recurso. Um deles é a falibilidade humana. É certo que o juiz não é imune a falhas, pois se trata de sujeito comum e, portanto, passível de erro. Dessa forma, é perfeitamente plausível a existência de instituto que possa questionar o seu julgado, almejando o acerto na decisão. Outro aspecto é o sentimento humano de insatisfação e inconformismo diante de situação desfavorável, condição que o leva a formular novo julgamento da questão. Há ainda o sentido político da existência do recurso, uma vez que é utilizado para se evitarem decisões despóticas e para servir como meio de controle do poder do juiz.

Mancuso (2006, p. 23) revela ainda que o *animus* que conduz a parte vencida a recorrer justifica-se por três motivos: a) pressão psicológica; b) anseio de preservação do justo; e c) temor da irreparabilidade do dano jurídico. Para Júnior (2004, p. 39), o recurso é, por assim dizer, garantia fundamental de boa justiça.

O recuso especial, derivado do recurso extraordinário, foi criado pela Constituição Federal de 1988 como principal instrumento processual para controlar o direito

infraconstitucional comum perante o Superior Tribunal de Justiça. No dizer de Pinto (1996, p. 53), compete à parte litigante levar ao STJ, por meio do recurso especial, o conhecimento da questão federal ventilada na causa, a fim de que este órgão possa conhecer da questão e dar-lhe a correta e adequada solução, tudo em nome da integridade do sistema jurídico federal. E ressalta, ainda, a finalidade do recurso especial, nos seguintes termos:

ao tratarmos da função do Superior Tribunal de Justiça, especialmente no que se refere à sua competência para processar e julgar o recurso especial, tem esta espécie de recurso a finalidade de propiciar que aquele órgão exerça seu papel primordial de zelar pela obediência e pela aplicação correta e uniforme do direito federal, em todo o território nacional, ou seja, por todos os Tribunais Estaduais, do Distrito Federal, dos Territórios e os Tribunais Regionais Federais, garantindo, assim, a integridade do sistema federativo e a supremacia das leis federais, impedindo não só a desobediência como, também, a regionalização da interpretação e da aplicação do direito federal. (PINTO, 1996, p. 52-53)

O inciso III do artigo 105 da Constituição Federal veio, portanto, conceder ao jurisdicionado a possibilidade de ter corrigida a violação ao seu direito infraconstitucional comum. E, para regulamentar a tramitação dos processos perante o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, o legislador editou a Lei nº 8.038/90, tendo essa Corte Superior inserido no seu Regimento Interno os artigos 255 a 257, também para regular a tramitação do recurso especial internamente. Há, no Código de Processo Civil, em seus arts. 541 a 546, regulamentação sobre o procedimento em relação ao recurso especial e ao recurso extraordinário. No artigo 543-C do CPC, o legislador trouxe inovação ao criar o “recurso especial repetitivo”, trazido pela Lei nº 11.672/2008, que foi regulamentado pela Resolução nº 8/2008, do Superior Tribunal de Justiça.

Dessa forma, ressaltamos que a criação do Superior Tribunal de Justiça e, conseqüentemente, do recurso especial teve como principal motivo desafogar o Supremo Tribunal Federal do grande volume de recursos extraordinários que discutiam matéria

infraconstitucional. Vale ressaltar que o recurso especial tem como finalidade levar ao STJ as discussões do processo relativas ao direito federal comum.

3.3 Do Não Cabimento de Recurso Especial nos Juizados Especiais: o Equívoco do Entendimento do Enunciado Sumular nº 203 do STJ e Sua Violação ao Princípio da Igualdade

A Lei dos Juizados de Pequenas Causas (Lei nº 7.244/84) previa em seu bojo a possibilidade de interposição de recurso contra as sentenças proferidas pelo juiz singular (art. 41). Esse recurso era direcionado para Colégio Recursal, composto por três juízes, característica que foi mantida nos Juizados Especiais pela Lei nº 9.099/95, também em seu artigo 41.

Para Dinamarco (1984, p. 143-145), não era possível interpor recurso extraordinário dos acórdãos dos Colégios Recursais. Relata o doutrinador que,

do julgamento do recurso, feito pelo colegiado de primeiro grau, não cabe recurso algum.

(...)

Nem tem cabimento o *recurso extraordinário*, no processo das pequenas causas. Ele se destina à impugnação de decisões proferidas em única ou última instância por outros *tribunais*, diz o texto constitucional ao fixar a competência do Supremo Tribunal Federal (art. 119, III). Antes, falava a Constituição em “outros tribunais ou juízes” e a alteração do texto foi intencional; seria contrária à tendência restritiva da via de acesso ao Supremo uma interpretação ampliativa do texto, ao arripio desse dado *histórico relevante*.

Na vigência da Constituição Federal de 1967, alterada por emenda constitucional, o Supremo também inadmitia a interposição de recurso extraordinário das decisões dos Colégios Recursais. Entretanto, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Supremo Tribunal Federal passou a admitir a interposição do recurso extraordinário no âmbito dos Juizados de Pequenas Causas. Confira-se julgado a esse respeito:

É certo que as decisões emanadas desses órgãos colegiados que atuam no primeiro grau de jurisdição revelavam-se, no ordenamento constitucional anterior, insuscetíveis de impugnação pela via recursal extraordinária.

A Constituição promulgada em 1988, no entanto, ao aludir, para o efeito de interposição do recurso extraordinário, às “*causas decididas em única ou última instância*”, (art. 102, III), tornou viável, **ainda que excepcionalmente**, o cabimento do apelo extremo contra atos decisórios emanados de magistrados de primeira instância.

(...)

Sendo, desse modo, **plenamente cabível** o recurso extraordinário das decisões proferidas pelos Juizados Especiais de Pequenas Causas, não pode o Presidente do Colégio Especial, mesmo na ausência de previsão legal específica obstar a remessa do agravo de instrumento para esta Corte. (RCL 459/GO, Tribunal Pleno, Relator Min. Celso de Mello, DJ 08.04.94)

Com a criação do Superior Tribunal de Justiça e do recurso especial pela Constituição Federal de 1988, começaram a surgir os questionamentos em relação à interposição de recurso especial no âmbito dos juizados. Como discorrido anteriormente, a parcela do recurso extraordinário referente aos questionamentos da lei federal comum foi incumbida ao recurso especial, previsto pela CF/88 no seu art. 105, Inc. III. Cabia aos juristas interpretar esse dispositivo para saber se seria possível ou não o recurso especial nos juizados especiais, uma vez que o novo texto constitucional previu esse recurso nas causas decididas pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Com a chegada da tese ao Superior Tribunal de Justiça, essa Corte entendeu descabido o manejo do recurso especial perante órgão de segundo grau de juizado especial. A interpretação feita pelo STJ foi a de que as turmas recursais não poderiam ser consideradas como tribunais, em entendimento literal ao texto da Constituição, mesmo diante da lacuna no ordenamento jurídico que impossibilitava o controle da legalidade em relação ao direito federal comum junto aos juizados especiais.

Na verdade, entendemos que não existe lacuna no ordenamento jurídico que impeça a interposição do recurso especial nesses casos. Consideramos que o equívoco na interpretação do artigo 105, inciso III, da CF/88 acabou por gerar essa proibição por parte do STJ.

Outro fator decisivo de ordem circunstancial e sem embasamento jurídico considerado pelo Tribunal Superior foi evitar que essa Corte ficasse ainda mais sobrecarregada de processos oriundos dos juizados. Os dez julgados mais antigos do STJ sobre o tema inadmitiram a interposição do recurso especial perante os juizados especiais. São eles: RESP 21.664/MT (julgado em 15/12/92), RESP 25.088/SP (julgado em 8/3/93), ROMS 2.330/SP (julgado em 16/3/93), RESP 38.472/BA (julgado em 22/3/94), RESP 39.476/BA (julgado em 22/3/94), RESP 23.866/SC (julgado em 12/4/93), AGA 39.372/SP (julgado em 30/9/93), RESP 38.603/BA (julgado em 11/10/93), AGA 43.461 (julgado em 14.12.93) e AGR na RCL 214/SP (julgado em 9/2/94).

O principal debate ocorrido no STJ em relação à interposição do recurso especial no âmbito do juizado especial, dentre os referidos acórdãos, deu-se no julgamento do Recurso Especial nº 21.664/MS, em 15/12/1992, perante a Quarta Turma. Nesse julgado, o Tribunal definiu que, apesar da existência de lacuna na legislação, a Turma Recursal não poderia ser considerada como tribunal. Não obstante o posicionamento coerente com o sistema jurídico nacional e a finalidade pela qual foi criado o STJ, o Min. Athos Gusmão Carneiro, Relator deste processo, ficou vencido no debate. Para ele, seria cabível a interposição do recurso especial contra decisões nos Colégios Recursais. Transcreve-se o trecho do acórdão mencionado que esclarece a questão:

Meditando melhor e mais detidamente sobre a matéria, encontrei todavia relevantes fundamentos em contrário a esta nossa inicial manifestação feita em plano doutrinário.

O tema, cuja importância máxima não será necessário sublinhar, pode ser equacionado sob dois ângulos: o jurídico e o das conveniências sociais (as “exigências do bem comum”, referidas no art. 5º da LICC, a nortear os rumos da jurisprudência).

Sob visão estritamente jurídica, as Turmas ou Câmaras Recursais não serão ‘tribunais’ do ponto de vista administrativo, pois não desfrutam das prerrogativas do art. 96 da CF, e não são assistidas necessariamente por Secretarias próprias, podendo valer-se do pessoal de apoio dos próprios Juizados Especiais de primeiro grau, tendo conforme previsto na lei estadual, já sob o aspecto funcional, que pode ser considerado o realmente fundamental, as Turmas Recursais, embora integradas por juízes de primeiro grau, desempenham função absolutamente idêntica à dos Tribunais de Justiça ou Tribunais de Alçada: apreciam as causas em segundo grau de jurisdição e em colegiado, e suas decisões adquirem a mesma eficácia de coisa julgada formal e material.

A demanda indenizatória, de que cuidou o processo ora em apreciação, foi julgada pela Turma Recursal assim como poderia ter sido julgada por Câmara do TJMS, anteriormente à criação, naquela Unidade da Federação, dos Juizados Especiais, que tanto vêm contribuindo para aproximar a justiça dos jurisdicionados. Perfeitamente razoável, portanto, entender que do ponto de vista funcional as Turmas Recursais, atuando como multiplicados pequenos ‘Tribunais de Alçada’, se me permitem a expressão, são em tudo equiparáveis a um tribunal do Estado, são tribunais dos Estados, cabendo pois admitir o recurso especial de suas decisões, nos casos previstos nos incisos do artigo 105, III, da Lei Maior.

De um ângulo mais pragmático do que propriamente jurídico, poder-se-ia alegar que esta Corte correria o risco de ficar absolutamente sobrecarregada com um desmesurado número de processo, desproporcional à capacidade do limitado número de Ministros do STJ. O argumento é, do ponto de vista prático, ponderável. Esta Corte já está, diga-se, sobrecarregada de processos, mais do que qualquer de suas congêneres, em tems de estatísticas dos altos tribunais de cassação ou de revisão de outros países.

Mas, de outra parte, impende ponderar que pelo menos na maior parte das vezes ocorrerá simplesmente, como no caso presente, o deslocamento de uma causa, e portanto do respectivo recurso, da jurisdição pelas varas comuns e Tribunal de Alçada ou de Justiça, para a jurisdição exercida pelo Juizado Especial e suas respectivas Turmas Recursais.

Além disso, e eis argumento de máxima relevância em país federativo em que o direito material civil, penal e comercial é o mesmo para todo o território nacional, não parece cabível deixar fora do controle de legalidade uma ampla gama de leis federais. E até pior: a matéria, v. g., da importante ação adjudicatória, com toda uma série de variadas questões jurídicas controversas, ficará sujeita ao controle de legalidade relativamente aos arestos proferidos nos Estados onde tais causas estejam sujeitas aos Tribunais de Justiça ou de Alçada, mas alheia a tal controle nos Estados, como por exemplo em Santa Catarina, em que estas demandas são ajuizadas perante os Juizados Especiais? E o que dizer da ação de despejo, que a Lei 8245/91, art. 80, faculta sejam consideradas “causas cíveis de menor complexidade”? Em alguns Estados, este STJ poderá corrigir as ofensas à lei federal, mas noutros não? Se divergirem, a respeito da Lei do Inquilinato, dois Tribunais estaduais, caberá ao STJ a tarefa uniformizadora, mas se o dissídio ocorrer entre Turmas Recursais, será, no plano infraconstitucional, totalmente irremediável?

Devo, portanto, reconsiderar meu anterior entendimento sobre o tema, e declarar, em princípio, como admissível o recurso especial contra decisões das Turmas Recursais

dos Juizados Especiais, quando fundadamente invocada contrariedade à lei federal, ou quiçá até à jurisprudência sumulada desta Corte.

A argumentação do Min. Athos foi defendida pelo Min. Bueno de Souza, que acrescentou o argumento a seguir transcrito:

Por isso é que, diante da insuficiência, com respeitosa vênia (para mim, manifesta insuficiência) das razões jurídicas que devem impedir este Tribunal de assegurar a unidade do direito brasileiro, não tenho porque ceder a argumentos de mera circunstância, a constituição dá ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar, em recurso extraordinário, causas que tiveram apenas a manifestação de juízes de primeiro grau (art. 105, III, “c”). Por que não deveria esta Casa julgar causa decidida por Tribunal de Pequenas Causas, órgão colegiado da Justiça Estadual?

Contudo, prevaleceu o entendimento da maioria, que acompanhou o voto divergente do Min. Fontes de Alencar, que se tornou o relator para o acórdão. Segue trecho do voto condutor da divergência:

A Constituição, quando quis tratar de Tribunais, o fez com toda clareza falando nos Tribunais de Justiça dos Estados e, eventualmente, na existência de Tribunais de Justiça Militar dos Estados, por isso é que o art. 105, inciso III, ao falar do recurso especial para esta Corte, cuidou dos Tribunais Federais Regionais e dos Tribunais dos Estados, do Tribunal de Justiça e, eventualmente, do Tribunal de Justiça Militar. Não podemos dilargar o que a Constituição diz.

A Constituição ao tratar da possibilidade da lei admitir recursos nas causas cíveis de menor complexidade, continua dizendo que aquela câmara recursal seria composta por juízes de Primeiro Grau. Isso a mim me basta para afastar a possibilidade de recurso especial do Juizado Especial para as causas cíveis de menor complexidade.

Em síntese, tenho que inteiramente incabível se mostra o recurso especial no que diz com causas dirimidas quer por Juizados de Pequenas Causas, quer pelo Juizado Especial de causas cíveis de menor complexidade.

O entendimento em face da inadmissibilidade do recurso especial também era o defendido pela doutrina. Dinamarco (2001, p. 180) comunga com essa negativa nos seguintes termos:

É seguro afirmar, portanto, que o julgamento do recurso em processo de pequenas causas é feito por um *juízo*, que não é tribunal. E, como os acórdãos proferidos pelos colégios recursais não são decisões *de tribunal*, conclui-se pela inadmissibilidade do recurso especial nesse processo especialíssimo, o que vem sendo reconhecido e proclamado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Figueira Júnior (2006) também entende pela inadmissibilidade do recurso especial nos juizados, em razão da incongruência desse meio de impugnação com os princípios insculpidos no art. 2º da Lei nº 9.099/1995.

Câmara (2008) ressalta que o descabimento do recurso especial ocorre por ser absolutamente incompatível com o tipo de processo que se desenvolve nessa esfera, além de não ter previsão no ordenamento jurídico, em razão do disposto no artigo 105, Inc. III, da CF/88. E assim pondera sobre as vantagens e desvantagens dessa negativa:

O não-cabimento do recurso especial, como tudo na vida, tem aspectos positivos e negativos. O aspecto positivo, sem sombra de dúvida, está ligado à celeridade processual, uma vez que admitir o recurso especial não só faria com que o processo em que o mesmo fosse interposto demorasse ainda mais, mas faria também com que o STJ ficasse ainda mais assoberbado de trabalho do que já está, uma vez que lhe chegariam incontáveis processos que hoje não ascendem àquela Corte. O aspecto negativo é a inexistência, por conta do não-cabimento do recurso especial e da falta de previsão de qualquer outro mecanismo que pudesse produzir tal efeito, de um sistema destinado a uniformizar a interpretação da lei federal, sendo certo que divergências há, nos Juizados Especiais Cíveis, em incontável número.

Desde os primeiros pronunciamentos, o STJ vem decidindo no sentido da inadmissibilidade da interposição do recurso especial no âmbito dos juizados especiais. E, após a sedimentação desse entendimento, editou, em 12/2/1998, o enunciado sumular nº 203 com o seguinte texto: “Não cabe recurso especial contra decisão proferida, nos limites de sua

competência, por órgão de segundo grau dos juizados especiais.” Posteriormente, julgando o AgRg no AG 400.076/BA, em 23/5/2002, a Corte Especial alterou o texto do enunciado, que passou a ter a seguinte redação: “Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais.” E, desde a consolidação desse entendimento, o STJ vem reproduzindo copiosamente os termos do referido enunciado em seus julgados.

Júnior (2009, p. 93) descreve o conceito e o objetivo de uma súmula nos seguintes termos:

A *Súmula* é o conjunto das teses jurídicas reveladoras da jurisprudência reiterada e predominante no tribunal e vem traduzida em forma de verbetes sintéticos numerados e editados. O objetivo da súmula é fixar teses jurídicas *in abstracto* que devem ser seguidas pelos membros do tribunal, de modo a facilitar o exercício da atividade jurisdicional pelo tribunal que as editou. (...) Editado o verbete e inserido na Súmula, a tese jurídica afirmada somente vincula os membros do tribunal que a emitiram: os demais órgãos jurisdicionais, inclusive os juízes que têm suas decisões revistas em grau de recurso pelo mesmo tribunal, não ficam vinculados à súmula, podendo decidir de acordo com o seu livre convencimento motivado. Todos os tribunais jurisdicionados do País, inclusive o STF, podem formar a sua própria súmula, *sem caráter vinculante*. Em outras palavras, os tribunais federais e estaduais, superiores (SRF, STJ, TST, TSE e STM) ou não (TRF, TRT, TER, TJ), podem editar *súmula simples*. Somente o STF pode editar, além da súmula simples, a *súmula vinculante*.

Com efeito, também não consideramos que o entendimento do STJ ao rechaçar a turma recursal da categoria *tribunal* tenha sido o mais acertado. Como bem colocou o Ministro Athos Gusmão Carneiro, no julgamento da RCL 21.664/MS, as turmas recursais desempenham papel absolutamente igual aos tribunais de justiça ou de alçada, na medida em que apreciam em segundo grau de jurisdição os recursos oriundos do primeiro grau. E, portanto, é perfeitamente coerente interpretar o artigo 105, inciso III, da CF/88, de modo a abranger as turmas recursais dos juizados como tribunais, para efeito de cabimento do recurso especial.

Figueira Júnior (2006, p. 288), autor com vasta experiência na magistratura e que já esteve à frente dos juizados especiais, tanto em primeiro quanto em segundo grau, além de não aceitar o recurso especial perante os juizados especiais, também criticou o entendimento do STJ em relação à interpretação do termo tribunal. A seguir transcrevemos sua coerente argumentação:

Não resta a menor dúvida de que os Colégios Recursais não são órgãos integrantes do Tribunal de Justiça, mas, nos termos das leis de divisão e organização judiciária, deverão figurar como integrantes do Poder Judiciário local, com competência para conhecer em segundo grau de jurisdição os recursos interpostos contra as decisões proferidas nos Juizados Especiais.

Os Colégios, para fins de conhecimento dos diversos meios de impugnação, e dentro das limitações estabelecidas pelo microssistema, equiparam-se em suas funções aos extintos Tribunais de Alçada ou de Justiça, sendo possível chegar-se a este resultado exegético por interpretação analógica e extensiva do inciso III do art. 105 da Lei Maior.

Em outras palavras, *não são tribunais, mas equipara-se a eles*, na qualidade de Turmas de segundo grau; o Colégio é composto por juízes togados de primeiro grau (art. 41, § 1º, da Lei 9.099/1995, c/c art. 21 da Lei 10.259/2010 e do art. 98, inciso I, da CF), mas exerce papel de instância *ad quem*. Tanto é assim que a própria Lei 9.099/1995, no art. 46, aduz que “o julgamento em *segunda instância* constará apenas da ata...”.

A palavra tribunal origina-se do latim *tribunale*, declinação de *tribunal*, designando originariamente o estrado onde ficavam os juízes, protegidos por barras de madeira que os separavam do recinto onde ficava o povo na antiga Roma. Veio daí a expressão “levar às barras do tribunal”. Passou depois a indicar as cadeiras onde sentavam os magistrados e, depois, o prédio e a própria instância jurídica, formada por colegiados, sendo a decisão extraída por maioria. A origem remota é a palavra *tribus*, tribo, divisão do povo romano e também dos judeus. De fato, ao ordenamento jurídico de cada Estado é atribuído o modo como organizar o Poder Judiciário local. Mas não podemos deixar de considerar que, até diante das origens do termo tribunal, plausível seria a interpretação de que as turmas recursais se enquadrariam no conceito de tribunal.

Devemos também levar em consideração que os juízes e servidores que atuam nos juizados são vinculados ao respectivo tribunal que exerce a jurisdição na localidade. Sabemos que é comum o juiz do juizado também atuar na vara cível, na vara criminal, na vara eleitoral ou até no tribunal, como convocado. Desse modo, a diferenciação estabelecida pelo entendimento de que a turma recursal não é tribunal porque composta por juízes de primeiro grau está equivocada. Se assim o fosse, a validade das decisões ou acórdãos das Turmas ou Câmaras dos Tribunais de Justiça ou Regionais Federais que fossem emanadas de juízes de primeiro grau convocados seriam questionáveis. Até mesmo no Superior Tribunal de Justiça é permitida, excepcionalmente, a convocação de desembargadores para integrarem o quadro da Corte quando houver vagas, conforme o artigo 56 do Regimento Interno do STJ. Portanto, o rigor do entendimento do enunciado sumular nº 203 do STJ não condiz com o papel da jurisdição, uma das funções do Estado.

De fato, a tarefa constitucional incumbida ao STJ no artigo 105, inciso III, não poderia ser afastada em relação aos juizados diante da interpretação adotada por esse Tribunal em relação ao recurso especial.

Também acreditamos que o equivocado entendimento sufragado pelo enunciado sumular nº 203 do STJ viola o Princípio da Igualdade, conforme em seguida discorreremos.

O conceito de princípio ainda não é pacífico na doutrina. Júnior (2009) revela os vários entendimentos existentes entre os autores Robert Alexy, Ronald Dworkin, Luis Virgílio Afonso da Silva, Lenio Luiz Streck, Canotilho e Josef Esser. Ao final, critica os posicionamentos, na medida em que os autores tratam do tema mediante sincretismo, misturando as teorias que utilizam critérios distintos uns dos outros. De maneira ampla, podemos afirmar que princípios são os vetores fundamentais de um sistema. No campo jurídico, são as normas fundamentais que orientam os formadores do direito na elaboração e interpretação de regras jurídicas.

O Princípio da Igualdade ou da Isonomia provavelmente foi utilizado na Grécia antiga, em Atenas, cerca de 508 a. C., por Clístenes, o pai da democracia Ateniense. Segundo consta na enciclopédia livre Wikipédia, historiando o Princípio da Igualdade,

sua concepção mais próxima do modelo atual data de 1.199 D.C., quando o Rei João sem Terra (John Lackland) assina a Magna Carta Britânica, considerado o início da Monarquia Constitucional, de onde origina-se o princípio da legalidade, com o intuito de resguardar os direitos dos burgos, os quais o apoiaram na tomada do então Rei Ricardo Coração de Leão.

Entre nós, o Princípio da Igualdade ou Isonomia foi resguardado no artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal, no seu Título II, que trata dos direitos e garantias fundamentais. Dispõe o artigo que: “*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes*” [grifo nosso].

Em estudo sobre o conteúdo jurídico do Princípio da Igualdade, Mello (2010, p. 9-10) concorda que “o alcance do princípio não se restringe a nivelar os cidadãos diante da norma legal posta, mas que a própria lei não pode ser editada em desconformidade com a isonomia”. Para ele, a afirmação de Aristóteles, cujos termos consistem em afirmar que o Princípio da Igualdade significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, é insuficiente para resolver os problemas que porventura surjam. E interpreta o referido princípio ao afirmar que

a Lei não deve ser fonte de privilégios ou perseguições, mas instrumento regulador da vida social que necessita tratar eqüitativamente todos os cidadãos. Este é o conteúdo político-ideológico absorvido pelo princípio da isonomia e juridicizado pelos textos constitucionais em geral, ou de todo modo assimilado pelos sistemas normativos vigentes.

Em suma: dúvida não padece que, ao se cumprir a lei, todos os abrangidos por ela hão de receber tratamento parificado, sendo certo, ainda, que ao próprio ditame legal é interdito deferir disciplinas diversas para situações equivalentes.

E a esta altura, cabe contextualizar o Princípio da Isonomia no que tange ao assunto do nosso trabalho. Pode o microssistema dos juizados ser interpretado de maneira que impeça o jurisdicionado de buscar junto ao STJ a retificação de uma violação na lei federal comum, ao passo que o jurisdicionado que ajuíza ação na justiça comum estadual dispõe do recurso especial para reparar o mesmo tipo de vício? Acreditamos que a interpretação dada ao termo *tribunal* pelo STJ, ao analisar o artigo 105, inciso III, da CF/88 acabou por violar o Princípio da Isonomia. Além disso, consideramos que a prevalência dos Princípios da Celeridade e da Simplicidade, norteadores do microssistema dos juizados, em detrimento dos Princípios da Igualdade e da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional (art. 5, Inc. XXXV, da CF/88), resguardados sob a tutela de fundamentais, não se revela a mais acertada, uma vez que impede o jurisdicionado de exercer seu direito constitucionalmente garantido de buscar reparar uma violação à lei federal perante o Superior Tribunal de Justiça.

No referido estudo realizado por Mello (2010), a “consonância da discriminação com os interesses protegidos na Constituição” fica estabelecida como um dos critérios que devem ser obedecidos para não haver afronta ao Princípio da Igualdade. Isso significa dizer que a discriminação perpetrada pela lei deve ter amparo em alguma norma constitucional e também deve ser fundada em razão valiosa para o bem do público. Além disso, para ter validade no ordenamento jurídico, a discriminação não pode afrontar os preceitos constitucionais.

Desse modo, a interpretação propagada pelo enunciado sumular nº 203 do STJ não se enquadra, portanto, a nosso ver, no Princípio da Igualdade na medida em que impede o jurisdicionado que optou por ajuizar ação no juizado especial de se valer do recurso especial

quando violada lei federal. A proibição acaba por se chocar com o Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional, previsto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, que dispõe que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

O entendimento de Mello (2010) é acertado. A alegação de ofensa à Constituição não dever ser minimizada ou aceita. Segundo Júnior (2009, p. 40-41), a ofensa à Constituição em países com estabilidade política e de Estado de Direito requer a atenção de toda a população. Esse autor critica o descaso dos operadores do direito quando a parte alega violação constitucional ao observar que

entre nós, quando se fala, por exemplo, em juízo, que houve desatendimento da Constituição, a alegação não é levada a sério na medida e na extensão em que deveria, caracterizando-se, apenas, ao ver dos operadores do direito, como mais uma defesa que o interessado opõe à contraparte. (JÚNIOR, 2009, p. 40-41)

E, mais adiante, continua na defesa dos preceitos constitucionais afirmando que “o intérprete deve buscar a aplicação do direito ao caso concreto, sempre tendo como pressuposto o exame da Constituição Federal. Depois, sim, deve ser consultada a legislação infraconstitucional a respeito do tema” (JÚNIOR, 2009, p. 40-41).

Imaginemos situação em que o indivíduo pleiteasse indenização por danos materiais no valor de quarenta salários mínimos, decorrente de acidente de trânsito, ajuizando ação na vara cível comum da comarca. Caso a sentença afrontasse lei federal, poderia a parte interpor apelação ao tribunal de justiça e, se persistisse a violação, poderia interpor o recurso especial para o STJ, órgão constitucionalmente incumbido da função de zelar pela legislação federal comum. Agora, imaginemos situação idêntica de ação pleiteando indenização por danos materiais no valor de quarenta salários mínimos em que o jurisdicionado optasse por ajuizar sua ação no juizado especial da comarca. E, como é comum acontecer, o mesmo juiz da vara cível é o que atua no juizado. Sentenciada a ação, também ocorreria a violação de lei

federal. A parte, nesse caso, interporia o recurso para a Turma Recursal, que tem entendimento idêntico ao juiz que sentenciou, permanecendo, então, a violação. Assim, a parte não teria meios legais para reverter a violação da lei federal, já que não poderia interpor recurso especial para o STJ, situação que revela, também, insegurança jurídica no ordenamento decorrente da existência de entendimentos absolutamente diversos nas decisões judiciais. Ademais, tratamento desigual também é conferido ao réu na ação do juizado. A opção de ajuizar ação no juizado especial é facultada ao autor, mas o réu não pode recusá-la. Caso esse fique vencido e tenha havido violação de lei federal comum, não terá o apelo especial que a Constituição Federal conferiu ao STJ julgar.

O exemplo citado configura, a nosso ver, afronta direta ao Princípio da Igualdade, uma vez que situações idênticas são reguladas de maneiras diferentes, suprimindo o direito constitucional que a parte que optou pelo juizado tem de receber do Estado a completa e eficaz tutela jurisdicional.

Assim, conforme bem observado por Machado (2002, 1-11), em artigo sobre a jurisprudência do STJ em relação ao recurso especial interposto contra acórdão proferido pela turma recursal de juizado especial, a uniformização da interpretação do direito infraconstitucional, a despeito da missão atribuída ao STJ pela Constituição Federal, se repartiu em dois órgãos, o Superior Tribunal de Justiça, nos casos em que admite o recurso especial, e a turma recursal dos juizados especiais, última instância deste microsistema. Acrescentamos à conclusão de Machado que essa repartição na interpretação da legislação federal comum não condiz com a atribuição conferida pela Constituição Federal de 1988 ao Superior Tribunal de Justiça, qual seja, a de ser o guardião exclusivo da inteireza do sistema jurídico federal comum, assegurando-lhe validade e uniformidade de entendimento.

Portanto, a própria decisão do Supremo Tribunal Federal, ao julgar os EDcl no RE 571.572/BA, e admitir, equivocadamente a nosso ver, o cabimento da reclamação

constitucional ao STJ por violação de sua competência, para uniformizar a interpretação de lei federal oriunda dos Juizados Especiais, reafirma o papel constitucional do STJ de uniformizador e interpretador da legislação federal comum. Nesse sentido, entendeu corretamente o Supremo.

3.4 Breves Comentários Sobre o Pedido de Uniformização de Interpretação da Lei Federal

Diante da criação de instituto processual semelhante ao recurso especial com aplicabilidade no âmbito dos Juizados Especiais Federais e da Fazenda Pública e da tramitação de projeto de lei com a finalidade de instituição do referido instituto nos Juizados Especiais Estaduais, julgamos oportunas algumas considerações sobre o referido meio de impugnação.

A instituição dos Juizados Especiais Federais pela Lei nº 10.259/2001 criou o órgão denominado Turma de Uniformização e o pedido de uniformização de interpretação de lei federal. Dispõe o artigo 14 da referida lei que “caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei”. No parágrafo 4º desse artigo, a lei criou a possibilidade de recorrer do acórdão proferido pela Turma de Uniformização ao Superior Tribunal de Justiça ao dispor que “quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça – STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência”.

Apresentados os dispositivos, podemos de imediato afirmar que a lei ordinária criou um típico recurso especial. O recurso especial e suas hipóteses de cabimento estão previstos no artigo 105, inciso III, da Constituição Federal. Portanto, somente por intermédio

de emenda constitucional poder-se-ia criar mais uma hipótese de cabimento do referido recurso, ou, no máximo, pelo exercício da interpretação aos seus dispositivos pelo STJ ou STF, como entendemos correta no caso de assemelhar as turmas recursais ao termo *tribunal* constante da norma. Com efeito, nunca o legislador ordinário poderia criar nova hipótese de cabimento do recurso especial. Consequentemente, podemos afirmar que o artigo 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001 parece ser inconstitucional. Do mesmo modo o artigo 19 da Lei nº 12.153/2009, lei que instituiu os Juizados Especiais da Fazenda Pública. Esse artigo também trata do pedido de uniformização direcionado ao STJ.

A doutrina tem se manifestado pela inconstitucionalidade desse novo instituto. Câmara (2008, p. 249) afirma categoricamente que o pedido de uniformização dos Juizados Federais é inconstitucional e entende que a clara intenção da lei foi a de criar um recurso especial disfarçado. No mesmo sentido, manifesta-se Figueira Júnior (2006, p. 285), para quem “a norma infraconstitucional jamais poderia ampliar o rol de matérias objeto da competência originária do Superior Tribunal de Justiça, fazendo-se mister, para tanto, a reforma da Lei Maior”. Do mesmo modo, Carreira Alvim (2008, p. 202), para quem há dúvidas sobre a constitucionalidade do dispositivo.

Portanto, não restam dúvidas de que o pedido de uniformização direcionado ao STJ não poderia ser utilizado, na medida em que a sólida opinião doutrinária o considera inconstitucional, apesar de o Supremo Tribunal Federal ainda não ter tido a oportunidade de se manifestar sobre a constitucionalidade deste instituto.

A despeito do vício da inconstitucionalidade presente no pedido de uniformização alegado pela embasada doutrina, tanto o Superior Tribunal de Justiça quanto o Conselho da Justiça Federal já o regulamentaram. No STJ, a Resolução nº 2, de 12 de março de 2002 (Apêndice C), foi criada para regulamentar o processamento, nessa Corte, do incidente de uniformização de jurisprudência oriundo da Turma de Uniformização dos Juizados Especiais

Federais. Além da referida Resolução, o Conselho Nacional de Justiça editou o Provimento nº 7, de 7 de maio de 2010, que define medidas de aprimoramento relacionadas ao Sistema dos Juizados Especiais dentre as quais está a regulamentação do pedido de uniformização de interpretação de lei (Apêndice D). Já no CJF, a norma criada foi a Resolução nº 390, de 17 de setembro de 2004, revogada pela Resolução nº 22, de 4 de setembro de 2008 (Apêndice E), que dispõe sobre o regimento interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais.

Importante, por fim, é registrar a tramitação do Projeto de Lei nº 4.723/2004 (Apêndice F) na Câmara dos Deputados, que visa à criação da Turma de Uniformização de Jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais. O referido projeto de lei prevê a criação do instituto do pedido de uniformização, incluindo na Lei nº 9.099/95 o artigo 50-B, que dispõe que “quando a orientação acolhida pelas Turmas de Uniformização de que trata o § 1º do art. 50-A contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência”.

Entendemos como válida a intenção do legislador ordinário de criar normas buscando o aperfeiçoamento do microssistema dos juizados. Entretanto, não concordamos que norma eivada de vício constitucional, segundo a doutrina, encontre respaldo no ordenamento jurídico pátrio.

CONCLUSÃO

O advento da Constituição Federal de 1988 trouxe em seu bojo valiosas regras que garantem ao indivíduo o usufruto dos direitos fundamentais, entre eles o amplo acesso à Justiça. Antes, contudo, da promulgação da Constituição Federal de 1988, o legislador ordinário, com amparo na Constituição de 1967, criou o Juizado de Pequenas Causas com o escopo de facilitar o acesso do cidadão à Justiça. Em 1984, a Lei nº 7.244 inovou no ordenamento jurídico pátrio, na medida em que tinha como premissas básicas facilitar o acesso ao Poder Judiciário e tornar mais célere o processo judicial.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o constituinte criou em seu artigo 98, inciso I, os juizados especiais tendo também como premissas básicas as mesmas dos juizados de pequenas causas. E em 1995, o legislador ordinário editou a Lei nº 9.099, revogando e aperfeiçoando a antiga legislação sobre os juizados. Também nesse texto constitucional de 1988 o constituinte criou o Superior Tribunal de Justiça, com sua competência própria e com a finalidade de desafogar o Supremo Tribunal Federal do crescente número de recursos extraordinários que discutiam, principalmente, matéria infraconstitucional. O entendimento à época foi o de que a solução para a “crise do Supremo” seria a criação de um novo tribunal nacional, que ficaria incumbido de zelar pela legislação federal comum. Nesse contexto, o legislador procurou ampliar o acesso ao jurisdicionado, na medida em que instituiu tribunal com estrutura própria e ampla, com competência para zelar pela legislação infraconstitucional comum, estabelecida no artigo 105, incisos I, II e III, da CF/88. E assim foram criados o STJ e o recurso especial.

O recurso especial derivou da bipartição do recurso extraordinário. Esse ficou incumbido de conduzir ao STF somente matéria constitucional enquanto aquele herdou a função de levar ao Superior Tribunal de Justiça questionamentos sobre a legislação federal

comum. A bipartição funcional do antigo recurso extraordinário revelou o mérito de ampliar a via de acesso à instância de superposição. Portanto, a implantação do Superior Tribunal de Justiça constituiu em fator de abertura para o acesso à Justiça.

No período de vigência da Lei dos Juizados de Pequenas Causas, o STF entendia que era cabível o recurso extraordinário perante o microssistema dos juizados quando houvesse violação de lei federal. Por outro lado, quando da criação do STJ e do recurso especial, esse Tribunal passou a entender que não seria possível a interposição do recurso especial de órgão de segundo grau de juizados especiais. Tal entendimento foi embasado na interpretação do artigo 105, Inc. III, da Constituição Federal dada pelo STJ. O Tribunal entendeu que as turmas recursais não podiam ser consideradas como tribunais e, portanto, descabido seria o recurso especial. A jurisprudência reiterada do STJ culminou na criação do enunciado sumular nº 203.

Então, desde o entendimento do STJ de que é incabível o recurso especial nos juizados, até o ano de 2009, quando o Supremo Tribunal Federal apreciou os EDcl no RE nº 571.572/BA, o jurisdicionado que se valia do juizado especial ficou desamparado juridicamente quando necessitava questionar violação ou divergência em lei federal comum. Com o julgamento do referido recurso pelo Supremo, esse Tribunal entendeu que seria cabível a reclamação constitucional para levar ao STJ discussão sobre direito material que violasse a legislação federal comum enquanto não fosse criada a turma de uniformização no âmbito dos juizados especiais estaduais. Para o STF, o Superior Tribunal de Justiça não poderia se furtar de apreciar os questionamentos sobre violação ou divergência na legislação federal, uma vez que esse fora criado com essa função.

E apontamos como problemática da nossa monografia o fato de o Supremo ter indicado a reclamação constitucional para o STJ como sucedâneo de recurso especial no âmbito dos juizados especiais estaduais, ainda mais que essa posição fora adotada no

julgamento de embargos de declaração, que não se prestam a esse fim. Discorremos, valendo-nos de embasados ensinamentos doutrinários, que a reclamação constitucional não foi criada com essa função, mas tão somente para garantir a autoridade das decisões do tribunal e a preservação de sua competência. Vimos que não é recurso, mas ação, com objeto definido e restrito, e, portanto, não poderia ser utilizada como recurso. Afirmamos que já existia no ordenamento jurídico pátrio instituto processual incumbido de reparar violação ou divergência na lei federal, qual seja, o recurso especial, constitucionalmente criado com essa função.

Apontamos que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o referido recurso extraordinário, reafirmou o papel incumbido constitucionalmente ao STJ de zelar pela legislação infraconstitucional. Do mesmo modo, asseveramos que o entendimento firmado pelo enunciado sumular nº 203 do STJ não correspondeu com a melhor interpretação do ordenamento jurídico. Argumentamos que as turmas recursais podem ser consideradas como tribunais, uma vez que exercem função idêntica a eles, na medida em que apreciam, em segundo grau, os recursos decorrentes das sentenças, ditando a última palavra em matéria infraconstitucional e que, portanto, seria perfeitamente cabível a interposição do recurso especial de seus julgados.

Ao estudarmos a importância dos princípios para o ordenamento jurídico, verificamos que o enunciado sumular nº 203 do STJ acabou por afrontar os Princípios da Igualdade e da Inafastabilidade da Prestação Jurisdicional. A afronta ao primeiro Princípio se deu em razão de o STJ impedir a utilização do mesmo meio processual para situações idênticas, uma vez que faculta ao jurisdicionado da justiça comum a utilização do recurso especial quando houver violação ou divergência na interpretação de lei federal e, por outro lado, veda essa manobra ao jurisdicionado que se utiliza dos juizados especiais. Em relação ao segundo Princípio, apontamos que o entendimento do STJ também afronta a garantia

constitucional que o jurisdicionado tem de obter do Estado-Juiz a prestação jurisdicional completa e efetiva, nos termos do artigo 5º, inciso XXXV, da CF/88.

Mostramos que a discriminação criada pela norma deve ter respaldo no ordenamento jurídico constitucional, situação que não foi obedecida no caso da proibição do recurso especial no âmbito dos juizados, já que, em nosso entendimento, acabou por violar princípios da Constituição Federal.

Ao final, discorremos sobre os vícios de inconstitucionalidade observados pela embasada doutrina em relação ao instituto do pedido de uniformização de interpretação de lei federal criado pela Lei dos Juizados Especiais Federais, reproduzidos pela Lei dos Juizados da Fazenda e integrante de projeto de lei que visa instituir o referido instituto nos Juizados Especiais Estaduais. Como mencionado anteriormente, o dito meio de impugnação não poderia ter sido criado pelo legislador ordinário na medida em que esse não possui competência para instituir nova atribuição ao Superior Tribunal de Justiça, papel incumbido ao legislador constituinte.

Portanto, concluímos no nosso estudo que o ordenamento jurídico prevê meio constitucionalmente adequado para garantir a observância do ordenamento jurídico infraconstitucional perante os juizados especiais, não havendo de se falar em lacuna na legislação. E esse meio é o recurso especial, previsto no artigo 105, inciso III, da CF/88, criado especificamente para possibilitar ao jurisdicionado e ao STJ reparar as violações e uniformizar a interpretação da legislação federal comum. Nesse sentido, ousamos discordar dos entendimentos expressados pelo STF, ao indicar a reclamação constitucional como sucedâneo de recurso especial, e pelo STJ, ao interpretar com rigor e estritamente o artigo 105, inciso III, da CF/88.

A busca incessante pela celeridade e efetividade na tramitação dos processos não pode atropelar os Princípios da Igualdade e da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional,

causando prejuízos às vezes irreparáveis ao jurisdicionado. Vale ressaltar que o funcionamento do ordenamento jurídico deve servir adequadamente ao homem e não o contrário, a despeito de considerarmos louváveis os princípios que regulam o microssistema dos juizados especiais.

De certa forma, concluímos que o entendimento adotado pelo STJ sobre a impossibilidade de interposição do recurso especial nos juizados, negando o acesso do jurisdicionado em busca da satisfação do seu direito federal que fora violado, é um contrassenso, uma vez que o STJ foi criado justamente para impedir esse tipo de violação. Ademais, se os juizados também foram criados com o mister de facilitar o amplo acesso à Justiça pelo cidadão, esse direito não lhe pode ser tolhido com o entendimento do enunciado sumular nº 203 do Superior Tribunal de Justiça.

A adoção das turmas de uniformização no âmbito dos juizados especiais é meio legítimo para o aperfeiçoamento desses microssistemas e parece se mostrar eficiente contra o assoberbamento do Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, entendemos que a proibição de interposição do recurso especial no âmbito dos juizados especiais não é a solução adequada nos moldes em que se encontra o ordenamento jurídico atual. O Superior Tribunal de Justiça foi criado como guardião da legislação infraconstitucional e deve cumprir essa função. E o recurso especial é o meio processual para auxiliar no mister desse Tribunal. O Superior Tribunal de Justiça poderia admitir o recurso especial perante os juizados especiais, adotando a sistemática criada pela Lei nº 11.672/2008, que instituiu o recurso especial repetitivo. Assim, o Tribunal da Cidadania exerceria integralmente seu papel constitucional, cumprindo a finalidade maior da jurisdição, qual seja, a pacificação social, sem a preocupação de ter suas atribuições emperradas pelo grande número de recursos especiais que lhe bateriam às portas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso. Câmara. Projeto de Lei nº 4.723, de 2004. Inclui Seção ao Capítulo II da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Estaduais Cíveis e Criminais, relativa à uniformização de jurisprudência. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=274425>. Acesso em 15 out. 2010.

BRASIL. Conselho da Justiça Federal. Resolução nº 22, de 2008. Dispõe sobre o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais. Disponível em <<http://www.jf.jus.br/cjf>>. Acesso em 4 out. 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Provimento nº 7, de 2010. Define medidas de aprimoramento relacionadas ao Sistema dos Juizados Especiais. Disponível em <<http://cnj.jus.br>>. Acesso em 4 out. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Resolução nº 2, de 2002. Dispõe sobre o processamento, no Superior Tribunal de Justiça, do incidente de uniformização da jurisprudência nos Juizados Especiais Federais. Disponível em <<http://bdjur.stj.gov.br>>. Acesso em 4 out. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Resolução nº 12, de 2009. Dispõe sobre o processamento, no Superior Tribunal de Justiça, das reclamações destinadas a dirimir divergência entre órgão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência da Corte. Disponível em <<http://bdjur.stj.gov.br>>. Acesso em 4 out. 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário nº 571.572-8, do Pleno. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia>>. Acesso em 2 out. 2010.

ALVIM, J. E. Carreira. **Comentários à lei dos juizados especiais federais cíveis**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados especiais cíveis estaduais e federais: uma abordagem crítica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Teoria e prática dos juizados especiais cíveis estaduais e federais**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em números 2009: indicadores do Poder Judiciário, 2009. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/>>. Acesso em: 3 nov. 2010.

DANTAS, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas. **Reclamação constitucional no direito brasileiro**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2000.

DINAMARCO, Cândido Rangel *et al.* **Juizado especial de pequenas causas: lei 7.244, de 7 de novembro de 1984.** Revista dos Tribunais, p. 119-146, 1985.

_____. **Manual dos juizados cíveis.** 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

_____. A reclamação no processo civil brasileiro. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 366, p. 9-15, 2003.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Manual dos juizados especiais cíveis estaduais e federais.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

FUX, Luiz. Juizados especiais: um sonho de justiça. **Revista de Processo**: São Paulo, v. 23, n. 90, p. 151-158, abr./jun. 1998. Disponível em <<http://bdjur.stj.jus.br/doutrina/juizadosespeciais>>. Acesso em: 6 set. 2010.

GALVÃO, Ilmar Nascimento. O poder judiciário. Reforma de 1988. O recurso especial no Superior Tribunal de Justiça *In* **Recursos no Superior Tribunal de Justiça**. Teixeira, Sálvio de Figueiredo (Coordenador). São Paulo: Saraiva, 1991. p.83-88.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário técnico jurídico.** 12 ed. São Paulo: Riedel, 2009.

GÓES, Gisele Santos Fernandes. A reclamação constitucional *In* Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outros meios de impugnação às decisões judiciais. Júnior, Nelson Nery, Alvim Wambier, Teresa Arruda (Coordenadores). São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2005, v. 8, p. 123-145.

HOUAISS, Antônio. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda. 2003.

JÚNIOR, Alcides Leopoldo e Silva *et al.* **Juizados especiais cíveis.** Jorge Tosta Coordenador. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

JÚNIOR, Nelson Nery. **Teoria geral dos recursos.** São Paulo: Revista dos Tribunais. 6. ed. 2004.

JÚNIOR, Nelson Nery. **Princípios do processo na constituição federal: processo civil, penal e administrativo.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 9. ed. 2009.

MACHADO, Antônio Rafael Longhi Fernandes. Um estudo da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o recurso especial interposto contra acórdão proferido pela Turma Recursal do Juizado Especial. **Revista dos Juizados Especiais**, Brasília. v. 6, n. 12, p. 31-41, jan./jun. 2002. Disponível em <<http://bdjur.stj.jus.br/doutrina/juizadosespeciais>>. Acesso em: 28 set. 2010.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso extraordinário e recurso especial.** Revista dos Tribunais, 9. ed. São Paulo. 2006.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MENDES, Gilmar. A reclamação constitucional no supremo tribunal federal. **Fórum Administrativo – Direito Público**. Belo Horizonte: Fórum, ano 1, n. 1, p. 94-111, mar. 2009.

PACHECO, José da Silva. **Mandado de segurança e outras ações constitucionais típicas**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 533-565, 2008.

PINTO, Nelson Luiz. **Recurso especial para o superior tribunal de justiça**. 2. ed São Paulo: Malheiros, 1996.

SALOMÃO, Luis Felipe. **Roteiro dos juizados especiais cíveis**. 3. ed. Rio de Janeiro: Destaque, 2003.

SILVA, José Afonso. **Do recurso extraordinário no direito processual brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963.

SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 39-204, p. 618-677, p. 740-772, p. 911-916.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. O Superior Tribunal de Justiça – Competências originária e recursal In: TEIXEIRA, S. de F. (Coord.) **Recursos no Superior Tribunal de Justiça**. São Paulo: Saraiva, 1991.

WIKIPÉDIA. Enciclopédia *on line*. Disponível em <http:pt.wikipedia.org/wiki/Princ%C3%ADpio_da_igualdade>. Acesso em 4 nov. 2010.

26/08/2009

TRIBUNAL PLENO

EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 571.572-8 BAHIA

RELATORA	:	MIN. ELLEN GRACIE
EMBARGANTE(S)	:	TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO(A/S)	:	BÁRBARA GONDIM DA ROCHA E OUTRO(A/S)
EMBARGADO(A/S)	:	ALBÉRICO SAMPAIO DO LAGO PEDREIRA
ADVOGADO(A/S)	:	DANIELA DA HORA SANTANA

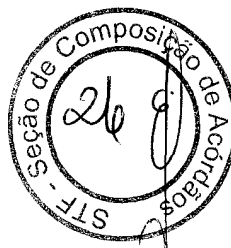
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. APLICAÇÃO ÀS CONTROVÉRSIAS SUBMETIDAS AOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS. RECLAMAÇÃO PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CABIMENTO EXCEPCIONAL ENQUANTO NÃO CRIADO, POR LEI FEDERAL, O ÓRGÃO UNIFORMIZADOR.

1. No julgamento do recurso extraordinário interposto pela embargante, o Plenário desta Suprema Corte apreciou satisfatoriamente os pontos por ela questionados, tendo concluído: que constitui questão infraconstitucional a discriminação dos pulsos telefônicos excedentes nas contas telefônicas; que compete à Justiça Estadual a sua apreciação; e que é possível o julgamento da referida matéria no âmbito dos juizados em virtude da ausência de complexidade probatória. Não há, assim, qualquer omissão a ser sanada.

2. Quanto ao pedido de aplicação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, observe-se que aquela egrégia Corte foi incumbida pela Carta Magna da missão de uniformizar a interpretação da legislação infraconstitucional, embora seja inadmissível a interposição de recurso especial contra as decisões proferidas pelas turmas recursais dos juizados especiais.

3. No âmbito federal, a Lei 10.259/2001 criou a Turma de Uniformização da Jurisprudência, que pode ser acionada quando a decisão da turma recursal contrariar a jurisprudência do STJ. É possível, ainda, a provocação dessa Corte Superior após o julgamento da matéria pela citada Turma de Uniformização.

4. Inexistência de órgão uniformizador no âmbito dos juizados estaduais, circunstância que inviabiliza a aplicação da jurisprudência do STJ. Risco de manutenção de decisões divergentes



RE 571.572-ED / BA


quanto à interpretação da legislação federal, gerando insegurança jurídica e uma prestação jurisdicional incompleta, em decorrência da inexistência de outro meio eficaz para resolvê-la.

5. Embargos declaratórios acolhidos apenas para declarar o cabimento, em caráter excepcional, da reclamação prevista no art. 105, I, *f*, da Constituição Federal, para fazer prevalecer, até a criação da turma de uniformização dos juizados especiais estaduais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça na interpretação da legislação infraconstitucional.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, na Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes, por maioria de votos, acolher os embargos de declaração para prestar os esclarecimentos constantes do voto da Relatora e determinar a comunicação à Presidência do Superior Tribunal de Justiça.

Brasília, 26 de agosto de 2009.



Ellen Gracie

-

Relatora

26/08/2009**TRIBUNAL PLENO****EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 571.572-8 BAHIA**

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE
EMBARGANTE(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO(A/S) : BÁRBARA GONDIM DA ROCHA E
OUTRO(A/S)
EMBARGADO(A/S) : ALBÉRICO SAMPAIO DO LAGO
PEDREIRA
ADVOGADO(A/S) : DANIELA DA HORA SANTANA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Ellen Gracie: Eis o teor da decisão embargada:

“TELEFONIA. COBRANÇA DE PULSOS ALÉM DA FRANQUIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. MATÉRIA QUE SE INSERE NO ÂMBITO DE COGNIÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA ANATEL. CARÁTER INFRACONSTITUCIONAL DA MATÉRIA QUE ENVOLVE ANÁLISE DO CONTRATO DE CONCESSÃO.

1. Por não figurar na relação jurídica de consumo, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL carece de legitimidade para compor o pólo passivo de ação movida pelo particular, usuário de serviço de telefonia móvel, contra a concessionária.

2. Ausente participação da autarquia federal, sob qualquer das hipóteses previstas no art. 109, I, da Constituição, a competência é da Justiça Estadual.

3. Em se tratando de demanda que se resolve pela análise de matéria exclusivamente de direito, a dispensar instrução complexa, cabível seu processamento no Juizado Especial.

4. Reveste-se de natureza infraconstitucional a matéria relacionada à relação de consumo e ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

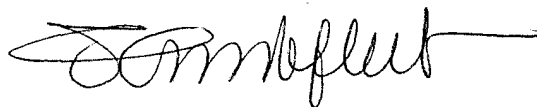
RE 571.572-ED / BA

5. Recurso conhecido em parte e, nesta extensão, desprovido.” (fl. 224).

2. Em seus embargos (fls. 227-237), a Telemar Norte Leste S/A alega omissão na decisão embargada quanto à análise da violação ao art. 98, I, da Constituição Federal, sob o argumento de que se trata de demanda de interesse transindividual, o que afasta a conclusão deste Tribunal no sentido de ser a presente causa de menor complexidade.

3. Questiona a aplicação da Súmula 357/STJ às demandas ajuizadas perante os Juizados Especiais, argumentando a necessidade de este Supremo Tribunal resolver a questão aqui discutida, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça não detém competência para julgar matéria que tenha origem nos Juizados Especiais estaduais.

É o relatório.



RE 571.572-ED / BA**V O T O**

A Senhora Ministra Ellen Gracie - (Relatora): Não há qualquer omissão a suprir. Todas as questões suscitadas pela embargante no recurso extraordinário foram devidamente apreciadas.

2. No acórdão embargado, relatado pelo eminente Ministro Gilmar Mendes, esta Corte confirmou a jurisprudência anteriormente firmada sobre a discriminação nas contas telefônicas dos pulsos além da franquia, no sentido de tratar-se de questão infraconstitucional.

3. Na mesma oportunidade, determinou-se que a competência para julgar o feito seria da Justiça Estadual, dada a ausência de manifestação expressa de interesse jurídico ou econômico pela Agência Reguladora (Anatel).

4. Além disso, definiu-se que a matéria está no âmbito de competência dos Juizados Especiais, em virtude da ausência de complexidade probatória.

5. Quanto à extensão da aplicação da Súmula 357/STJ no âmbito dos Juizados Especiais, são necessárias algumas considerações.

A citada Súmula 357 foi aprovada no Superior Tribunal de Justiça em 25/06/2008 com a seguinte redação:

“A pedido do assinante, que responderá pelos custos, é obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2006, a discriminação de pulsos excedentes e ligações de telefone fixo para celular.”

O presente recurso extraordinário, relatado pelo Ministro Gilmar Mendes, foi julgado neste Plenário na Sessão de 08.10.2008.

RE 571.572-ED / BA

O STJ, no último dia 27 de maio, revogou a Súmula 357, em decorrência de nova regulamentação realizada pela Anatel, na qual foi determinado o detalhamento gratuito de todas as ligações.

Dessa forma, embora tenha revogado a Súmula, o STJ manteve o entendimento em relação à obrigatoriedade da discriminação de pulsos excedentes. Na verdade, a revogação deveu-se ao fato de a redação da Súmula prever ônus ao assinante que desejasse ter sua conta discriminada. Essa oneração ficou expressamente afastada pela nova regulamentação de telefonia.

No tocante à extensão da aplicação da Súmula 357/STJ, esta Suprema Corte já teve a oportunidade de se manifestar quanto ao importante papel exercido pelo Superior Tribunal de Justiça no exame da legislação infraconstitucional. No julgamento do AI 155.684-AgR, o relator, Ministro Celso de Mello, consignou que:

“O legislador constituinte, ao criar o Superior Tribunal de Justiça, atribuiu-lhe, dentre outras eminentes funções de índole jurisdicional, a prerrogativa de uniformizar a interpretação das normas federais infraconstitucionais.”

A perplexidade manifestada pelo embargante decorre do fato de que, embora seja responsável pelo exame da legislação infraconstitucional, o STJ não aprecia recurso especial contra decisão proferida no âmbito dos juizados especiais. As querelas de pequeno valor são submetidas às Turmas Recursais, sua instância revisora.

No âmbito da Justiça Federal, a uniformização da interpretação da legislação infraconstitucional foi preservada com a criação da Turma de Uniformização pela Lei 10.259/2001. Ressalte-se que essa turma poderá ser provocada quando a decisão proferida pela turma recursal contrariar a jurisprudência dominante no STJ.

Além disso, caso a decisão da Turma de Uniformização também contrarie a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, ainda é cabível a provocação daquela Corte, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001.

RE 571.572-ED / BA

Entretanto, não existe previsão legal de órgão uniformizador da interpretação da legislação federal para os juizados especiais estaduais, podendo, em tese, ocorrer a perpetuação de decisões divergentes da jurisprudência do STJ.

Essa lacuna poderá ser suprida com a criação da turma nacional de uniformização da jurisprudência prevista no Projeto de Lei 16/2007, de iniciativa da Câmara dos Deputados e ora em trâmite no Senado Federal.

Todavia, enquanto não for criada a turma de uniformização para os juizados especiais estaduais, poderemos ter a manutenção de decisões divergentes a respeito da interpretação da legislação infraconstitucional federal. Tal situação, além de provocar insegurança jurídica, acaba provocando uma prestação jurisdicional incompleta, em decorrência da inexistência de outro meio eficaz para resolvê-la.

Veja-se, por exemplo, o caso de empresas como a embargante, que muitas vezes prestam serviços em várias unidades da Federação. A permanecer a atual situação, é grande o risco de surgirem, em relação ao mesmo tema, decisões favoráveis e outras desfavoráveis cuja existência concomitante poderia provocar, em tese, verdadeira inviabilidade técnica, no que diz respeito ao cumprimento delas todas.

Desse modo, até que seja criado o órgão que possa estender e fazer prevalecer a aplicação da jurisprudência do STJ, em razão de sua função constitucional, da segurança jurídica e da devida prestação jurisdicional, a lógica da organização do sistema judiciário nacional recomenda que se dê à reclamação prevista no art. 105, I, *f*, da CF amplitude suficiente à solução do impasse.

A história da reclamação e o *status* constitucional que lhe deu a Carta de 1988 são indicativos de que não se trata de singelo instituto processual, a ser utilizado no bojo de uma relação processual visando à prestação jurisdicional por parte do Estado, que irá, por seu órgão judiciário, aplicar o direito a um caso concreto.

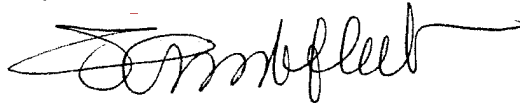
RE 571.572-ED / BA

Trata-se, sim, na dicção de José Frederico Marques, de “*um desdobramento das atribuições jurisdicionais que são conferidas, constitucionalmente, àqueles Tribunais. Inserindo-se, assim, no campo do Direito Processual Constitucional, pode a ordem jurídica, mediante normas regimentais, criar providências dessa natureza para a garantia de observância de julgados em que interfere, até mesmo, o guardião supremo e último da própria Lei Magna*”¹. Trata-se de instrumento destinado a dar efetividade a decisões prolatadas em última instância pelas Cortes de jurisdição nacional: o Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição da República, e o Superior Tribunal de Justiça, guardião da legislação federal.

Diante da inexistência de outro órgão que possa fazê-lo, o próprio Superior Tribunal de Justiça afastará a divergência com a sua jurisprudência, quando a decisão vier a ser proferida no âmbito dos juizados especiais estaduais.

6. Em face do exposto, **acolho** os embargos apenas para prestar esses esclarecimentos.

Comunique-se ao eminente Presidente do Superior Tribunal de Justiça.



/3

¹ *Instituições de Direito Processual Civil*. Campinas: Millennium, 1ª ed. atualizada, 2000, vol. IV, p. 315-316.

26/08/2009

TRIBUNAL PLENO

EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 571.572-8 BAHIA

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhor Presidente, encontro dificuldade em acompanhar a relatora. Realmente, há um impasse, no que não se chega ao Superior Tribunal de Justiça, que sabemos conhecer do especial por discrepância jurisprudencial e caminhar no sentido de emprestar concretude ao direito posto, que é de abrangência nacional, e também não existe, ao contrário do que ocorre com os juizados especiais federais, um órgão capaz de uniformizar a jurisprudência das turmas recursais, ainda que haja turmas recursais em estados.

Mas indago: neste caso concreto, em que a própria relatora assentou, no início de seu voto, a ausência de omissão, de contradição e de obscuridade no acórdão bem redigido por Sua Excelência, podemos abrir caminho para, preenchendo a lacuna legal, dirimir a controvérsia? A meu ver, não. Estamos impossibilitados de fazê-lo, porque os embargos declaratórios não se prestam a essa finalidade; não se prestam a provocar o Órgão para que atue como se fosse um órgão destinado a formalizar respostas a consultas.

O que a Telemar acaba fazendo com estes embargos declaratórios - e, a meu ver, o instrumental, repito, não é próprio, porque não há omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, a matéria jamais foi colocada antes para julgamento pelo Colegiado - é buscar solução para o problema revelado por decisões conflitantes conforme a turma recursal julgadora.

Senhor Presidente, peço vênica para simplesmente desprover os declaratórios.



26/08/2009

TRIBUNAL PLENO

EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 571.572 BAHIA

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) - A questão que se coloca de alguma forma já estava explícita e implícita no RE, porque nele a recorrente, quando trouxe o material ao Supremo, buscava o esclarecimento desse tema, por isso inclusive o pedido de repercussão geral.

A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) - A alternativa seria o Supremo Tribunal Federal examinar a questão infraconstitucional.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Qual foi a conclusão no acórdão? Não se conheceu do recurso extraordinário?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) - Nós não conhecemos, entendemos que a matéria era infraconstitucional, a não ser quanto à competência, salvo engano.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Não se tendo conhecido, a dificuldade é enorme.

A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) - Só


RE 571.572-ED / BA

marcamos a competência.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Só marcamos a competência dos Juizados Especiais.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Isso, definimos que havia competência, portanto reconhecemos a questão constitucional apenas nessa dimensão.

O tema de fato é novo e acho que está a nos desafiar em termos de criatividade. Eu até falava há pouco *de lege ferenda*, há um projeto em tramitação no Congresso Nacional para tratar, talvez, da mesma forma os Juizados.


A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) - Eu refiro no meu voto, o projeto está em tramitação agora no Senado, já foi aprovado na Câmara.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Não se pode nem aplicar o Código de Processo Civil quanto à uniformização da jurisprudência, porque a competência em tal campo é do Tribunal. E as Turmas não estão submetidas ao Tribunal local. Não se chega ao Tribunal local.

RE 571.572-ED / BA

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) - E o vazio legislativo aqui, com a tendência inclusive de ampliação da importância dos juizados especiais, pode criar uma ameaça para a unidade do direito federal. Quer dizer, na medida em que avança o sistema dos juizados especiais - nós sabemos da importância deles, hoje, nessas matérias; nós não estamos falando mais de milhares, mas de milhões de processos -, corremos o risco de ter a erosão da competência do STJ.



A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) - Presidente, as questões enfrentadas pelos juizados especiais são basicamente de natureza infraconstitucional. A grande, grande maioria é infraconstitucional e não há possibilidade de acesso ao órgão máximo, uniformizador da jurisprudência.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Até sustento a necessidade de adotarmos uma flexibilização maior no julgamento do extraordinário, em se tratando de impugnação a acórdão de turma recursal, porque não se tem o acesso ao Superior Tribunal de Justiça.

A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) - A solução proposta, Presidente, evidentemente é temporária, até que

RE 571.572-ED / BA

a omissão legislativa seja sanada e seja estabelecida esta turma uniformizadora dos juizados especiais. Mas, enquanto isso não ocorre, parece-me que o sistema permite a utilização da reclamação, porque o que estará fazendo o STJ senão resguardando autoridade de uma decisão sua. Jurisprudência consolidada, já sumulada e só deixou de sê-lo - fiz questão de deixar registrado em meu voto - porque a atual regulamentação da Anatel é mais benéfica e retira aquela obrigatoriedade de arcar com custas que era prevista na súmula.

26/08/2009**TRIBUNAL PLENO****EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 571.572-8 BAHIA**

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Eu vou pedir vênica para não acompanhar a eminente Relatora, atento aos limites materiais, aos limites objetivos dos próprios embargos de declaração.

Sua Excelência, no início do seu belo voto, deixou assentado que o acórdão - até lavrado, redigido por Vossa Excelência - não padecia de nenhum dos motivos justificadores dos embargos.

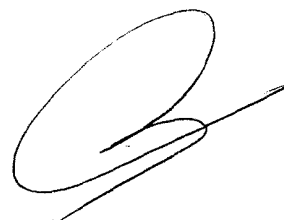
O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Sem querer poupar o Presidente, no que redigiu o acórdão!

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Ou seja, os pressupostos de embargabilidade não estão presentes. A ementa que Vossa Excelência redigiu é interessante, porque, parece-me, abona a tese do Ministro Marco Aurélio dissentindo da Relatora.

"EMENTA: TELEFONIA. COBRANÇA DE PULSOS ALÉM DA FRANQUIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. MATÉRIA QUE SE INSERE NO ÂMBITO DE COGNIÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA ANATEL. CARÁTER INFRACONSTITUCIONAL DA MATÉRIA QUE ENVOLVE ANÁLISE DO CONTRATO DE CONCESSÃO."

Ou seja, realmente esse acórdão não é omissor, não é obscuro.

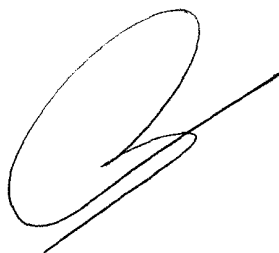
O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Não há o



RE 571.572-ED / BA

envolvimento de tema constitucional. Vamos adentrar matéria que é mais do que matéria de fundo, para solucionar "n" casos e sugerir uma forma de uniformização!

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Embora o excelente voto da eminente Relatora, sou pelo conhecimento do recurso e seu desprovimento. Ou seja, rejeição dos embargos.



26/08/2009

TRIBUNAL PLENO

EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 571.572 BAHIA**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) -**

Outra forma para a solução proposta pela Ministra Ellen Gracie, seria fazer uma revisão do próprio modelo, pelo menos em *obiter dictum*, para admitir recurso especial contra essas decisões. Mas isso seria, na verdade, um regresso, pois a reclamação tem um caráter seletivo e permite ao STJ a preservação de sua competência enquanto órgão que uniformiza a interpretação do direito federal.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Presidente, no

tocante a manifestações, pronunciamentos dos juizados especiais, não se tem como concluir que a decisão do juizado especial, da turma recursal, esteja a discrepar de certa decisão do Superior Tribunal de Justiça, porque, relativamente a essas decisões, não se chega ao Superior Tribunal de Justiça. Não haverá um precedente, um acórdão do Superior Tribunal de Justiça para o cotejo, dizendo-se que foi desrespeitado.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) -

Ministro, pode ocorrer de, por exemplo, em outro processo, o STJ ter se manifestado contra interpretação do dispositivo discutido e aí haver discrepância não em relação aos processos dos juizados especiais, mas à interpretação de um dado tema do direito federal. Essa a questão que se coloca.

RE 571.572-ED / BA

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Sim, e foi observado o rito ordinário com decisão do Tribunal de Justiça de origem.

A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) - Sim.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) - Exatamente. Em que houve, por exemplo, recurso especial ou até súmula.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Agora, a dificuldade está nos embargos declaratórios em que, de início, assentamos inexistência de omissão, obscuridade ou contradição, mas se adentra o tema, principalmente considerado um acórdão que implicou o não conhecimento do recurso extraordinário.

26/08/2009

TRIBUNAL PLENO

EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 571.572 BAHIA

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Senhor Presidente, quero entender bem a solução da eminente Relatora. Vossa Excelência está sugerindo que o Superior Tribunal de Justiça...

A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) - É. Esse tipo de dificuldade pode, no meu entendimento, ser resolvido mediante manejo de reclamação endereçada ao Superior Tribunal de Justiça, uma vez que é aquela Corte quem tem a atribuição de interpretar o direito federal.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Essa sinalização do Supremo é muito forte.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Vossa Excelência não está transformando embargos de declaração em nada.

A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) - Não.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Está fazendo uma sugestão em *obiter dictum*.

A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) - Não. Apenas estou dizendo que a solução consentânea com o



RE 571.572-ED / BA

sistema judiciário brasileiro seria esta: o Superior de Justiça tem atribuição de interpretar a legislação infraconstitucional - quanto a isso não há dúvida - de modo que, firmada a sua interpretação sobre uma determinada tese de direito, poderia ela ser invocada, nesta circunstância específica, enquanto não temos um órgão uniformizador das turmas recursais. Não se aplicaria à Justiça federal porque esta já tem um órgão uniformizador.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) - Vossa Excelência não está entendendo. Pode caber reclamação para o STJ. Só isso.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhor Presidente, fosse o caso, simplesmente encaminharia a embargante a um grande escritório de advocacia. Estaremos a atuar como órgão consultivo em processo no qual não conhecemos do extraordinário?

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Mas é que, a propósito da dúvida suscitada pela embargante, nós estamos dando uma resposta que, embora não integre obscuridade do acórdão, dá uma resposta.

A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) - O

fun
2

RE 571.572-ED / BA

Tribunal tem uma responsabilidade grande que vai além do julgamento objetivo de causas.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) -

Exato. Estamos apontando inclusive a existência de decisões contrárias ao entendimento perfilhado pelo STJ e a falta de remédio processual adequado.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Peço vênica ao

Ministro Marco Aurélio para acompanhar a Relatora.



26/08/2009**TRIBUNAL PLENO****EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 571.572 BAHIA****V O T O**

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: A solução preconizada pela eminente Ministra-Relatora é engenhosa, uma vez que supre uma omissão que...

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - É o sistema.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Vossa Excelência me permite? Vamos admitir que realmente seja formalizada uma reclamação e venha o Superior Tribunal de Justiça a acolher o pedido. Implicará o quê? A cassação de uma decisão da turma recursal, quando esse tribunal não tem competência para apreciar o acerto ou desacerto de pronunciamento de turma recursal. Mais uma dificuldade em se sinalizar e, quando o Supremo sinaliza de uma forma, evidentemente essa será acolhida. Daí o risco de adentrarmos o campo mediante instrumento inclusive impróprio, como são os embargos declaratórios.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) - Contribuindo para que o STJ cumpra a missão constitucional de órgão de uniformização do direito federal.

RE 571.572-ED / BA

A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) - De interpretação do Direito Federal.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Só que nós sempre nos valemos de reclamação para um caso específico; e aqui vai ser para uma matéria.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - O mais interessante é que não se chega ao Superior na via da recorribilidade e se chegará mediante um sucedâneo recursal, ou seja, a reclamação!

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) - Mas isso se dará quase como que num processo objetivo para resolver um tema.

A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) - O vácuo é que não convém ao sistema, a falta de solução para essa hipótese.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - O que temos com a omissão do Parlamento? Que venha a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) - Como construiu a doutrina do **habeas corpus**.

26/08/2009

TRIBUNAL PLENO

EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 571.572 BAHIA**V O T O**

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) - Eu também compreendo, às completas, as fundamentações trazidas pelo Ministro Marco Aurélio.

Acho, realmente, que o sistema, na sua ortodoxia, dificultaria a própria cognoscibilidade dos embargos de declaração nessa dimensão. Mas, ao mesmo tempo, também eu já apontava as graves dificuldades por que passa o sistema. Mantido este modelo rígido, corremos inclusive o risco de termos uma erosão do papel do STJ, enquanto órgão judicial de uniformização da interpretação do direito federal. Nesse sentido, é fácil apostar que, em termos de massa de processos, os juizados especiais passarão a ter maior intensidade na provocação do que os processos que fluem pelas vias ordinárias.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Teríamos a aplicação analógica, de forma indireta, da lei dos juizados federais.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) - Algo em torno disto, porque ali também, no passado, falávamos que o recurso extraordinário da Lei nº 10.259 - até brinquei um dia -

RE 571.572-ED / BA

era o recurso extraordinário do "b", porque era um recurso extraordinário que incidia - como a Ministra Cármen Lúcia acaba de observar - sobre o tema e não sobre cada um dos processos.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Que é o encaminhamento, inclusive, que tem sido dado aqui.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) - E o engraçado é que aquele modelo tornou-se o atual modelo inspirador do nosso recurso extraordinário, agora com a repercussão geral, com estas novas regras dos recursos de caráter repetitivo, dos recursos de massa.

A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) - Está dentro do sistema. É algo coerente com o sistema.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhor Presidente, na linha do que o Ministro Celso de Mello disse, o que a Ministra Ellen Gracie propõe é maior efetividade e maior concretude da jurisdição.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) - E é uma interpretação finalística que está a coincidir com o papel substancial do STJ.

RE 571.572-ED / BA

A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) - Que é fixado pela Constituição.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) - E um papel relevantíssimo de órgão de uniformização de interpretação do direito federal.

A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) - Presidente, se Vossa Excelência me permite, eu gostaria apenas de agregar mais uma informação.

Embora o recurso seja aviado, no caso, pela companhia, esse tipo de solução que o Tribunal, agora, acolhe, na verdade, beneficia os assinantes do serviço de telefonia, porque, como vimos, o teor da Súmula era garantidor do seu direito de ver discriminados os pulsos nas contas que recebem.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Embora com ônus.

A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE (RELATORA) - Perfeitamente, e essa é a exata orientação do Superior Tribunal de Justiça, que, agora, terá essa força mais ampliada.

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 571.572-8**

PROCED.: BAHIA

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE

EMBTE.(S): TELEMAR NORTE LESTE S/A

ADV.(A/S): BÁRBARA GONDIM DA ROCHA E OUTRO(A/S)

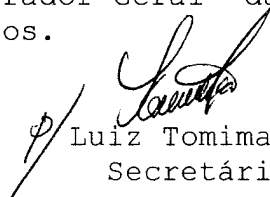
EMBDO.(A/S): ALBÉRICO SAMPAIO DO LAGO PEDREIRA

ADV.(A/S): DANIELA DA HORA SANTANA

Decisão: O Tribunal, por maioria, acolheu os embargos de declaração para prestar os esclarecimentos constantes do voto da Relatora e determinou a comunicação à Presidência do Superior Tribunal de Justiça, vencidos os Senhores Ministros Marco Aurélio e Carlos Britto. Votou o Presidente, Ministro Gilmar Mendes. Ausentes, neste julgamento, o Senhor Ministro Eros Grau e, licenciados, os Senhores Ministros Joaquim Barbosa e Menezes Direito. Plenário, 26.08.2009.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes.
Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Cezar Peluso, Carlos Britto, Eros Grau, Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.


Luiz Tomimatsu
Secretário



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO N. 12, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre o processamento, no Superior Tribunal de Justiça, das reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência desta Corte.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, XX, do Regimento Interno e considerando a decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal nos EDcl no RE n. 571.572-8/BA, DJ de 14.9.2009, e tendo em vista o decidido pelo Conselho de Administração na sessão de 1º de dezembro de 2009, no Processo STJ n. 11.044/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. As reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, suas súmulas ou orientações decorrentes do julgamento de recursos especiais processados na forma do art. 543-C do Código de Processo Civil serão oferecidas no prazo de quinze dias, contados da ciência, pela parte, da decisão impugnada, independentemente de preparo.

§ 1º A petição inicial será dirigida ao Presidente deste Tribunal e distribuída a relator integrante da seção competente, que procederá ao juízo prévio de admissibilidade.

§ 2º. O relator decidirá de plano reclamação manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicada, em conformidade ou dissonância com decisão proferida em reclamação anterior de conteúdo equivalente.

Art. 2º. Admitida a reclamação, o relator:

I – poderá, de ofício ou a requerimento da parte, presentes a plausibilidade do direito invocado e o fundado receio de dano de difícil reparação, deferir medida liminar para suspender a tramitação dos processos nos quais tenha sido estabelecida a mesma controvérsia, oficiando aos presidentes dos tribunais de justiça e aos corregedores-gerais de justiça de cada estado membro e do Distrito Federal e Territórios, a fim de que comuniquem às turmas recursais a suspensão;

II – oficiará ao presidente do Tribunal de Justiça e ao corregedor-geral de Justiça do estado ou do Distrito Federal e ao presidente da turma recursal prolatora do acórdão reclamado, comunicando o processamento da reclamação e solicitando informações;

III – ordenará a publicação de edital no Diário da Justiça, com destaque no noticiário do STJ na internet, para dar ciência aos interessados sobre a instauração da reclamação, a fim de que se manifestem, querendo, no prazo de trinta dias;

IV – decidirá o que mais for necessário à instrução do procedimento.

Art. 3º. O relator poderá, se reputar necessário, abrir vistas dos autos ao Ministério Público, por cinco dias, para parecer, após o decurso do prazo para informações.

Art. 4º. Cumpridos os prazos, com ou sem manifestação das partes, do Ministério Público ou de eventuais terceiros interessados, o processo será incluído na





SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO N. 12, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre o processamento, no Superior Tribunal de Justiça, das reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência desta Corte.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, XX, do Regimento Interno e considerando a decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal nos EDcl no RE n. 571.572-8/BA, DJ de 14.9.2009, e tendo em vista o decidido pelo Conselho de Administração na sessão de 1º de dezembro de 2009, no Processo STJ n. 11.044/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. As reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, suas súmulas ou orientações decorrentes do julgamento de recursos especiais processados na forma do art. 543-C do Código de Processo Civil serão oferecidas no prazo de quinze dias, contados da ciência, pela parte, da decisão impugnada, independentemente de preparo.

§ 1º A petição inicial será dirigida ao Presidente deste Tribunal e distribuída a relator integrante da seção competente, que procederá ao juízo prévio de admissibilidade.

§ 2º. O relator decidirá de plano reclamação manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicada, em conformidade ou dissonância com decisão proferida em reclamação anterior de conteúdo equivalente.

Art. 2º. Admitida a reclamação, o relator:

I – poderá, de ofício ou a requerimento da parte, presentes a plausibilidade do direito invocado e o fundado receio de dano de difícil reparação, deferir medida liminar para suspender a tramitação dos processos nos quais tenha sido estabelecida a mesma controvérsia, oficiando aos presidentes dos tribunais de justiça e aos corregedores-gerais de justiça de cada estado membro e do Distrito Federal e Territórios, a fim de que comuniquem às turmas recursais a suspensão;

II – oficiará ao presidente do Tribunal de Justiça e ao corregedor-geral de Justiça do estado ou do Distrito Federal e ao presidente da turma recursal prolatora do acórdão reclamado, comunicando o processamento da reclamação e solicitando informações;

III – ordenará a publicação de edital no Diário da Justiça, com destaque no noticiário do STJ na internet, para dar ciência aos interessados sobre a instauração da reclamação, a fim de que se manifestem, querendo, no prazo de trinta dias;

IV – decidirá o que mais for necessário à instrução do procedimento.

Art. 3º. O relator poderá, se reputar necessário, abrir vistas dos autos ao Ministério Público, por cinco dias, para parecer, após o decurso do prazo para informações.

Art. 4º. Cumpridos os prazos, com ou sem manifestação das partes, do Ministério Público ou de eventuais terceiros interessados, o processo será incluído na



**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 12 DE MARÇO DE 2002

Dispõe sobre o processamento, no Superior Tribunal de Justiça, do incidente de uniformização da jurisprudência dos Juizados Especiais Federais.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando das atribuições que lhe confere o art. 21, inciso XX, do Regimento Interno e tendo em vista o disposto no art. 14, § 4º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º O incidente de uniformização da jurisprudência do Juizado Especial Federal, previsto no art. 14, § 4º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, será suscitado perante o Superior Tribunal de Justiça e processado segundo o disposto nesta resolução.

Art. 2º O requerimento da parte, acompanhado de cópia do expediente formado na Turma de Uniformização, será distribuído a relator integrante da Seção competente.

Parágrafo único. Se o relator indeferir o pedido, dessa decisão caberá agravo à Seção, que proferirá julgamento irrecorrível.

Art. 3º Admitido o incidente, o relator:

I – poderá, de ofício ou a requerimento da parte, presentes a plausibilidade do direito invocado e o fundado receio de dano de difícil reparação, deferir medida liminar para suspender a tramitação dos processos nos quais tenha sido estabelecida a mesma controvérsia;

II – determinará a intimação da outra parte, pelo correio, para que se manifeste;

III – oficiará ao Coordenador da Turma de Uniformização e aos Presidentes das Turmas Recursais, comunicando o processamento do incidente e solicitando informações;

IV – ordenará a publicação de edital no Diário da Justiça, com destaque no noticiário do STJ na internet, para dar ciência aos interessados sobre a instauração do incidente, a fim de que se manifestem, querendo, no prazo de trinta dias;

V – decidir o mais que for necessário à instrução do feito.

§ 1º Da decisão concessiva da medida liminar prevista no inciso I, caberá agravo à Seção.

§ 2º As partes e os terceiros interessados, no seus prazos, poderão juntar documentos, arrazoados e memoriais.

Art. 4º Será de dez dias o prazo para suscitar o incidente de uniformização (art. 1º), para haver manifestação da parte contrária (art. 3º, II) e para agravar das decisões do relator (art. 2º, parágrafo único, e art. 3º, § 1º).

Art. 5º Cumpridos os prazos, com ou sem manifestação das partes, do Ministério Público ou de eventuais terceiros interessados, o feito será incluído na pauta da Seção, com preferência sobre os demais, ressalvados os processos com réu preso, habeas corpus e mandado de segurança.

Parágrafo único. As partes poderão produzir sustentação oral pelo tempo máximo de quinze minutos. Os terceiros interessados, por decisão do Presidente da Seção, pelo prazo que este fixar, poderão sustentar oralmente.

Art. 6º O acórdão que julgar o incidente conterà, se for o caso, súmula sobre a questão controvertida, e dele será enviada cópia aos Juizados Especiais Federais e às Turmas Recursais.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro PAULO COSTA LEITE
Presidente



<http://bdjur.stj.gov.br>



BDJur

<http://bdjur.stj.gov.br>



Conselho Nacional de Justiça
Corregedoria

PROVIMENTO Nº 7

*Define medidas de aprimoramento
relacionadas ao Sistema dos Juizados
Especiais.*

O CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais de aprimoramento dos serviços judiciários, tendo em vista a relevância do tema e o disposto no artigo 8º, XX, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, e

CONSIDERANDO o crescente volume de demandas submetidas ao procedimento diferenciado dos Juizados Especiais e a necessidade de garantir sua eficiência;

CONSIDERANDO a edição da Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, que explicitou a existência de um Sistema dos Juizados Especiais e dispôs sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

CONSIDERANDO que a despeito das peculiaridades regionais existentes no Sistema dos Juizados Estaduais e do respeito devido à autonomia dos Tribunais de Justiça, não se admite discrepâncias capazes de afetar a harmonia de um sistema previsto em lei federal de caráter nacional;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer regramento mínimo uniforme para todos os entes federados, a fim de que os Juizados Especiais tenham um único formato administrativo no primeiro e segundo grau;

CONSIDERANDO que a prestação jurisdicional deve aproximar-se dos anseios da população, com facilitação do acesso à ordem jurídica justa e ao efetivo atendimento da pretensão ajuizada;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação do acesso ao Poder Judiciário, por meio de um sistema informal, simples, célere, gratuito e capaz de absorver a demanda que lhe é atribuída;

CONSIDERANDO a importância da valorização de formas efetivas de resolução de conflito, por meio da conciliação pré-processual e processual;

CONSIDERANDO que a efetivação de tais medidas pressupõe a existência de estrutura material, pessoal e orçamentária adequadas, racionalização dos trabalhos e otimização dos recursos disponíveis, por meio de um processo de gestão planejado e eficaz;

CONSIDERANDO os dados levantados em todos os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal quanto ao funcionamento e estrutura dos Juizados Especiais, conforme consta do processo eletrônico 000598125/2009;

RESOLVE:

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 1º O Sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal, formado pelos Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais Criminais e Juizados Especiais da Fazenda Pública, é norteados pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

pauta da sessão, com preferência sobre os demais, ressalvados os relativos a réu preso, os habeas corpus, os mandados de segurança e os recursos especiais processados na forma do art. 543-C do Código de Processo Civil.

Parágrafo único. As partes, o representante do Ministério Público e, por decisão do presidente da Seção, os terceiros interessados poderão produzir sustentação oral na conformidade do que dispõe o art. 160 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 5º. O acórdão do julgamento da reclamação conterá súmula sobre a questão controvertida, e dele será enviada cópia aos presidentes dos tribunais de justiça e aos corregedores-gerais de justiça de cada estado membro e do Distrito Federal e Territórios, bem como ao presidente da turma recursal reclamada.

Art. 6º. As decisões proferidas pelo relator são irrecorríveis.

Art. 7º. Reconhecida a litigância de má-fé, nos termos do art. 17 do Código

i) emitir parecer para indicação de juízes para compor a Turma Recursal;

j) promover encontros regionais e estaduais de juízes do Sistema dos Juizados Especiais;

l) promover a capacitação em técnicas de solução pacífica de conflitos de juízes, conciliadores, juízes leigos, mediadores e serventuários que atuem no Sistema;

m) propor convênios com entidades públicas e privadas para possibilitar correta aplicação e fiscalização de penas e medidas alternativas e atendimento aos usuários de drogas;

n) propor convênios com entidades públicas e privadas para possibilitar a dinamização dos atendimentos prestados pelos Juizados Especiais.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA ESTRUTURA

Art. 3º A partir do ano de 2011, os orçamentos dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal deverão ter previsão expressa de verbas destinadas à manutenção e ao aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais, com sua aplicação efetiva.

§ 1º Na destinação de recursos materiais e de pessoal observar-se-á a proporcionalidade no tratamento entre as unidades do Sistema dos Juizados e as demais unidades da Justiça comum, adotando-se como critério objetivo o número de distribuição mensal de feitos de ambos os Sistemas.

§ 2º No prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação deste Provimento, os Tribunais de Justiça deverão implementar as medidas necessárias para atender à regra do parágrafo anterior, comunicando-as à Corregedoria Nacional de Justiça.

Art. 4º Os assessores de magistrados de primeiro grau serão distribuídos de forma equânime entre os juízes da justiça comum e os juízes do sistema dos juizados especiais, medida que deverá ser implementada no prazo

de 60 dias e observará a distribuição enfrentada por cada unidade jurisdicional no último semestre de 2009.

Parágrafo único: Quando se fizer necessária alteração de lei para a implementação da medida prevista no *caput* deste artigo, o projeto respectivo deverá ser encaminhado à casa legislativa no prazo de 60 dias.

Art. 5º O Sistema dos Juizados Especiais deve adotar a prática da conciliação pré-processual como meio de solução de conflitos, observando as seguintes diretrizes:

- I – estrutura apropriada e ambiente adequado;
- II – serviços itinerantes de atendimento à população residente em locais de difícil acesso ou distantes das unidades judiciárias;
- III – postos de atendimento em locais que não forem sede de unidades judiciárias;
- IV – convênios com instituições de ensino, entidades de defesa dos direitos dos consumidores, entes públicos e privados, inclusive para que os pedidos iniciais de até 20 salários mínimos, reduzidos a termo pelas equipes de outros órgãos e assinados pelo autor, além do pleito de tentativa de conciliação junto aos técnicos da própria entidade, consignem requerimentos que permitam a sua utilização como petição inicial caso não haja acordo, evitando-se assim refazimento do trabalho pela secretaria do juizado;

Art. 6º Na comunicação dos atos, no Sistema dos Juizados Especiais, deve ser utilizado preferencialmente o meio eletrônico ou correspondência com aviso de recebimento, dispensado o uso de carta precatória, mesmo entre Estados diversos da Federação, salvo para citação no Juizado Especial Criminal.

DOS CONCILIADORES E JUÍZES LEIGOS

Art. 7º Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferencialmente entre os bacharéis em direito e os

últimos, a partir da vigência da Lei n. 12.153/2009, entre advogados com mais de 2 (dois) anos de experiência.

§ 1º A lotação de conciliadores e de juízes leigos será proporcional ao número de feitos distribuídos em cada unidade judiciária.

§ 2º Os conciliadores e juízes leigos, quando remunerados ou indenizados a qualquer título, serão recrutados por meio de processo seletivo público de provas e títulos, a ser iniciado no prazo de 03 (três) meses, a partir da publicação deste Provimento, e concluído em igual prazo, observados os princípios contidos no art. 37 da Constituição Federal.

§ 3º O exercício das funções de conciliador e de juiz leigo, considerado de relevante caráter público, sem vínculo empregatício ou estatutário, é temporário e pressupõe a capacitação prévia e continuada, por curso ministrado ou reconhecido pelo Tribunal de Justiça.

§ 4º A remuneração dos conciliadores e juízes leigos, quando houver, não poderá ultrapassar, quanto aos primeiros, o menor vencimento base de cargo de segundo grau de escolaridade. E quanto aos segundos, o de terceiro grau de escolaridade, ambos do primeiro grau de jurisdição do Tribunal de Justiça, vedada qualquer outra equiparação.

§ 5º O desligamento do conciliador e do juiz leigo dar-se-á *ad nutum* por iniciativa do juiz da unidade onde exerça a função.

DAS TURMAS RECURSAIS

Art. 8º A Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais constitui unidade dotada de servidores específicos e instalações apropriadas ao seu funcionamento, podendo ser regionalizada.

Art. 9º A Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais é composta por, no mínimo, três juízes de direito em exercício no primeiro grau de jurisdição, com mandato de 2 (dois) anos, integrada, preferencialmente, por juízes do Sistema dos Juizados Especiais e presidida pelo juiz mais antigo na turma e, em caso de empate, o mais antigo na entrância.

§ 1º A Turma Recursal terá membros suplentes, que substituirão os membros efetivos nos seus impedimentos e afastamentos.

§ 2º A designação dos juízes da Turma Recursal obedecerá aos critérios de antiguidade e merecimento.

§ 3º Para o critério de merecimento considerar-se-á inclusive a atuação no Sistema dos Juizados Especiais.

§ 4º É vedada a recondução, salvo quando não houver outro juiz na área de competência da Turma Recursal.

§ 5º A atuação dos juízes efetivos nas Turmas Recursais dar-se-á com prejuízo da jurisdição de sua Vara de origem, salvo decisão em contrário e motivada do órgão responsável pela designação.

§ 6º Na excepcional hipótese de atuação cumulativa no órgão singular e na Turma Recursal, a produtividade do magistrado na Turma Recursal também será considerada para todos os fins.

§ 7º O número de turmas recursais será estabelecido pelo Tribunal de Justiça de acordo com a necessidade da prestação do serviço judiciário.

Art. 10. Os Tribunais de Justiça deverão garantir o julgamento dos recursos em tempo inferior a 100 (cem) dias, contados da data do seu ingresso na Turma Recursal, criando-se, quando necessário, novas Turmas Recursais, temporárias ou não.

§ 1º Com a criação de nova Turma Recursal em caráter definitivo, a distribuição será compensatória até a equiparação de acervo.

§ 2º Nas ações promovidas contra a Fazenda Pública, incumbe às Turmas Recursais dos Juizados o julgamento de recursos em ações ajuizadas a partir de 23 de junho de 2010 e que tramitam sob as regras da Lei n. 12.153/2009.

§ 3º Os recursos interpostos contra decisões proferidas em ações distribuídas contra a Fazenda Pública antes da vigência da Lei nº 12.153/09 não serão redistribuídos às Turmas Recursais do Sistema dos Juizados.

§ 4º No prazo de 30 dias, a contar da publicação deste Provimento, os Tribunais de Justiça deverão distribuir todos os recursos pendentes e estabelecer mecanismos para a conclusão imediata dos feitos ao respectivo relator.

§ 5ª Havendo demandas repetitivas, o Juiz do Juizado Especial solicitará às Turmas Recursais e, quando for o caso, à Turma de Uniformização, o julgamento prioritário da matéria, a fim de uniformizar o entendimento a respeito e de possibilitar o planejamento do serviço judiciário.

DA UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI

Art. 11. Os Tribunais de Justiça deverão, até a entrada em vigor da Lei n. 12.153/2009, organizar o funcionamento da Turma de Uniformização destinada a dirimir divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais.

Parágrafo único. A designação do desembargador que presidirá a Turma de Uniformização recairá, preferencialmente, sobre um dos componentes da Coordenação do Sistema dos Juizados Especiais.

Art. 12. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais da mesma unidade da federação sobre questões de direito material.

§ 1º O preparo, quando devido nos termos da legislação respectiva, será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição do pedido, sob pena de deserção.

§ 2º O pedido de uniformização atenderá o disposto nos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.153 de 22 de dezembro de 2009.

§ 3º O recurso será dirigido ao Presidente da Turma de Uniformização e interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação da decisão que gerou a divergência, por petição escrita e assinada por advogado ou procurador judicial.

§ 4º Da petição constarão as razões, acompanhadas de prova da divergência. A prova se fará mediante certidão, cópia do julgado ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

§ 5º Protocolado o pedido junto à Secretaria da Turma Recursal cujo julgado gerou a divergência, a secretaria intimará a parte contrária e, quando for o caso, o Ministério Público, para manifestação no prazo sucessivo de dez dias; após, encaminhará os autos ao Presidente da Turma de Uniformização.

§ 6º O Presidente da Turma de Uniformização decidirá em 10 (dez) dias, admitindo ou não o pedido.

§ 7º O pedido de uniformização que versar sobre matéria já decidida pela Turma de Uniformização, que não explicitar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, ou que estiver desacompanhado da prova da divergência, será liminarmente rejeitado.

§ 8º Inadmitido o recurso, cabe pedido de reapreciação nos mesmos autos, no prazo de dez dias, à Turma de Uniformização, que desde logo julgará o próprio pedido de uniformização, se entender pela sua admissão.

Art. 13. Estando em termos a petição e os documentos, o Presidente admitirá o processamento do pedido e encaminhará os autos para distribuição e julgamento pela Turma de Uniformização, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único: Poderá o Presidente da Turma de Uniformização conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, *ad referendum* do Plenário, medida liminar para determinar o sobrestamento, na origem, dos processos e recursos nos quais a matéria objeto da divergência esteja presente, até o pronunciamento da Turma de Uniformização sobre a matéria.

Art. 14. Para os fins do § 1º do art. 18 da Lei nº 12.153/2009, nos Estados que possuem mais de duas Turmas Recursais, o Presidente da Turma de Uniformização reunirá somente o representante eleito por cada uma das turmas recursais da unidade da federação, salvo determinação diversa, a critério do respectivo Tribunal.

§ 1º As reuniões poderão ser realizadas por meio eletrônico.

§ 2º A decisão da Turma de Uniformização será tomada pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, votando o Presidente no caso de empate.

Art. 15. A decisão da Turma de Uniformização será publicada e comunicada por meio eletrônico a todos os juízes submetidos à sua jurisdição para cumprimento, nos termos do § 6º do art. 19 da Lei nº 12.153/09, sem prejuízo de sua comunicação pelo diário oficial.

Art. 16. Quando houver multiplicidade de pedidos de uniformização de interpretação de lei com fundamento em idêntica questão de direito material, caberá ao Presidente da Turma de Uniformização selecionar um ou mais representativos da controvérsia, para remessa a julgamento, sobrestando os demais até o pronunciamento desta.

Art. 17. Julgado o mérito do pedido de uniformização, os demais pedidos sobrestados serão apreciados pelos juízes singulares ou Turmas Recursais, que poderão exercer juízo de retratação ou os declararão prejudicados, se veicularem tese não acolhida pela Turma de Uniformização.

Parágrafo único. Mantida a decisão pelo juiz singular ou pela Turma Recursal, poderá a Turma de Uniformização cassar ou reformar, liminarmente, a sentença ou o acórdão contrário à orientação firmada.

Art. 18. A Turma de Uniformização poderá responder a consulta, sem efeito suspensivo, formulada por mais de um terço das Turmas Recursais ou dos juízes singulares a ela submetidos na respectiva unidade da federação, sobre matéria processual, quando verificada divergência no processamento dos feitos.

Art. 19. Pelo voto de no mínimo 2/3 dos seus integrantes, de ofício ou por mediante proposta de Turma Recursal, a Turma de Uniformização poderá rever o seu entendimento.

DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA

Art. 20. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública são órgãos da justiça comum dos Estados e do Distrito Federal e integrantes do Sistema dos Juizados Especiais, presididos por juiz de direito e dotados de secretaria e de servidores específicos para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência, na forma estabelecida pela Lei nº 12.153/2009.

§ 1º Os Juizados Especiais da Fazenda Pública serão instalados no prazo de dois anos, podendo haver o aproveitamento total ou parcial das estruturas das atuais Varas da Fazenda Pública.

§ 2º Nas comarcas onde não haja Vara da Fazenda Pública, poderá ser instalado Juizado Especial Adjunto, cabendo ao Tribunal, motivadamente, designar a Vara junto a qual funcionará.

§ 3º Os serviços de cartório e as conciliações pré-processuais poderão ser prestados, e as audiências realizadas, em bairros ou cidades pertencentes à comarca, ocupando instalações de prédios públicos, de acordo com audiências previamente anunciadas.

§ 4º O Tribunal de Justiça instalará o juizado itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional ou pré-processual, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos ou comunitários.

Art. 21. Os Tribunais de Justiça, até o início da vigência da Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, enquanto não criados Juizados da Fazenda Pública autônomos ou adjuntos, designarão, dentre as Varas da Fazenda Pública existentes, as que atenderão as demandas de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, observado o disposto nos artigos 22 e 23 da mesma Lei e o art. 14 da Lei n. 9.099/1995.

§ 1º Nas comarcas onde não houver Vara da Fazenda Pública, a designação recairá sobre Vara diversa, observando, fundamentadamente, critérios objetivos, e evitando-se congestionamento;

§ 2º Os processos da competência da Lei 12.153/2009, distribuídos após a sua vigência, ainda que tramitem junto a Vara Comum, observarão o rito especial;

§ 3º Os Juizados Especiais da Fazenda Pública que funcionarem como unidades autônomas deverão adotar o processo eletrônico desde a sua instalação, salvo justificativa expressa em sentido diverso e que deverá ser instruída com projeto para a implementação do processo eletrônico;

Art. 22 É vedada a remessa aos Juizados Especiais da Fazenda Pública das demandas ajuizadas até a data de sua instalação, assim como as ajuizadas fora do Juizado Especial por força do disposto no artigo anterior.

Parágrafo único. A partir da vigência da lei n. 12.153/2009, o cumprimento da sentença ou acórdão proferido na justiça ordinária em processo distribuído antes de sua vigência, mas cujo rito seja compatível com aquele previsto no seu art. 13, adotará o procedimento nele estabelecido.

DA REPRESENTAÇÃO DOS RÉUS E DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 23. Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da federação.

§ 1º A representação judicial da Fazenda Pública, inclusive das autarquias, fundações e empresas públicas, por seus procuradores ou advogados ocupantes de cargos efetivos dos respectivos quadros, independe da apresentação do instrumento de mandato;

§ 2º O Estado, os Municípios, suas autarquias, fundações e empresas públicas poderão designar para a audiência cível de causa de até 60 salários mínimos, por escrito, representantes com poderes para conciliar, transigir ou desistir nos processos de competência dos Juizados Especiais, advogados ou não.

Art. 24. O empresário individual, as microempresas e as empresas de pequeno porte poderão ser representados por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem necessidade de vínculo empregatício.

Art. 25. Na comunicação dos atos, no Sistema dos Juizados Especiais, deve ser utilizado preferencialmente o meio eletrônico, com o devido credenciamento dos destinatários, ou correspondência com aviso de recebimento quando o destinatário for pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado, vedado o uso de carta precatória, salvo para citação no Juizado Especial Criminal.

DAS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR

Art. 26 São obrigações de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, as que tenham como limite o estabelecido na lei estadual e nas leis municipais.

§ 1º As obrigações de pequeno valor pagas independentemente de precatório terão como limite mínimo o maior valor de benefício do regime geral da previdência social, nos termos do § 4º do art. 100 da Constituição Federal;

§ 2º Até que se dê a publicação das leis de que trata o *caput*, nos termos do § 2º, do art. 13, da Lei 12.153/2009, os valores máximos a serem pagos independentemente de precatório serão:

40 (quarenta) salários mínimos, quanto ao Estado (ou Distrito Federal, no caso de lei federal);

30 (trinta) salários mínimos, quanto aos Municípios.

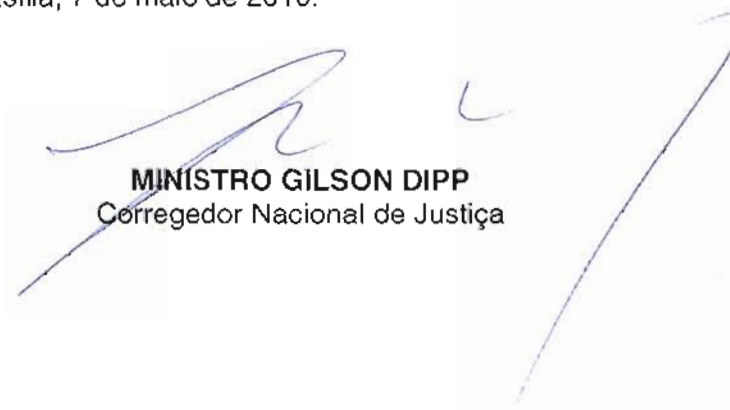
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. Na hipótese de disposição deste Provimento conflitar com norma de lei estadual que discipline o mesmo tema de forma diversa, prevalecerá, quanto à matéria em conflito, a lei estadual. A mesma regra será observada quanto a disposição disciplinada de forma diversa em lei federal que trate do Juizado do Distrito Federal.

Parágrafo único: Caso seja verificada a situação disciplinada no *caput* deste artigo, o Tribunal de Justiça deverá comunicar a ocorrência a esta Corregedoria Nacional, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 28. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de maio de 2010.



MINISTRO GILSON DIPP
Corregedor Nacional de Justiça



Conselho da Justiça Federal

RESOLUÇÃO Nº 022, DE 04 DE SETEMBRO DE 2008

Dispõe sobre o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido no Processo n. 2006160204, em sessão realizada em 27 de agosto de 2008, e

CONSIDERANDO os procedimentos a serem adotados no processamento de feitos para a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar e editar o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em anexo.

Art. 2º Revogar as [Resoluções n. 390, de 17 de setembro de 2004](#), [n. 560, de 26 de junho de 2007](#), e [n. 586, de 27 de novembro de 2007](#).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **CESAR ASFOR ROCHA**
Presidente

Publicada no Diário Oficial da União
Em 08/09/2008 Seção 1 pág 90



Conselho da Justiça Federal

REGIMENTO INTERNO TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

PARTE I DA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA

TÍTULO I DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 1º A Turma de Uniformização, em âmbito nacional, é presidida pelo Ministro Coordenador-Geral da Justiça Federal, compõe-se de dez juízes federais como membros efetivos e tem a designação de *Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais*.

§ 1º A Turma Nacional de Uniformização - TNU, com sede na Capital Federal, funciona em plenário junto ao Conselho da Justiça Federal, onde ocorrem as sessões de julgamento, podendo realizá-las fora da sede, conforme a necessidade ou conveniência.

§ 2º Os membros efetivos são indicados pelos Tribunais Regionais Federais, sendo dois juízes federais de cada Região, escolhidos dentre os integrantes de Turmas Recursais, com mandato de dois anos, vedada a recondução.

§ 3º Os membros suplentes são indicados pelos Tribunais Regionais Federais, sendo dois juízes federais de cada Região, escolhidos de acordo com o critério do parágrafo anterior, e serão convocados na ordem de antigüidade na carreira.

§ 4º Os juízes terão assento segundo a ordem de antigüidade na Turma e subsidiariamente na carreira.

CAPÍTULO II DAS SUBSTITUIÇÕES



Conselho da Justiça Federal

Art. 2º O Presidente será substituído, nas ausências ou impedimentos, pelo Ministro que o seguir na ordem de antiguidade no Conselho da Justiça Federal.

Art. 3º O membro efetivo será substituído, em suas ausências, pelo suplente da respectiva Região. Ocorrendo vacância, o sucessor completará o mandato, escolhendo-se novo suplente.

Art. 4º O Presidente e os juízes declarar-se-ão suspeitos ou impedidos, nos casos previstos em lei. Processar-se-á o incidente na forma da lei processual, quando suscitado pela parte.

Art. 5º Terminado o mandato do relator, os processos distribuídos serão atribuídos ao nomeado para preencher a vaga.

CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA

Art. 6º Compete à Turma Nacional processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material:

I – fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões;

II – em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça; ou

III – em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. A Turma Nacional de Uniformização poderá responder a consulta, sem efeito suspensivo, formulada pelos coordenadores dos Juizados Especiais Federais, pelas Turmas Recursais ou Regionais sobre matéria processual, quando verificada divergência no processamento dos feitos.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES



Conselho da Justiça Federal

SEÇÃO I DO PRESIDENTE

Art. 7º Compete ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização:

I – presidir e supervisionar a distribuição dos feitos aos juízes da Turma Nacional de Uniformização e assinar a respectiva ata;

II – convocar os juízes para as sessões ordinárias e extraordinárias;

III – dirigir os trabalhos da Turma Nacional de Uniformização, presidindo as sessões de julgamento;

IV – manter a ordem nas sessões, adotando para isso as providências necessárias;

V – proferir o voto de desempate em feitos cíveis;

VI – decidir, a requerimento da parte, sobre a admissibilidade do incidente indeferido pelo Presidente da Turma Recursal ou pelo Presidente da Turma Regional;

VII – determinar antes da distribuição:

~~a) a devolução dos feitos que versarem sobre questão já julgada, para que a Turma Recursal ou a Turma Regional proceda à manutenção ou à adequação do acórdão recorrido, conforme o caso~~ ([Revogada pela Resolução n. 062, de 2009](#));

~~b) a devolução dos incidentes de uniformização admitidos na origem que tenha por inadmissíveis;~~

b) negar seguimento ao incidente manifestamente inadmissível ou em confronto evidente com súmula ou com jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal ([Redação dada pela Resolução n. 062, de 2009](#));

c) o sobrestamento dos feitos que tratem de questão sob apreciação ou em vias de ser apreciada pela Turma Nacional de Uniformização;



Conselho da Justiça Federal

~~VIII — sobrestar os feitos que tratem de questão constitucional cuja repercussão geral tenha sido reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, quando ainda não realizado o respectivo julgamento de mérito do recurso extraordinário;~~

VIII – sobrestar os feitos que tratem de questão constitucional cuja repercussão geral tenha sido reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, quando ainda não realizado o respectivo julgamento de mérito do recurso extraordinário, bem como os feitos que tratem de matéria sob a apreciação do Superior Tribunal de Justiça por meio de incidente de uniformização de jurisprudência e de recurso repetitivo, enquanto pendentes de julgamento ([Redação dada pela Resolução n. 062, de 2009](#));”

IX – decidir sobre a admissibilidade do incidente de uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça;

X – decidir sobre a admissibilidade do recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal;

XI – prestar informações ao Ministro-Relator sobre os incidentes de uniformização dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça e sobre os recursos extraordinários ao Supremo Tribunal Federal;

XII – dirimir dúvidas relacionadas às questões de ordem e demais incidentes processuais;

XIII – superintender os serviços administrativos da Turma Nacional de Uniformização;

XIV – apresentar ao presidente do Conselho da Justiça Federal relatório anual das atividades da Turma, no mês de dezembro de cada ano.

SEÇÃO II DO RELATOR

Art. 8º Compete ao relator:

I – ordenar e dirigir o processo;

II – submeter à Turma as questões de ordem;



Conselho da Justiça Federal

- III – pedir dia para julgamento dos feitos;
- IV – apresentar em mesa para julgamento os feitos que independem de pauta;
- V – requisitar informações;
- VI – colher a manifestação do Ministério Público Federal, quando for o caso;
- VII – conceder medidas liminares ou cautelares em feitos de natureza civil ou penal, na forma da lei processual;
- VIII – determinar a suspensão do processo quando o mesmo tema ou questão prejudicial estiver pendente de apreciação na Turma Nacional de Uniformização, no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal;
- IX – negar seguimento ao incidente manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal;
- X – dar provimento ao incidente se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, podendo determinar o retorno dos autos à origem para a devida adequação;
- XI – redigir o acórdão quando seu voto for o vencedor no julgamento;
- XII – homologar as desistências, ainda que o feito se ache em pauta ou em mesa para julgamento.

Parágrafo único. Consideram-se jurisprudência dominante as decisões proferidas reiteradamente em casos idênticos ([incluído pela Resolução n. 062, de 2009](#)).”

SEÇÃO III DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



Conselho da Justiça Federal

Art. 9º Perante a Turma Nacional de Uniformização oficiará, como fiscal da lei, membro do Ministério Público Federal.

Art. 10. O Ministério Público Federal manifestar-se-á nas oportunidades previstas em lei.

SEÇÃO IV DA SECRETARIA

Art. 11. São atribuições da Secretaria da Turma Nacional de Uniformização:

I – adotar as providências necessárias ao uso do meio eletrônico para o trâmite de autos virtuais entre a Turma Nacional de Uniformização e as Turmas Recursais ou Regionais, bem como ao devido processamento desses recursos;

II – disponibilizar no portal da Justiça Federal o recebimento dos autos do processo, o cadastro do incidente de uniformização com a indicação da matéria versada e o andamento processual;

III – executar as atividades relacionadas à publicação dos expedientes e atos processuais, à expedição de mandados e cartas de intimação, à carga dos autos dos processos e ao recebimento e juntada de petições dirigidas à Turma Nacional de Uniformização;

IV – cumprir as rotinas inerentes à organização dos autos dos processos destinados à distribuição, bem como aquelas relativas à sessão de julgamento;

V – distribuir via correio eletrônico, entre os juízes da Turma Nacional de Uniformização, o relatório dos feitos incluídos em pauta;

VI – publicar no Diário da Justiça, ou por outro meio legalmente eficaz, as decisões da Turma Nacional de Uniformização e as de seu Presidente.

Art. 12. Compete ao Secretário:

I – supervisionar, coordenar e dirigir as atividades administrativas da Secretaria e as relacionadas à tramitação dos feitos;



Conselho da Justiça Federal

II – secretariar as sessões de julgamento da Turma Nacional de Uniformização e lavrar as respectivas atas;

III – proceder à distribuição dos processos, sob a supervisão do Presidente;

IV – assessorar o Presidente e os juízes da Turma Nacional de Uniformização nos assuntos relacionados à Secretaria;

V – submeter à consideração e apreciação do Presidente da Turma Nacional de Uniformização matérias administrativas ou processuais relativas às Turmas Regionais, Recursais e aos Juizados Especiais Federais.

PARTE II DO PROCESSO

TÍTULO I DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

- CAPÍTULO I DO PROCESSAMENTO

Art. 13. O incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional será submetido ao Presidente da Turma Recursal ou ao Presidente da Turma Regional, no prazo de dez dias, a contar da publicação, com cópia dos julgados divergentes e a demonstração do dissídio.

Parágrafo único. O requerido será intimado perante o juízo local para, no mesmo prazo, apresentar contra-razões.

Art. 14. Em todas as fases do processo poderá ser utilizada, por determinação do Presidente da Turma Nacional, a informatização regulada em lei para a prática e comunicação de qualquer ato processual.

Art. 15. O Presidente da Turma Recursal ou o Presidente da Turma Regional decidirão preliminarmente sobre a admissibilidade do incidente de uniformização.

§ 1º Não será admitido o incidente de uniformização que versar sobre matéria já decidida pela Turma Nacional de Uniformização.



Conselho da Justiça Federal

§ 2º Incidentes de uniformização idênticos recebidos nas Turmas Recursais ou Regionais ficarão sobrestados antes de ser realizado o juízo preliminar de admissibilidade se, sobre o mesmo tema, outro incidente já tiver sido apresentado ou estiver em vias de apresentação na Turma Nacional de Uniformização.

§ 3º No que se refere ao parágrafo anterior, a decisão proferida pela Turma Nacional de Uniformização, no incidente que versar sobre a questão discutida, deve ser adotada pela turma de origem para fins de adequação ou manutenção do acórdão recorrido.

~~§ 4º Em caso de inadmissão preliminar, a parte poderá requerer nos próprios autos, no prazo de dez dias, a contar da publicação da decisão recorrida, que esta seja submetida ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização, que decidirá de modo irrecorrível.~~

§ 4º Em caso de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, a contar da publicação da decisão recorrida, que esta seja submetida ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização ([Redação dada pela Resolução n. 062, de 2009](#)).

TÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DO REGISTRO DOS FEITOS

Art. 16. As petições e os processos serão recebidos no protocolo do Conselho da Justiça Federal.

Art. 17. A Secretaria da Turma Nacional praticará os atos necessários ao registro dos feitos, observadas as classes e a individualização dos assuntos, bem como procederá à divulgação do andamento processual no portal da Justiça Federal.

CAPÍTULO II DA DISTRIBUIÇÃO

Art. 18. A distribuição dos processos será feita em sessão pública e realizada por sorteio em meio eletrônico ou manual.



Conselho da Justiça Federal

Art. 19. A distribuição far-se-á entre os juízes em exercício na Turma Nacional, observado o critério da proporcionalidade.

§ 1º A distribuição observará as leis processuais aplicáveis à espécie.

§ 2º A redistribuição ocorrerá nos casos de conexão, continência, impedimento, suspeição ou afastamento do relator por mais de sessenta dias.

Art. 20. Após a distribuição, os processos permanecerão na Secretaria da Turma Nacional pelo prazo de quarenta e oito horas.

CAPÍTULO III DA PAUTA DE JULGAMENTO

Art. 21. Caberá ao relator selecionar e preparar os processos a serem incluídos em pauta, encaminhando listagem à Secretaria da Turma Nacional para a devida publicação.

Art. 22. A pauta de julgamento será publicada no Diário da Justiça, afixada em lugar acessível ao público na sede da Turma Nacional de Uniformização e disponibilizada no portal da Justiça Federal.

§ 1º A publicação a que se refere o *caput* antecederá em quarenta e oito horas, no mínimo, à sessão de julgamento na qual os processos possam ser chamados, e será certificada nos autos.

§ 2º A publicação de editais relativos às sessões extraordinárias de julgamento observará o prazo estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 23. Nos julgamentos à distância ou realizados fora da sede da Turma Nacional de Uniformização, constarão do edital da pauta os locais onde será feita a transmissão ou onde se darão os atos correspondentes.

Art. 24. Independem de pauta:

I – o julgamento dos embargos declaratórios, dos pedidos de reconsideração e dos agravos;

II – as questões de ordem sobre o processamento de feitos.



Conselho da Justiça Federal

CAPÍTULO IV DA SESSÃO DE JULGAMENTO

Art. 25. A Turma Nacional de Uniformização reunir-se-á com a presença de, no mínimo, sete juízes, além do Presidente, e deliberará por maioria simples.

§ 1º As sessões e votações serão públicas, observada, quando for o caso, a restrição à presença de terceiros prevista no art. 93, inc. IX, da Constituição Federal.

§ 2º As sessões de julgamento poderão ser realizadas por meio eletrônico, observada a legislação própria.

Art. 26. O relator ordenará, se for o caso, no prazo de dez dias, o encaminhamento dos autos ao órgão do Ministério Público Federal, que disporá do mesmo prazo para oferecer parecer.

Art. 27. Com ou sem manifestação do órgão do Ministério Público Federal, o relator, em dez dias, redigirá exposição que a Secretaria distribuirá, via correio eletrônico, aos juízes da Turma Nacional de Uniformização.

Art. 28. É facultado às partes, por seus advogados, apresentar memoriais e produzir sustentação oral, por dez minutos, prorrogáveis por igual prazo, a critério do Presidente.

§ 1º Eventuais interessados que não sejam partes no processo poderão manifestar-se, ficando ao juízo do Presidente conceder ou não oportunidade de sustentação oral por ocasião do julgamento.

§ 2º Caso os advogados, os peritos e as partes estejam presentes, os juízes, por intermédio do Presidente, poderão convocá-los para prestarem esclarecimentos sobre matéria de fato.

§ 3º Falará em primeiro lugar a parte que apresentou o incidente de uniformização e por último, se o requerer, o Ministério Público Federal.



Conselho da Justiça Federal

Art. 29. A Turma Nacional de Uniformização poderá converter o julgamento em diligência, quando for necessário à decisão da causa.

Art. 30. O relator fará a exposição do caso e proferirá o seu voto, seguido pelos demais juízes, na ordem de antigüidade.

§ 1º Se o relator ficar vencido, lavrará o acórdão o juiz que proferiu o primeiro voto vencedor, ainda que votos anteriores sejam reconsiderados.

§ 2º Suspenso o julgamento com pedido de vista, os demais juízes que se considerarem habilitados poderão votar na mesma sessão.

§ 3º O julgamento do incidente de uniformização suspenso por pedido de vista prosseguirá, independentemente da presença do relator, na sessão seguinte, com prioridade sobre os demais processos.

§ 4º O juiz vencido na preliminar deverá votar no mérito e, se seu voto nessa última parte prevalecer, redigirá o acórdão.

§ 5º O relator cujo mandato houver terminado fica vinculado aos feitos já incluídos em pauta de julgamento.

Art. 31. O acórdão assinado pelo relator e os demais votos serão encaminhados à Secretaria da Turma Nacional, no prazo de dez dias, a contar da sessão de julgamento.

§ 1º Vencido o prazo do relator, o processo será encaminhado ao juiz que tiver votado no mesmo sentido, seguindo a ordem de antigüidade, a quem caberá redigir o acórdão.

§ 2º Caso o voto vogal não seja apresentado, o acórdão será publicado sem a consideração deste.

Art. 32. Em caso de divergência entre acórdãos da própria Turma Nacional de Uniformização, prevalecerá a orientação mais recente até que, admitido e julgado o incidente de uniformização de jurisprudência, venha a ser firmada a orientação definitiva.

CAPÍTULO V



Conselho da Justiça Federal

DOS PRAZOS

Art. 33. As decisões da Turma Nacional de Uniformização serão publicadas no Diário da Justiça ou por outro meio legalmente eficaz.

Parágrafo único. Os prazos na Turma Nacional de Uniformização correrão da publicação dos atos no Diário da Justiça, da intimação pessoal ou da ciência por outro meio eficaz previsto em lei.

TÍTULO III DOS RECURSOS

CAPÍTULO I DO AGRAVO REGIMENTAL

~~Art. 34. Da decisão do relator caberá agravo regimental, no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.~~

Art. 34 Cabe agravo regimental ([Redação dada pela Resolução n. 062, de 2009](#)):

I – da decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização, salvo da de admissão do incidente de uniformização ([incluído pela Resolução n. 062, de 2009](#));

II – da decisão do relator ([incluído pela Resolução n. 062, de 2009](#)).

§ 1º O agravo regimental será interposto no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto na primeira sessão subsequente ([incluído pela Resolução n. 062, de 2009](#)).

§ 2º No caso de decisão do Presidente, o agravo regimental será distribuído, cabendo ao relator apresentá-lo em mesa, proferindo voto na primeira sessão subsequente ([incluído pela Resolução n. 062, de 2009](#)).

CAPÍTULO II



Conselho da Justiça Federal

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 35. Cabem embargos de declaração, no prazo de cinco dias, a contar da publicação da decisão, em petição dirigida ao relator, na qual será indicado o ponto obscuro, contraditório ou omissivo cuja declaração se imponha.

§ 1º Os embargos de declaração terão como relator o juiz que redigiu o acórdão embargado.

§ 2º Ausente ou afastado o relator do acórdão embargado, o processo será encaminhado ao seu substituto.

§ 3º O relator apresentará os embargos em mesa para julgamento na primeira sessão subsequente, proferindo voto.

§ 4º Se os embargos forem manifestamente incabíveis, o relator os rejeitará de plano.

§ 5º Se houver possibilidade de emprestar efeito modificativo à súmula aprovada, os embargos de declaração serão incluídos em pauta.

§ 6º Das decisões monocráticas do relator e do Presidente cabem embargos de declaração ([incluído pela Resolução n. 062, de 2009](#)).

CAPÍTULO III DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DIRIGIDO AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 36. Quando a decisão da Turma Nacional for proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, o incidente de uniformização de jurisprudência será suscitado, nos próprios autos, no prazo de dez dias, perante o Presidente da Turma Nacional.

§ 1º A parte contrária será intimada para apresentar manifestação em igual prazo, findo o qual os autos serão conclusos ao Presidente da Turma Nacional, que decidirá acerca da admissibilidade.



Conselho da Justiça Federal

§ 2º Inadmitido o incidente, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, que o feito seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO IV DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Art. 37. O recurso extraordinário em matéria constitucional de repercussão geral poderá ser interposto perante o Presidente da Turma Nacional de Uniformização, que deliberará sobre sua admissibilidade, observado o disposto na Constituição, na lei processual e no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. Admitido o recurso, os autos serão encaminhados ao Supremo Tribunal Federal; inadmitido, pode a parte, no prazo e forma legais, apresentar agravo de instrumento.

TÍTULO IV DA JURISPRUDÊNCIA DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO

CAPÍTULO I DA SÚMULA

Art. 38. A jurisprudência firmada pela Turma Nacional de Uniformização será compendiada na Súmula da Turma.

Parágrafo único. Poderá ser objeto de súmula o julgamento tomado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Turma, cabendo ao relator propor-lhe o enunciado.

Art. 39. Os enunciados da súmula, datados e numerados, com indicação do assunto, do teor do enunciado, da legislação pertinente e dos julgados que lhe deram suporte serão publicados três vezes no Diário da Justiça, em datas próximas, e divulgados no Portal da Justiça Federal.

Art. 40. Os enunciados da súmula prevalecem sobre jurisprudência anterior, aplicando-se a casos não definitivamente julgados, e serão revistos na forma estabelecida neste Regimento Interno.



Conselho da Justiça Federal

§ 1º Durante o julgamento do incidente de uniformização, qualquer dos membros poderá propor a revisão da jurisprudência compendiada na súmula, caso a maioria dos presentes admita a proposta de revisão, procedendo-se ao sobrestamento do feito, se necessário.

§ 2º A alteração ou o cancelamento do enunciado da súmula serão deliberados por maioria absoluta dos membros da Turma Nacional de Uniformização.

§ 3º Ficarão vagos, com a nota correspondente, para efeito de eventual restabelecimento, os números referentes aos enunciados que a Turma Nacional de Uniformização cancelar ou alterar, tomando os que forem modificados novos números da série.

§ 4º A Secretaria da Turma Nacional adotará as providências necessárias à ampla e imediata divulgação da alteração ou cancelamento do enunciado da súmula.

CAPÍTULO II **DA DIVULGAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA**

Art. 41. A jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização será divulgada pelas seguintes publicações:

- I – Diário da Justiça;
- II – Ementário de Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização;
- III – Revista da Turma Nacional de Uniformização;
- IV – Base de Dados de Jurisprudência;
- V – Repositórios autorizados.

Art. 42. Serão publicados no Diário da Justiça as decisões e os acórdãos da Turma Nacional de Uniformização.

Parágrafo único. Quando de idêntico conteúdo, as decisões e os acórdãos poderão ser publicados com única redação, indicando-se o número dos autos dos respectivos processos.



Conselho da Justiça Federal

Art. 43. No Ementário de Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização serão publicadas as ementas de acórdãos ordenadas por matéria, evitando-se repetições.

Art. 44. Na Revista da Turma Nacional de Uniformização serão publicados em seu inteiro teor:

I – os acórdãos selecionados pelos juízes;

II – os atos normativos expedidos pelo Conselho da Justiça Federal inerentes à Turma Nacional de Uniformização;

III – os enunciados das súmulas.

Parágrafo único. A Secretaria da Turma Nacional poderá propor a seleção dos acórdãos a publicar, dando preferência aos que forem indicados pelos respectivos relatores.

Art. 45. A base de dados divulgará a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, no Portal da Justiça Federal.

Art. 46. São repositórios autorizados as publicações de entidades oficiais ou particulares, habilitadas na forma do ato normativo próprio.

TÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Turma Nacional de Uniformização, que poderá submetê-los à deliberação do colegiado.

Art. 48. Não serão cobradas custas pelo processamento do incidente de uniformização.

Ministro **CESAR ASFOR ROCHA**
Presidente

Ofício nº 1.717 (SF)

Brasília, em 12 de agosto de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Rafael Guerra
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Substitutivo do Senado a Projeto de Lei da Câmara.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que o Senado Federal aprovou, em revisão, nos termos do substitutivo em anexo, o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2007 (PL nº 4.723, de 2004, nessa Casa), que “Inclui Seção XIII-A no Capítulo II da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, relativa à uniformização de jurisprudência”, que ora encaminho para apreciação dessa Casa.

Atenciosamente,

faa/plc07-016subst.

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2007 (PL nº 4.723, de 2004, na Casa de origem), que “Inclui Seção XIII-A no Capítulo II da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, relativa à uniformização de jurisprudência”.

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Inclui a Seção XIII-A no Capítulo II da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, para dispor sobre o pedido de uniformização de jurisprudência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Capítulo II da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar acrescido da seguinte Seção XIII-A:

**“Seção XIII-A
Do Pedido de Uniformização de Jurisprudência**

Art. 50-A. Caberá, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do acórdão, pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver, entre Turmas Recursais de competência cível do mesmo Estado ou do Distrito Federal, divergência sobre questão de direito material ou processual.

§ 1º O recurso será dirigido ao presidente da Turma Estadual de Uniformização, e não dependerá do pagamento de custas.

§ 2º O pedido será instruído com prova da divergência, mediante cópia do julgado ou reprodução de sua versão disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando as circunstâncias que identifiquem os casos confrontados.

§ 3º Ao recorrido é facultada a apresentação de contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 50-B. O julgamento do pedido de uniformização de jurisprudência competirá à Turma Estadual de Uniformização, que será formada pelos 5 (cinco) juízes titulares com maior tempo em exercício nas Turmas Recursais do respectivo Estado ou do Distrito Federal.

§ 1º Funcionará como presidente, entre seus membros, o juiz mais antigo na carreira da magistratura ou, havendo empate, o de maior idade.

§ 2º A reunião de juízes domiciliados em cidades diversas poderá ser feita de forma eletrônica, por meio de videoconferência.

§ 3º A decisão da Turma Estadual de Uniformização respeitará súmula dos tribunais superiores e jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça originada de julgamento de recurso especial processado na forma do art. 543-C (recurso especial repetitivo) da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Art. 50-C. Quando a orientação acolhida pela Turma Estadual de Uniformização contrariar súmula ou jurisprudência originada do julgamento de recurso especial repetitivo, a parte sucumbente poderá, no prazo de 10 (dez) dias, reclamar ao Superior Tribunal de Justiça.

§ 1º Eventuais reclamações posteriores ou pedidos de uniformização fundados em questões idênticas ficarão sobrestados, aguardando pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça.

§ 2º O relator, conforme dispuser o Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, admitirá a manifestação de partes, pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º Após o pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça, os processos sobrestados:

I - terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação firmada; ou

II - serão novamente examinados pela Turma Recursal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação firmada.

Art. 50-D. O regimento interno da Turma Estadual de Uniformização, a ser criado pelo respectivo Tribunal de Justiça

do Estado ou do Distrito Federal, regulamentará os procedimentos a serem adotados para processamento e julgamento do recurso.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Senado Federal, em de agosto de 2010.

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

faa/plc07-016